

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

PAULA DOS SANTOS FLORES

ARMANHAQUES E BORGUINHÕES: UM ESTUDO SOBRE GUERRA, POLÍTICA
E PROPAGANDA NA IDADE MÉDIA

PORTO ALEGRE
2016

PAULA DOS SANTOS FLORES

Armanhaques e Borguinhões
Um estudo sobre guerra, política e propaganda na Idade Média

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cybele Crossetti de Almeida

PAULA DOS SANTOS FLORES

Armanhaques e Borguinhões
Um estudo sobre guerra, política e propaganda na Idade Média

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cybele Crossetti de Almeida

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Dr^ª. Carlinda Maria Fischer Mattos – Museu Hipólito José da Costa

Prof. Dr. José Rivair de Macedo – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Néri Barros de Almeida – UNICAMP

PORTO ALEGRE
2016

AGRADECIMENTO

Este foi um longo e sinuoso percurso e nem sempre o caminho foi fácil, mas de forma alguma foi uma jornada solitária. Tive apoio, carinho, afeto, ideias e sugestões de muitos amigos e amigas, sem os quais, certamente, não teria conseguido.

Agradeço à professora Cybele Crossetti de Almeida pela orientação e contribuições. Agradeço aos amigos e amigas que me deram suporte e incentivo, e eventuais “puxões de orelha”, em especial, às queridas Márcia Fernanda Farias de Oliveira e Priscila Lourenço Soares que ouviram meus lamentos e me ajudaram a não desistir.

Agradeço às queridas amigas Maria Karina Ferraretto, Soraia Bertin do Valle e Paula Fontana Lages, pelos cafés e o chimarrão, pelas opiniões, pelo carinho...

Devo um agradecimento especial a duas pessoas, sem as quais nada teria acontecido: Devanir da Rosa Weber e Renata Soares Costa. É extremamente difícil escrever um agradecimento para essas duas pessoas, não consigo encontrar as palavras adequadas. Renata é muito mais que uma amiga, passamos pela experiência do mestrado juntas e suas colaborações foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Devanir, meu companheiro em todas as horas e momentos, esteve presente em todas as etapas deste mestrado.

Agradeço a minha mãe e irmã, Eneida e Caroline, que são tudo pra mim.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir aspectos da dinâmica política francesa no final do período medieval.

A pesquisa foi desenvolvida através da análise de escritos produzidos durante a guerra civil entre armanhaques e borguinhões, na França, no começo do século XV.

A partir da documentação, o Registro do Parlamento de Paris e o *Journal d'un Bourgeois de Paris*, foram identificados aspectos que caracterizam a dinâmica política do período: a utilização de propaganda, seus veículos de difusão e principais argumentos; a profunda instabilidade política e social e a importância da formação de alianças; e, que a relação de poder entre a nobreza e a população não estava baseada apenas na coerção, a legitimação era um elemento fundamental para a imposição do poder.

Palavras-chave: Armanhaques e Borguinhões; Guerra; Política; Propaganda.

ABSTRACT

The objective of this study was to examine aspects of political dynamics in the late medieval period, such as use of the concept propaganda and its implications. The research was developed based on the analysis of writings produced during the civil war between Armagnacs and Burgundians in the early fifteenth century.

From the documentation, the Paris Parliament Register and the *Journal d'un Bourgeois de Paris*, were identified aspects that characterize the dynamic period of the policy: the use of propaganda, dissemination vehicles and main arguments; the deep political and social instability and the importance of forming alliances; and that the power relationship between the nobility and the people was not based solely on coercion, legitimacy was a key element for the imposition of power.

Keywords: Armanhaques and Burgundians; War; Politics; Propaganda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	11
FONTES.....	13
1 – IDADE MÉDIA: GUERRA, POLÍTICA E SOCIEDADE.....	20
1.1 INIMIGOS INTERNOS E EXTERNOS	20
1.2 GUERRA E PROPAGANDA NA IDADE MÉDIA.....	25
1.3 ANTECEDENTES DO CONFLITO.....	31
1.4 JOÃO SEM MEDO, DUQUE DE BORGONHA	35
1.5 HISTÓRIA POLÍTICA E IDADE MÉDIA.....	39
1.6 O PARLAMENTO DE PARIS	43
1.7 CONCLUSÃO	55
2 . A GUERRA A PARTIR DE NICOLAS DE BAYE	57
2.1 NICOLAS DE BAYE, O ESCRIVÃO DO PARLAMENTO	58
2.2 ASSASSINATO DO DUQUE DE ORLÉANS	60
2.3 A JUSTIFICATIVA DE JOÃO SEM MEDO	66
2.4 PARIS SOB JOÃO SEM MEDO.....	71
2.5 POLÍTICA E RELIGIÃO	79
2.6 OS PROBLEMAS DA PAZ: TRATADOS DE PAZ E INSTABILIDADE SOCIAL.....	84
2.7 PARIS SOB OS ARMANHAQUES	91
2.8 GUERRA EM DUAS FRENTES: A RETOMADA DA GUERRA CONTRA A INGLATERRA ...	93
2.9 CONCLUSÃO	95
3. A GUERRA CIVIL E OS INGLESES	98
3.1 - Os ÚLTIMOS ANOS DE BAYE, OS PRIMEIROS ANOS DE FAUQUEMBERGUE.....	99
3.2 - PARIS SOB BERNARD DE ARMAGNAC	102
3.3 AS CARTAS COMO VEÍCULO DE PROPAGANDA	105
3.4 DUQUE DE BORGONHA NOVAMENTE NA LIDERANÇA DO REINO	109
3.5 O TRATADO DE TROYES	115
3.6 JOANA D'ARC	122
3.7 A PAZ POSSÍVEL	125
3.8. CONCLUSÃO	128
CONCLUSÃO.....	129
BIBLIOGRAFIA	132
FONTES	132
BIBLIOGRAFIA	132

INTRODUÇÃO

O começo do século XV foi um momento de grande agitação para a sociedade francesa, especialmente para os habitantes de Paris, capital e centro de poder do reino. Além do conflito com a Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos, e com o Papado, a França foi palco que lutas internas que dividiram a nobreza em dois núcleos principais: Armanhaques e Borguinhões. Este conflito, que se estendeu de 1407 até 1435, teve impacto não apenas internamente, mas também interferiu nas relações externas da França.

No começo do século XV, o reino da França era comandado por um rei “ausente”. A fragilidade da saúde de Carlos VI frequentemente o deixava impossibilitado de governar. Nestes momentos, o reino era administrado pelo Conselho do rei, o qual o controle era disputado pelos duques de Borgonha e Orléans. Entretanto, a substituição do rei nunca foi o objetivo principal, mas sim a ocupação da posição na qual a influência sobre o rei era exercida mais diretamente. Assim, a partir desta posição, seria possível controlar os recursos do reino, coletar impostos e até mesmo determinar que seus inimigos eram rebeldes e inimigos do próprio rei.

Guerras, epidemias, intempéries climáticas e colheitas escassas, são elementos que dificultam a composição de um quadro do cotidiano dos indivíduos e, para a investigação histórica, tal contexto pode ser entendido como um desafio.¹

No entanto, a despeito da turbulência, a vida seguia seu curso. Não poderia ser diferente, pois a guerra com a Inglaterra durou mais de um século e a disputa entre a nobreza, mais de trinta anos. Ao longo dos conflitos, sociedade francesa não apenas manteve sua estrutura política e institucional, como, de fato, várias instituições se originaram neste período.

Conforme Claude Gauvard, o reinado de Carlos VI, especificamente, se apresenta como um período de extremo interesse para o estudo do desenvolvimento do Estado, pois “é, de fato, o momento onde se apresenta um estado burocrático do ponto

¹ Pierre Azema considera que, “à dificuldade de estudar serenamente a guerra desprezando as pressões das opiniões preconcebidas acrescenta-se uma desvantagem suplementar: em tempo de guerra, diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política.” AZÉMA, Pierre. A Guerra. In.: REMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 407.

de vista judiciário e financeiro. Sobretudo, este estado burocrático se mostra capaz de resistir às longas carências da pessoa real vítima de uma dolorosa loucura.”²

Assim, não estamos analisando um momento de diluição, mas sim um período onde essas referências estão em processo de constituição. Nesse sentido, o recorte temporal que abarca a Guerra dos Cem Anos, no qual nosso objeto de estudo está inserido, é compreendido a partir da definição de um dos autores clássicos sobre o tema da guerra, Claus Clausewitz, de que a guerra é a continuação da política por outros meios.³ Refletindo sobre esta máxima, interessei-me sobre a dinâmica dessa política, que assumia outros meios através da guerra. A formulação da questão é bem mais simples que sua resolução, como frequentemente acontece em qualquer pesquisa.

Ao propormos a questão “é possível falar em política quando abordamos o tema Idade Média?” Entramos em um debate, cujas implicações vão além do objeto estudado e nos deparamos com uma bibliografia diversa e dissonante. Muitos autores afirmam que a sociedade medieval estava tão presa ao poderio da Igreja que a suposição de uma dinâmica política deve ser considerada impossível.

Em termos práticos, a própria escrita se torna complicada, pois cada conceito, mesmo que aparentemente adequado e cujo uso para o período contemporâneo é corriqueiro, só pode ser utilizado após a devida reflexão e problematização. Aude Mairey toca no cerne do problema, propondo a seguinte questão: como analisar as sociedades do passado em sua dinâmica própria, utilizando conceitos que não possam ser conotados no contexto social do qual fazemos parte? Na prática, é impossível não fazer uso de nossos próprios conceitos para tentar analisar sociedades tão diferentes sob tantos aspectos.⁴

Perceber o passado a partir de suas próprias especificidades é o principal objetivo de um historiador. Relegada às “trevas”, a Idade Média ainda é apreendida a

² C'est en effet le moment où se met en place un état bureaucratique du point de vue judiciaire et financier. Surtout, cet état bureaucratique s'avère capable de résister aux longues carences de la personne royale en proie à une douloureuse folie. GAUVARD, Claude. Le roi de France et l'opinion publique à l'époque de Charles VI. In: *Culture et idéologie dans la genèse de l'État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)* Rome: École Française de Rome, 1985, p. 355-356.

³ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 27.

⁴ Ce questionnement renvoie bien sûr à ce qui est un des plus grands problèmes épistémologiques – si ce n'est le plus grand – auquel sont confrontés les historiens et tous ceux qui s'occupent des sociétés du passé : comment analyser ces dernières dans leur dynamique propre, en utilisant des concepts qui ne peuvent qu'être connotés dans le cadre de la société dont nous faisons partie? En pratique, il est impossible de ne pas faire usage de nos propres concepts pour tenter d'analyser des sociétés complètement autres. MAIREY, Aude. Les langages politiques au Moyen Âge (XIIe-XVe siècle). In.: *Médiévales*, 57 | outono 2009, p. 5.

partir de um viés que nega todo e qualquer aspecto positivo de desenvolvimento e mesmo de criatividade. Na tentativa de compreender o período medieval sem partir de uma negação, surgiu a pesquisa inicial, que mais tarde se desdobrou nesta dissertação.

A investigação proposta nesta dissertação é um ponto de chegada depois de um longo percurso de debates e discussões. O ponto de partida foi o grupo de pesquisa *Imagens de Joana d’Arc: História, Cinema e Literatura*, cujos debates e discussões sobre as diversas representações da heroína francesa levaram ao questionamento sobre se Joana d’Arc poderia ser considerada como um símbolo de um pré-nacionalismo.

O tema, obviamente, gerou grande controvérsia, o que serviu de estímulo para a produção de trabalhos que tinham como objetivo refletir sobre a possibilidade de utilizar conceito de nacionalismo para o período medieval.⁵

Durante as pesquisas, tive a oportunidade de realizar uma primeira aproximação com outros elementos presentes na dinâmica da disputa entre armanhaques e borguinhões. A denominação dos grupos e as referências encontradas no *Journal d’un Bourgeois de Paris* despertaram meu interesse sobre os elementos que explicariam a formação destes grupos e como se desenvolveu o conflito.

Portanto, considerando que a guerra é a continuação da política por outros meios, com o intuito de investigar a dinâmica desta política, proponho o seguinte problema de pesquisa: Como compreender a dinâmica política do final do período medieval a partir da propaganda e mecanismos de legitimação utilizados durante a guerra civil⁶ francesa (1407-1435)?

O recorte cronológico abrange o período de 1400-1436, sete anos antes do início do conflito e um ano após seu término. Com essa ampliação pretendo acompanhar os argumentos utilizados pelas fontes para explicar a transformação das hostilidades em guerra civil e o fim, pelo menos oficial, das rivalidades.

A guerra envolveu diversas partes do reino, entretanto, nesta pesquisa o conflito será abordado apenas a partir de Paris. Em primeiro lugar, por ser o local onde foram escritas as fontes utilizadas; em segundo lugar, por ser o centro do poder e da

⁵ Em um breve artigo sobre a utilização do conceito de nacionalismo para o período medieval, apresentamos a negação de Benedict Anderson sobre a possibilidade de um protonacionalismo no período medieval. FLORES, P. S. *Discussão sobre a questão do nacionalismo na Idade Média*. AEDOS, v. 2, p. 429-436, 2009. E, *Estudo sobre a formação da identidade nacional francesa e o uso do conceito de nacionalismo para compreensão da fase final da Guerra dos Cem Anos a partir do Journal d’un Bourgeois de Paris (1405-1449)*. Trabalho de conclusão de curso, Porto Alegre: UFRGS, 2011.

legitimidade do reino da França, sendo sua conquista fundamental para obtenção do apoio da opinião pública.⁷

Referenciais teórico-metodológicos

A Guerra dos Cem Anos não se constituiu em um conflito contínuo, mas sim em períodos de combate, alternados por extensas tréguas e o mesmo ocorreu com o conflito entre a nobreza francesa. Nos períodos de “paz”, armanhaques e borguinhões buscavam consolidar suas posições, ampliar suas redes de apoio e ao mesmo tempo legitimar seus atos.

Nesse sentido, utilizo o conceito apresentado por Phillippe Contamine, que define propaganda como “[...] toda ação psicológica realizada por aqueles que têm poder, formal ou informal, tendo como objetivo aumentar, imediatamente ou não, a eficácia de um empreendimento de guerra qualquer.”⁸ Referindo-se à propaganda de guerra, a definição de Contamine se aplica ao objeto desta pesquisa, pois não podemos perder de vista a conjuntura conflituosa do período. Acrescento a esta definição que a propaganda, tal como formulado por Gransden, tem por objetivo “disseminar uma perspectiva e obter apoio.”⁹

A perspectiva adotada, portanto, pode ser expressa da seguinte forma: a propaganda é uma ação que tem como objetivo aumentar a eficácia ou legitimar um empreendimento de guerra qualquer, obter apoio de determinados grupos e disseminar uma perspectiva. Entretanto, a utilização deste conceito é, necessariamente, acompanhada de uma série de problematizações.

A primeira questão, e talvez a mais óbvia, se relaciona com o anacronismo. A propaganda está, tradicionalmente, associada à modernidade e sua utilização para o período medieval é um campo de intensas discussões. As críticas ao seu uso se apoiam,

⁷ TOURNIER, Laurent. Jean sans Peur et l'Université de Paris. In.: Paravicini, Werner. SCHNERB, Bertrand. *Paris, capitale des ducs de Bourgogne*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, coll. « Beihefte der Francia » (n° 64), 2007, p. 305.

⁸ Toute action psychologique menée par des pouvoirs, formels ou informels, en vue d'accroître médiatement ou immédiatement l'efficacité d'une entreprise guerrière quelconque. CONTAMINE, Phillippe. Aperçus sur la propagande de guerre, de la fin du XIIe au XVe siècle: les Croisades et la Guerre de Cents Ans. In: Camarosano, P. *Le forme della propaganda politica nel due e nel trecento*. Ed. P. Rome, 1994. p. 7.

⁹ GRANSDEN, Antonia. Propaganda in English medieval historiography. *Journal of Medieval History* 1 (1975), 363.

principalmente, na ausência de um mecanismo de comunicação de massa. No entanto, a pesquisa sobre comunicação no período medieval nos últimos trinta anos tem desafiado antigos pressupostos como este¹⁰, apresentando veículos alternativos para a difusão da propaganda: os discursos e sermões, as orações públicas, as predições e profecias, troféus de guerra, fundação de capelas, procissões, propaganda historiográfica, estandartes e canções.¹¹

Todavia, a propaganda não pode ser entendida apenas a partir da análise do grupo que a dissemina sem a problematização sobre o público ao qual ela se destina. Uma segunda questão, portanto, se relaciona com outro conceito estritamente conectado ao de propaganda: a opinião pública, um tema tão controverso quanto o anterior.

Seria possível falar em termos de opinião pública para o final da Idade Média? Para Claude Gauvard, a formação da opinião está ligada à capacidade de comunicação entre indivíduos, ou seja, a possibilidade da troca de informações e saberes.¹² Então, se existe a possibilidade de comunicação a partir de um conjunto de saberes compartilhado por uma comunidade, é possível falar em opinião pública, conforme discutiremos ao longo deste trabalho.

Quanto à abrangência do público a que se destina a propaganda, a perspectiva adotada nesta pesquisa é de que a propaganda tinha um alcance limitado e até o começo do século XIV, sua difusão se restringia a um pequeno círculo de homens¹³. Segundo Antonia Gransden,

muitas vezes, o primeiro impacto teria sido sobre aqueles que já aceitaram o ponto de vista do governo, mas, finalmente, o propaganda pode aumentar a lealdade dos súditos do rei e até mesmo conseguir apoio no exterior. Com a difusão da alfabetização no século XV o número de pessoas que poderiam ser alcançadas em primeira mão pela propaganda aumentou.¹⁴

Apesar de não termos como rastrear a difusão da propaganda e de determinar qual grupo foi atingido, através da análise dos argumentos presentes é possível extrair informações extremamente importantes. A propaganda não é construída no vazio, ela

¹⁰ HUTCHINSON, Emily. Winning Hearts and Minds in Early Fifteenth- Century France: Burgundian Propaganda in Perspective. *French Historical Studies*, Vol. 35, No. 1 (Winter 2012), p. 6.

¹¹ CONTAMINE, 1994, p. 8-10.

¹² GAUVARD, Claude. Qu'est-ce que l'opinion avant l'invention de l'imprimerie. In: *Rendez-vous de l'Histoire* (Blois, 2007). Editions Pleins Feux, 2008, p. 21.

¹³ GRANSDEN, 1975, p. 363-382.

¹⁴ Often the first impact would have been on those who already accepted the government point of view, but ultimately the propaganda might increase the loyalty of the king's subjects and even rally support abroad. With the spread of literacy in the fifteenth century the number of people whom propaganda could reach at first hand increased. GRANSDEN, Op. Cit., p. 364.

responde ao seu público, aos valores comuns e socialmente aceitos, ela se apresenta como um elemento de ligação entre o pensamento e os valores de uma sociedade.¹⁵

A propaganda na idade Média, como objeto de estudo, apresenta esta dualidade: por um lado seu alcance foi restrito e não é possível rastrear o público que foi atingido, por outro lado, os argumentos utilizados fornecem elementos que permitem analisar uma parcela maior da sociedade medieval, pois, de acordo com Gauvard,

pode-se afirmar, paradoxalmente, ainda que a ideia de uma comunidade política aplicada à Idade Média faça muitos historiadores rirem, o conceito de opinião pública é mais operacional que nos dias de hoje, pois nesta sociedade que ainda permanece tradicional, o desejo de conformidade supera o sentimento das diferenças.¹⁶

Quanto às traduções utilizadas na pesquisa, todas são de minha autoria e estão acompanhadas do texto original em nota de rodapé. Procurei manter o texto o mais próximo da redação do autor, abstenho-me de corrigir e modernizar as citações diretas. Quanto aos nomes próprios, não consegui harmonizar uma padronização e todas as tentativas se mostraram frustrantes. Portanto, adotei uma abordagem “mista”, diante da presença de nomes próprios bastante estabelecidos pelo uso de sua versão traduzida, optei pela sua manutenção em português, assim temos Carlos VI, João sem Medo, armanhaques e bourguinhões, entre outros. Para aqueles cuja tradução para o português não é frequente, foi mantida a grafia em francês. Em relação aos cargos, funções, lugares, instituições etc, traduzi de forma aproximada e apresentei a grafia original entre parênteses na primeira menção ao termo.

Fontes

Inicialmente, esta pesquisa contava com um grupo composto por oito obras escritas durante ou imediatamente após o término do conflito entre armanhaques e bourguinhões. Após uma nova reavaliação das necessidades metodológicas para se

¹⁵ GAUWARD, 2008, p. 353.

¹⁶ On peut même affirmer, de façon paradoxale, alors que l'idée d'une communauté politique appliquée au Moyen Âge fait encore sourire de nombreux historiens, que le concept d'opinion publique y est plus opérationnel que de nos jours parce que, dans cette société restée encore traditionnelle, le désir de conformité l'emporte sur le sentiment des différences. GAUWARD, 1985, p. 353.

analisar um grupo tão heterogêneo de documentos, optei por uma drástica redução no conjunto de fontes.

Desta seleção, resultou um conjunto de três documentos: o *Journal d'un Bourgeois de Paris*, autor anônimo, e dois documentos produzidos no Parlamento de Paris, por Nicolas de Baye e Clément de Fauquembergue. O critério de seleção utilizado foi a aproximação da data da escrita do documento com a do acontecimento. Privilegiando textos que foram escritos logo após os episódios, temos a possibilidade de confrontar certos relatos que foram anteriores ao trabalho dos cronistas e que, por consequência, se revelam mais úteis para apreciar de uma maneira mais neutra o impacto dos eventos sobre os contemporâneos, conforme abordaremos adiante.

Optei por desenvolver a apresentação das fontes no capítulo 1, pois as especificidades do local de origem dos escritos fazem necessária uma apresentação mais detalhada do lugar de onde os autores testemunharam e narraram os eventos. Cabe aqui, no entanto, uma discussão sobre como utilizar esses documentos na compreensão da dinâmica política do período.

As fontes desta pesquisa têm natureza diversa daquelas que se originam em esferas onde são tomadas as decisões relativas à administração do reino, tais como as oriundas da Chancelaria Real, ou atos do próprio rei. Temos, portanto, duas questões: uma sobre a natureza da origem destes documentos e outra relacionada com a metodologia para sua utilização.

A primeira questão, conforme afirmei acima, será abordada no primeiro capítulo. Quanto à segunda, sobre o campo da investigação política no período medieval, Gabriele Spiegel considera que os historiadores reconhecem a importância das leis e jurisprudência, no entanto, “pouca atenção tem sido dada à utilidade política da produção historiográfica, tanto como fonte de teoria política, quanto como determinante do comportamento político.”¹⁷

Como exemplo de fontes negligenciadas neste tipo de estudo, a autora cita as crônicas produzidas na Abadia de Saint-Denis, que utilizavam o passado para explicar e legitimar políticas.¹⁸ Spiegel afirma que, a partir do século XIII, as crônicas se tornaram

¹⁷ SPIEGEL, Gabrielle. *The Past as a Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*. London: The Johns Hopkins University Press, 1997, p. 83.

¹⁸ SPIEGEL, 1997, p. 83.

um espaço para negociação de interesses concorrentes, abrindo o texto histórico como um lugar de contestação sobre passado.¹⁹

Há de se ressaltar que as fontes utilizadas nesta pesquisa não são consideradas como crônicas, e não podem, portanto ser comparadas com obras como a de Fernão Lopes²⁰, ou mesmo como a de Tomas Basin. Não pretendo adentrar no longo debate que envolve a investigação sobre os escritos mencionados, apenas evidenciar sua diferença. Enquanto Lopes e Basin trabalham em obras que pretendem abarcar o período de um ou mais reinados, as fontes desta pesquisa, tanto os documentos do Parlamento quanto o *Journal*, não tem essa perspectiva de um recorte pré-determinado. São registros do presente vivido pelos autores, possuem características mais “funcionais” não tendo presente a elaboração retórica.

A despeito da diferença entre as crônicas e os documentos utilizados nesta pesquisa, grande parte da metodologia daquelas é bastante pertinente nesta investigação, compartilhando, portanto, das mesmas problematizações e ressalvas.

Destas considerações, destacamos em primeiro lugar, seu papel enquanto fornecedora de elementos para a pesquisa histórica. Por suas características, é comum que alguns documentos diferentes apresentem “relatos similares, ou mesmo idênticos, o que pode ser considerado como um reforço mútuo, mas também pode facilmente transformar uma informação tendenciosa em fato histórico.”²¹ Além disso, juntamente com informações históricas, as crônicas produzidas no período medieval estão cheias de preconceitos, fantasias e estereótipos.²²

A despeito das distorções da redação e da presença de elementos fantásticos, esses textos “ainda possuem uma verdade para comunicar aos historiadores, mostrando como os eventos eram percebidos na época.”²³ Tratando das crônicas produzidas no século XIV, Menache destaca que “quando analisadas a partir de uma ampla perspectiva social e política, fornecem um reflexo fiel das atitudes predominantes, ou pelo menos, daqueles que relataram suas histórias.”²⁴

¹⁹ SPIEGEL, 1997, p. 200.

²⁰ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

²¹ MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction. *Journal of Medieval History*, 32, 2006, p. 333.

²² MENACHE, 2006, p. 333.

²³ AILES, Marianne. Historiographical essay Early French chronicle – history or literature? *Journal of Medieval History*, Vol. 26, No. 3, 2000, p 302.

²⁴ MENACHE, 2006, p. 334.

Estas narrativas, em latim ou em língua vulgar, tornaram-se mais numerosas nos dois últimos séculos da Idade Média, período de entrada em um universo político relativamente novo.²⁵ Nos textos, os debates sobre política ocupam um lugar relevante, sua abordagem se situava na escolha dos temas e do vocabulário, do destaque a determinados personagens e eventos, omissões e deformações conscientes, prática que se acentua inegavelmente a partir do século XV.²⁶

O segundo aspecto que permeia o estudo da política medieval através dos escritos produzidos no período é a simpatia ou afiliação dos autores a determinados grupos. Nicole Pons problematiza a utilização das crônicas como fontes, indicando a necessidade de levar em conta “os meios profissionais e as opiniões políticas dos autores e sua ausência ou presença no local dos acontecimentos.”²⁷ Nesse sentido, a autora afirma que a redação das crônicas obedece a motivações políticas.²⁸ Nas crônicas, portanto, cada evento relatado tem sua relevância determinada pelas escolhas dos escritores.

Como consequência da simpatia ou afiliação dos autores, em alguns textos podemos encontrar a omissão de determinados eventos. Colette Beune problematiza a questão da seleção dos eventos relatados na obra *Journal d'un Bourgeois* de Paris. A autora sugere que o texto teria sido censurado em dois níveis: o primeiro estaria presente nos cortes feitos em passagens “embaraçosas para a monarquia francesa.”²⁹ O segundo, estaria relacionado com uma auto-censura imposta pelo próprio autor do *Journal*, ao omitir certos eventos.

Ao aceitarmos a proposição de Beaune e de Pons, enfrentamos outro problema: como identificar e analisar essa seleção de eventos? Nas palavras de Pons,

²⁵ Contamine aponta que essa mudança no cenário político ocorreu por vezes de maneira progressiva e, por vezes de forma brutal. E, apesar da mudança no universo político, são muitos os elementos de continuidade. A transformação se opera na concepção que os indivíduos e comunidades (governados e governantes) têm da vida política (da vida pública). Ver CONTAMINE, P. (org.) *Le Moyen Âge: Le roi, l'église, les grands, le peuple (481-1514)*. Paris: Éditions du Seuil, 2002, p. 291.

²⁶ CONTAMINE. Op. Cit., 2002, p. 292.

²⁷ PONS, Nicole. Information et rumeurs : quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France (1407-1420). In.: *Revue Historique*, T. 297, Fasc. 2 (602) (AVRIL-JUIN 1997), p. 411.

²⁸ Toutefois, indépendamment de la présentation elle-même du contenu - la rédaction d'une chronique obéit à des motivations politiques et à des règles rhétoriques plus ou moins complexes -, il est évident que le récit de certains événements et le poids qui leur est attribué est significatif de l'importance qu'on leur attache ou qu'on veut leur donner : nous restons, qu'on le veuille ou non, tributaires des choix opérés par les chroniqueurs. PONS, 1997, p. 411.

²⁹ BOURGEOIS, p. 9 e. 10.

Como medir os diferentes graus de releitura dos eventos? Não tanto para conseguir uma “verdade” histórica objetiva, mas para tentar responder seguintes questões: como os contemporâneos integravam esses fatos? Que visão tinham os cronistas quanto davam apoio em seus trabalhos? Qual o grau de manipulação das informações?³⁰

Para Pons, os relatos dos cronistas "obedecem a certas retóricas que agem como um espelho deformador."³¹ Este, tem como "capturar a imaginação do leitor e fazê-lo compartilhar a reprovação a comportamentos moralmente inadmissíveis."³² Para utilizar esse tipo de fonte a autora estabelece uma comparação com outras fontes que possibilitem verificar o impacto dos acontecimentos: no caso de sua investigação, Pons utiliza um relato “bruto” de um funcionário do Parlamento de Paris e relatos provenientes do exterior.

Para a autora, a “neutralidade” do texto do funcionário do Parlamento é observada pelas características de seu texto: neutro e sucinto. Não pretendo nesta pesquisa superestimar essa neutralidade. Apenas enfatizar que os textos produzidos no Parlamento, pelas características das atividades ali executadas, não teriam o tempo de reelaboração necessário para longos processos de escrita, diferentemente das crônicas posteriores aos eventos com argumentos mais trabalhados.

Isto não significa que esses relatos estejam desprovidos de intencionalidade e que seus autores não estivessem envolvidos nas disputas e alianças do período. Certamente, esse não é o caso do *Journal d'un Bourgeois de Paris* cujas tendências pró-borgonhesas são gritantes ao longo do texto.

O apoio pode ter as mais variadas motivações, as quais são praticamente impossíveis de determinar. Dentre estas, destacamos uma motivação pragmática: o desenvolvimento da carreira do indivíduo. Na documentação utilizada nesta pesquisa, é possível acompanhar o impacto da escolha de determinadas alianças na carreira e na vida dos indivíduos.³³

³⁰ Comment mesurer ces différents degrés de relecture des événements? Non pas tant afin d'atteindre une « vérité » historique objective (ce qu'on peut reconstituer des faits est assez bien connu dans l'ensemble) que pour tenter de répondre aux questions suivantes : comment les contemporains ont-ils intégré ces faits? Quelle vision en avaient les chroniqueurs quand ils prenaient appui sur eux dans leur travail ? Au bout du compte, jusqu'où, dans leur récit, le degré de manipulation de l'information allait-il. PONS, 1997, p. 411.

³¹ PONS, 1997, p. 412.

³² PONS, 1997, p. 416.

³³ Na obra *Entre l'Eglise et l'Etat*, Bernard Guenée apresenta as possibilidades de construção de uma carreira no período medieval. Através da análise da biografia de quatro clérigos franceses, o autor apresenta duas possibilidades de construção de uma carreira: primeiro, o nascimento entre os membros da nobreza; e, segundo, uma forma de ascensão que não deriva do nascimento. “Origens modestas não os impedem de construir uma carreira. Se imagina seguidamente a sociedade medieval como uma sociedade

A construção de uma carreira em um período de guerra era um empreendimento bastante delicado e complexo. Por um lado, um indivíduo origem modesta, teria que estabelecer vínculos com pessoas influentes. Segundo Guenée, “por mais brilhante que seja nos estudos, a carreira de um jovem ambicioso depende dos apoios que obtém.”³⁴ Para o autor, durante o reinado de Carlos VI era extremamente complexa a ascensão e a manutenção da posição. A instabilidade política fazia com que uma bela carreira não dependesse apenas do saber e do talento, mas de extrair o melhor dos “poderes flutuantes.”³⁵

Por outro lado, para os duques que disputavam o poder, era importante que seus aliados ocupassem lugares nas engrenagens essenciais da administração e da justiça na escala local. Essas posições obtidas em função dos apoios políticos apresentavam também riscos, pois quando a roda da fortuna alterava as relações de poder, os ocupantes dos cargos, perdendo seus aliados, poderiam também perder seus bens e até mesmo a vida.

Os resultados desta pesquisa foram organizados em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar a inserção da guerra civil no contexto da Guerra dos Cem anos e debater a questão da utilização do conceito de *propaganda*, bem como as demais implicações de sua utilização para o período medieval.

No segundo capítulo, serão explorados argumentos utilizados pelos duques de Borgonha e de Orléans, para obtenção de apoio e legitimidade que estariam na base para formação de grandes grupos de apoiadores. Para tanto, acompanharemos o desenvolvimento do conflito e sua relação com a parcela da sociedade que não estava diretamente aliada a nenhum dos duques, mas que tinha sua vida atingida pela disputa. Além disso, serão analisados os relatos de assassinatos cometidos durante a primeira fase do conflito e a relação entre estes, a aplicação da justiça e a propaganda de guerra. Neste tópico, será debatida em especial a relação da Universidade de Paris com a guerra civil e suas consequências em relação ao julgamento do texto da *Justificativa do assassinato do duque de Orléans*.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a parte final do conflito entre armanhaques e borguinhões, bem como a relação deste com a Guerra dos Cem Anos. A

imóvel. [...] Muitos não cessaram de subir ou descer os degraus desta hierarquia.” GUENÉE, Bernard. *Entre l'église et l'état: Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1987. p. 21-22.

³⁴ GUENÉE, 1987, p. 29.

³⁵ GUENÉE, 1987, p. 32.

partir das referências e descrições encontradas no Registro do Parlamento de Paris e no *Journal d'un Bourgeois de Paris*, discutiremos a utilização de cartas como veículo de difusão de propaganda e abordaremos brevemente a participação de Joana d'Arc no conflito, bem como a apropriação de sua imagem tanto pelos armanhaques, quanto por borgonheses e ingleses.

1 – IDADE MÉDIA: GUERRA, POLÍTICA E SOCIEDADE

Desde que surgiu na França o nome de Armanhaque e Borguinhão, todos os males que podemos pensar ou dizer, ocorreram no reino da França, o clamor do sangue inocente derramado grita por vingança diante de Deus.³⁶

“Todos os males que podemos pensar ou dizer ocorreram no reino da França”, foi assim que o *Bourgeois* de Paris descreveu o período de lutas entre armanhaques e borguinhões. O conflito abarcou as primeiras décadas do século XV e, ao longo de sua duração, transmutou-se de disputa entre dois nobres rivais para uma guerra civil, cujas ações acabaram por ser influenciadas e influenciar o conflito contra a Inglaterra, a Guerra dos Cem Anos.

Antes de abordar a guerra civil propriamente dita e debater os seus argumentos, mecanismos de legitimação e seus elementos de coesão, conforme proposto como problema de pesquisa desta investigação, é necessário abordar questões que são fundamentais para a compreensão da dinâmica política do conflito, além de aprofundar debates teóricos pertinentes ao tema.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a inserção da guerra civil no contexto da Guerra dos Cem anos e debater a utilização do conceito de *propaganda*, bem como as demais implicações de sua utilização para o período medieval. Durante a pesquisa sobre a propaganda no período medieval, mostrou-se relevante a reflexão sobre a própria política. Além dos tópicos mencionados, o capítulo apresenta o Parlamento de Paris, local onde foram escritas as principais fontes utilizadas nesta pesquisa.

1.1 Inimigos internos e externos

Um dos maiores conflitos do Ocidente, a guerra protagonizada por Inglaterra e França durante o período medieval, desperta o interesse de pesquisadores por sua relevância na História da Europa Ocidental. A Guerra dos Cem Anos, que se iniciou em

³⁶ Puis que le nom vint en France de Bourguignon et d’Armagnac , tous les maux qu’on pourrait penser ni dire ont été tous commis au royaume de France, tant que la clameur du sang innocent [repandu] crie devant Dieu vengeance. Anônimo, *Journal d’un Bourgeois de Paris: 1405-1449*. BEAUNE, Colette (Ed.). Librairie Générale Française, 1990, p. 152.

1337 e se estendeu até 1453, é considerada a maior da Idade Média, não só pela sua duração, mas também pelo impacto causado nos reinos em conflito e suas implicações em outras partes da Europa.

Sua eclosão está relacionada com conflitos pela sucessão do trono francês, mas as origens das tensões entre os reinos da Inglaterra e da França remontam ao século XIII, quando os dois reinos tiveram suas soberanias³⁷ afetadas pela complexa trama de relações estabelecidas por casamentos e disputas territoriais.³⁸ Diante dessa longa sucessão de conflitos, a historiografia caracteriza a Guerra dos Cem Anos como sendo a “fase mais dramática dos intermináveis conflitos anglo-franceses da Idade Média.”³⁹

Marco entre as guerras medieval e moderna, a Guerra dos Cem Anos não pode ser avaliada como um conjunto uniforme, pois no decorrer do conflito é possível observar mudanças profundas nos dois reinos, mudanças que afetaram desde as técnicas militares utilizadas⁴⁰ até as instituições e a sociedade como um todo. Diante desta particularidade, sua análise geralmente é dividida em blocos, cujo critério de divisão mais comum são as vitórias francesa ou inglesa e o estabelecimento de tréguas. Estas, aliás, são uma importante característica da Guerra dos Cem Anos e fundamentais para compreensão da percepção das pessoas que vivenciaram esta experiência.

³⁷ A utilização do termo soberania, neste contexto, foi adotada em alinhamento ao proposto por José Roberto de Almeida Mello, que defendeu o “desenvolvimento de teorias de soberania territorial com sentido mui aproximado do moderno”. MELLO, José Roberto de Almeida. *A insularização da monarquia angevina e a formação da nação inglesa: séculos XIII e XV*. Tese de doutoramento, São Paulo: USP, 1972, p. 18.

³⁸ Alguns autores situam a origem da Guerra dos Cem Anos no século XIII com o desmembramento do Império Angevino, entre 1202 e 1204, e o Tratado de Paris de 1259. Em 1152, com o casamento do futuro monarca inglês, Henrique II Plantageneta, com Eleonor, duquesa da Aquitânia, o território sob o domínio do rei da Inglaterra teve um acréscimo territorial de parte da atual França e como consequência seus sucessores seriam também duques da Aquitânia, mas esta situação não foi bem aceita pela Coroa da França. Durante o século XIII, parte dos domínios continentais foram gradualmente perdidos pelos monarcas angevinos, sendo que grande parte deste desmantelamento ocorreu entre 1202 e 1204, durante o reinado do monarca inglês João sem Terra. Os conflitos entre os reis ingleses e franceses não cessaram a partir deste momento. A tentativa de retomar a porção continental do Império Angevino persistiu até 1259, com o Tratado de Paris. Segundo este, Henrique III renunciava às terras perdidas pelo seu pai, João sem Terra, mantendo apenas a Gasconha e algumas ilhas no Canal da Mancha, mediante reconhecimento do rei da França como seu suserano. Esta situação, segundo Mello, gerou um choque de soberania entre os monarcas inglês e francês. MELLO, José Roberto de Almeida. Poesia política e relações anglo-francesas no século XIII. In.: *Revista de História*, USP, n. 119 (jul/set 1985-1988). p. 207, MELLO, 1972, p. 199. CONTAMINE, 1992. p 7.

³⁹ JOURDIN, Michel Mollat du. *La guerre de Cent Ans vue pra ceux qui l'ont vécue*. Paris: Éditions du Seuil, 1992. p. 7

⁴⁰ Sobre o aspecto militar ver REZENDE Fº, Cyro. *Guerra e Guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1996. SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média*. São Paulo: Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. BEFFEYTE, Renaude. *La guerre au Moyen Age: Machines et secret militaire*. Paris: Éditions Ouest-France, 2010.

Não seria nem possível nem viável que este longo confronto fosse de combates ininterruptos, pois nenhum reino teria condições de sustentar tal esforço. Desta forma, o conjunto de batalhas, intercaladas por longas tréguas, que tem como elemento comum as disputas anglo-francesas, é tratado como uma longa guerra. Mas essa percepção da continuidade não está relacionada apenas com opções historiográficas, mesmo com os longos períodos de paz, os contemporâneos tinham conhecimento da relação entre as disputas.

De fato, não se pode mesmo enfatizar a paz durante as tréguas, pois os elementos de guerra jamais desapareciam por completo. A mobilidade e o sustento das tropas não eram fáceis, assim, nos períodos em que não estavam sendo travadas batalhas, as tropas circulavam pelo território francês. A ocupação não era ordeira, para obtenção de víveres, muitas vezes as tropas pilhavam e roubavam, principalmente na área rural, o que fica bastante evidente ao longo de todo o relato do *Journal d'un Bourgeois de Paris*.⁴¹

Inglêses e franceses, contemporâneos ao conflito, sofreram com suas consequências: a tributação para manutenção do conflito parece ser o tema mais importante nos dois lados do Canal da Mancha. Em adição aos pesados impostos, o reino da França sustentava também a presença física das tropas, fato que, sem dúvida, deixou danos profundos na população em diversos aspectos. É evidente que nenhum grupo humano passa incólume por um conflito envolvendo seus membros e, sem dúvida, a profundidade das marcas deixadas é diretamente proporcional à extensão daquele.

Quando tratamos de uma sucessão de eventos por mais de um século não podemos negligenciar a dimensão das mudanças ocorridas, não só na sociedade, mas na própria evolução do Estado Moderno. Diante da magnitude do conflito entre Inglaterra e França é fácil compreender como alguns aspectos da dinâmica política do reino acabam sendo ofuscados. Um exemplo marcante são as crises internas de poder, que frequentemente são apresentadas apenas em seu aspecto militar, sem levar em conta toda a complexidade da disputa.

No reino da França, no começo do século XV, a nobreza se dividiu em dois polos, identificados como Armanhaques e Borguinhões. Esses grupos rivais disputaram por quase meio século a influência e o poder na corte e apesar disso, a perspectiva da

⁴¹ CONTAMINE, 1992, p. 6 e 75 ; JOURDIN, 1992, p.7.

historiografia tende a caracterizar este conflito como apenas um episódio significativo do reinado infeliz de Carlos VI⁴², e sua análise, muitas vezes, está inserida em obras de maior fôlego que tratam de todo o período da Guerra dos Cem Anos.⁴³

Apesar da conexão com o conflito externo, a disputa entre Armanhaques e Borguinhões não pode ser tratada apenas como um enfrentamento de tropas vinculadas aos príncipes da França. Seus desdobramentos são um fabuloso objeto de pesquisa que permitem uma aproximação com o modo de vida da sociedade francesa. Este conflito foi tema de brilhantes estudos⁴⁴, nos quais foram analisados seus aspectos políticos. No entanto, são escassas as obras que optam por uma abordagem que contemple todo o período de disputa: 1407-1435.

A opção metodológica de alguns autores, da abordagem de apenas um período do conflito, tem uma justificativa fundamentada na compreensão de que a disputa pode ser compreendida em dois momentos distintos e que estes formam recortes cronológicos autônomos.⁴⁵ O primeiro destes, iniciado com o assassinato de Luís de Orléans e finalizado também por um assassinato, o de João sem Medo. De fato, quando analisamos a guerra civil como um todo, é possível observar uma mudança bastante marcante a partir do assassinato do Duque de Borgonha: a ampliação do envolvimento inglês no conflito interno. Conforme abordaremos adiante, o assassinato de João sem Medo teve como uma de suas consequências o Tratado de Troyes, que reconhecia o direito de um monarca inglês como herdeiro do trono da França.⁴⁶ Entretanto, mesmo após essa mudança do cenário político, para fins de compreensão da dinâmica da propaganda do período, parece mais frutífera a abordagem de um recorte cronológico mais amplo, que nos permite verificar que apesar da mudança dos indivíduos e grupos

⁴² SCHNERB, 2001, p. 11.

⁴³ CONTAMINE, Phillipe. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. MINOIS, Georges. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Perrin, 2010.

⁴⁴ Dos quais destacamos: GUENÉE, Bernard. *Un meurtre, une société: L'assassinat du duc d'Orléans, 23 novembre 1407*. Paris: Gallimard, 1992. SCHNERB, Bertrand, *Jean sans Peur: Le prince meurtrier*. Paris: Payot, 2005. AUTRAND, Françoise. *Charles VI: La folie du roi*. Paris: Fayard, 1986.

⁴⁵ Politiquement parlant et comme on le voit par le contenu des pièces que l'on vient d'évoquer, il n'y a pas de solution de continuité entre les événements parisiens de mai-juin 1418 qui ont vu la main-mise bourguignonne sur la capitale et le traité de Troyes signé deux ans plus tard. De même, ce dernier est la réponse bourguignonne au meurtre de Montereau, lequel pour les contemporains fut la réponse delphinale au meurtre du duc d'Orléans: ces deux assassinats sont toujours liés dans les textes considérés. D'ailleurs nombreuses sont les chroniques qui voient dans l'assassinat de Louis d'Orléans l'origine des guerres civiles, puis étrangères, qui ravagèrent le royaume. Information et rumeurs: quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France (1407-1420) *Revue Historique*, T. 297, Fasc. 2 (602) (AVRIL-JUIN 1997), p. 411.

⁴⁶ PONS, 1997, p. 411.

que participaram do conflito, as formas de difusão da propaganda e seus argumentos permaneceram.

A investigação do conflito em toda a sua extensão também foi adotada por Bertrand Schnerb, na obra *Armagnacs et Bourguignons: La maudite guerre*.⁴⁷ O autor caracteriza o conflito como “uma das mais formidáveis crises de poder sofrida pela monarquia francesa antes de 1789” e, dessa forma, critica a maneira superficial como a historiografia clássica abordou o tema.⁴⁸

Querela entre príncipes que degenera em uma guerra civil, é, de fato, uma rivalidade política que corta a França em dois, opondo duas concepções de Estado em um momento crucial do desenvolvimento do poder monárquico francês. [...] este é um dos fatos mais importantes que condiciona toda a política francesa dos primeiros trinta e cinco anos do século XV e que, também, senão mais que a invasão inglesa, explica o ‘fenômeno’ Joana d’Arc.⁴⁹

Esta obra tem um caráter de manual, abordando o conflito de forma cronológica e didática, mas tem como característica a compreensão do período em sua profundidade, apresentando os recursos que, segundo Schnerb, revestem o conflito de um aspecto que pode ser qualificado como “moderno”.

O autor se refere ao apelo à opinião pública, através da utilização de propagandas. Essa frase pode causar estranheza àqueles acostumados a observar a Idade Média pelo prisma da “Idade das Trevas” ou pela concepção de que o feudalismo e a Igreja Católica engessariam toda a possibilidade de qualquer dinâmica social.

Entretanto, a análise dos escritos produzidos durante a guerra civil aponta para um cenário político dinâmico. Essa característica do contexto rompe com a ideia de conformismo, principalmente ao longo da guerra civil e suas disputas internas. A população não estava apática e distante do conflito, estava envolvida e era prejudicada por este.

⁴⁷ SCHNERB, Bertrand. *Armagnacs e Bourguignons: La maudite guerre 1407-1435*. Paris: Perrin, 2001.

⁴⁸ La querelle des princes qui dégénère en guerre civile est, en fait, une rivalité politique qui coupe la France en deux, opposant deux conceptions de l’Etat à un moment crucial du développement du pouvoir monarchique français. [...] c’est un fait majeur qui conditionne l’ensemble de la politique française des trente-cinq premières années du XV^e siècle et qui, tout autant sinon plus que l’invasion anglaise, explique le « phénomène » Jeanne d’Arc. SCHNERB, 2001, p. 11.

⁴⁹ “La querelle des princes qui dégénère en guerre civile est, en fait, une rivalité politique qui coupe la France en deux, opposant deux conceptions de l’Etat à un moment crucial du développement du pouvoir monarchique français. [...] C’est un fait majeur qui conditionne l’ensemble de la politique française des trente-cinq premières années du xv^e siècle et qui, tout autant sinon plus que l’invasion anglaise, explique le ‘phénomène’ Jeanne d’Arc”. SCHNERB, 2001, p. 12.

O entendimento da participação popular neste contexto não deve ser supervalorizado, conforme discutiremos adiante. Não devemos, portanto, interpretar a guerra entre armanhaques e borguinhões como uma disputa entre a nobreza, da qual a população era apenas uma vítima passiva, sua participação deve ser problematizada, mas não excluída. Todo esforço de propaganda e legitimação encontrado nas fontes, indica que o apoio era um fator fundamental durante a guerra civil.

1.2 Guerra e propaganda na Idade Média

Um dos momentos mais destacados de utilização de propaganda na Guerra dos Cem Anos está no período em que Joana d’Arc participou do conflito.⁵⁰ Envolta em um véu de misticismo e magia, a heroína francesa povoa até hoje o imaginário do cinema e da literatura.⁵¹ Mas o que podemos extrair do personagem histórico?

Para fins de análise de propaganda, não é necessário uma busca extenuante sobre dados “verdadeiros” sobre sua trajetória, importa aqui a apropriação de sua imagem durante o século XV. Para os contemporâneos, Joana foi santa e feiticeira, foi bruxa e enviada de Deus para salvar o reino da França.

De todas estas representações, o que chega ao presente é o caráter único de Joana: sua capacidade de unir os franceses em torno de uma causa comum. No entanto, ao analisar um contexto mais amplo, Colette Beaune relativizou o aspecto da participação de Joana d’Arc, inserindo-a em uma tradição de profetizas.⁵² Joana não foi a única mulher a trazer ao rei mensagens divinas em tempos de crise, mas foi escolhida para simbolizar e legitimar a reivindicação de Carlos VII ao trono. Sua imagem mítica foi construída e utilizada tanto por Armanhaques quanto por Borguinhões e foi peça-chave para captação de apoio e legitimação dos atos de guerra.

Joana, enquanto personagem apropriado, transcendeu o período de sua participação na corte. Mesmo após sua morte espetacular, sua imagem foi disputada e resignificada dentro do contexto da guerra civil. O melhor exemplo disso se encontra nos processos: logo após sua captura, seu julgamento tramitou de maneira rápida e foi

⁵⁰ Colette Beaune, em sua biografia de Joana d’Arc, dedica um capítulo para o debate sobre o caráter da participação militar de Joana. Ver *A guerra pode ter um rosto de mulher?* pp. 153-168

⁵¹ As inúmeras apropriações e ressignificações da imagem de Joana d’Arc foram tema do V Seminário de Estudos Medievais - Imagens de Joana d’Arc: Idade Média, Cultura e Representação, organizado pelo GT de Estudos Medievais - ANPUH/RS. O resultado deste evento foi uma publicação, disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/1118/showToc>

⁵² BEAUNE, 2006, p. 13.

centrado na acusação de heresia. Certamente, Joana não sairia viva das mãos de seus captores, mas não era essa a questão principal que norteava o processo, este teve como principal objetivo tirar a legitimidade dos atos de Joana, principalmente a coroação de Carlos VII, apoiado pelos Armanhaques.

Anos após sua morte, herege condenada, Joana foi submetida a outro processo. Desta vez, o objetivo era exatamente o oposto. Logo após o termino do conflito com a Inglaterra, a reabilitação de Joana tinha como propósito provar a injustiça de sua condenação. Através da anulação do primeiro processo, a memória de Joana foi reabilitada e, conseqüentemente, foi retirada a mácula da suspeita de uma atuação maligna na coroação de Carlos VII.⁵³

Ao abordarmos os processos como um ato de legitimação e as apropriações da imagem de Joana durante a guerra, faz-se necessário o debate sobre o conceito de propaganda e sua aplicação para este contexto. No início desta pesquisa, foi apresentada a definição de propaganda como uma ação destinada a disseminar uma perspectiva e obter apoio. Essa perspectiva foi adotada na análise dos documentos utilizados, mas não sem a reflexão sobre a própria possibilidade de usar o conceito de propaganda para o período medieval sem cair em anacronismos.

Um dos principais pontos levados em consideração foi a intrínseca relação entre o conceito de propaganda e o período contemporâneo. Esta relação se baseia no pressuposto de que a propaganda só poderia existir a partir do surgimento dos meios de comunicação modernos, notadamente a imprensa, que permitiriam sua difusão.

Todavia, se condicionamos a existência da propaganda à difusão e não aos veículos de comunicação em si, temos a possibilidade de ampliar o uso do conceito de propaganda para um período que antecede a invenção da imprensa.

Assim temos que, 1) a propaganda tem como fim a disseminação de uma perspectiva e/ou a obtenção de apoio; 2) Se a propaganda tem como fim a divulgação de algo, temos que definir de que forma é feita essa divulgação; 3) Se não existem meios de comunicação de massa, tais como jornais, rádio e etc, de que forma poderia ser veiculada a propaganda?

Ao dissociarmos o conceito de propaganda de sua difusão por meios de comunicação modernos, precisamos estabelecer as possíveis formas pelas quais seria feita a comunicação durante o período medieval. Este tema constitui um campo de

⁵³ Ver também DUBY, Andrée ; DUBY, Georges. *Les procès de Jeanne d'Arc*. Paris: Gallimard, 1973.

pesquisa, cujos resultados apontam para um conjunto de veículos alternativos para a difusão da propaganda: os discursos e sermões, as orações públicas, as predições e profecias, troféus de guerra, fundação de capelas, procissões, propaganda historiográfica, estandartes e canções.⁵⁴

Assim como os meios de veiculação de propaganda contemporâneos, na Idade Média, podemos observar diferentes tipos de recursos que atingiam diferentes tipos de audiência. Podemos, por exemplo, falar em propaganda escrita, esta se difundia através de diferentes meios, tais como, obras históricas ou crônicas, cartas, libelos, panfletos, declarações fixadas em portas de igrejas ou em locais públicos e biografias.⁵⁵

Um importante veículo de difusão escrita de propaganda no período medieval foram as histórias, estas foram utilizadas como propaganda de legitimação por diversos reis e mesmo por monastérios. Por vezes, os escritos eram encomendados pelo monarca, dos quais,

um dos exemplos mais antigos são as crônicas anglo-normandas escritas na geração pós conquista normanda.[...]Eduardo I era bem consciente do valor da história para a propaganda. Fez muito uso para apoiar sua reivindicação à soberania da Escócia.⁵⁶

Esse recurso também foi utilizado por Eduardo III, que teve crônicas escritas em seu louvor, as quais também justificavam sua guerra contra a Escócia e a França.⁵⁷ Gransden enfatiza que a produção de escritos propagandísticos na Inglaterra medieval ocorreu esporadicamente. A autora divide esses escritos em dois grupos: histórias oficiais (encomendadas por uma autoridade) e “semi-oficiais” (não foram encomendadas, mas representam o ponto de vista das autoridades).⁵⁸ O conteúdo das

⁵⁴ CONTAMINE, 1994, p. 8-10. Ver também HUTCHINSON, 2012, p. 6.

⁵⁵ CONTAMINE, 1994, p. 8-10.

⁵⁶ Edward I was well aware of the value of history for propaganda. He made extensive use of it to support his claim to the overlordship of Scotland. GRANSDEN, 1975, p. 367.

⁵⁷ Robert of Avesbury, registrar to the archbishop of Canterbury, wrote the *De gestis mirabilibus regis Edwardi tertii*, which is virtually a military history, to praise Edward III in chivalric terms and justify his wars against Scotland and France. He demonstrates Edward III's right to overlordship of Scotland with a flashback composed “from ancient chronicles” recapitulating Anglo-Scottish relations from the time of Bruts to the coronation of Robert Bruce. He concentrates especially on the war with France, describing the English victories one after another, culminating in the triumph at Poitiers. He justifies Edward's claim to the crown of France by right of inheritance and asserts that it had been violently acquired by Philip of Valois. GRANSDEN, 1975, p. 373.

⁵⁸ GRANSDEN, 1975, p. 363.

crônicas era variado e expressava desde meros elogios até argumentos que poderiam ou não envolver deturpação deliberada de determinados acontecimentos.

As histórias também difundiram propagandas dos monastérios. Sua utilização poderia estar vinculada a contextos em que os estes tinham seus direitos ameaçados, ou com a necessidade de incentivar doações ou mesmo para fortalecer o espírito corporativo de seus membros.

Apesar das crônicas monásticas terem, geralmente, o monastério como tema, eventualmente, elas poderiam tratar de assuntos relacionados ao governo do reino e, como os monges não estavam submetidos ao poder do rei, neste espaço privilegiado, os escritores podiam mesmo ser hostis ao criticar determinadas atitudes da administração real.⁵⁹ Clérigos seculares, entretanto, não desfrutavam da mesma liberdade para tratar dos assuntos políticos.

O ato de escrever uma crônica sobre a nobreza reinante também poderia ser um benefício para seu autor, alguns escritores produziam textos laudatórios não encomendados, com o objetivo de obter patrocínio de um nobre. Conforme será discutido adiante, em determinadas conjunturas políticas, obter a simpatia de um nobre poderia representar muito mais que apenas patrocínio. No contexto da guerra civil, o apoio poderia representar segurança (ou ameaça) ao patrimônio e à vida do indivíduo.

Além das crônicas, outra forma escrita de propaganda são as biografias reais, estas, entretanto, não visavam uma ampla audiência, pois tinham como alvo a corte. A alfabetização da população é importante fator a ser considerado, pois indica que público bastante restrito estaria sujeito a este tipo de veículo de comunicação. Nesse sentido,

o termo propaganda tem uma aplicação limitada para a maior parte da Idade Média, porque ela não consegue disseminar uma perspectiva amplamente. Até o começo do século XIV, ela se restringe a um pequeno círculo de homens. [...] Frequentemente o primeiro impacto poderia ser naqueles que já aceitavam o ponto de vista do governo, mas posteriormente a propaganda poderia aumentar a lealdade dos súditos do rei. Com a difusão da alfabetização, no século XV, aumentou o número de pessoas atingidas em primeira mão pela propaganda.⁶⁰

⁵⁹ GRANSDEN, 1975, p. 367.

⁶⁰ GRANSDEN, 1975, p. 364.

Portanto, como a propaganda atingia essa enorme parcela da sociedade? Era importante que a propaganda atingisse o resto da população, ou apenas sua divulgação entre a nobreza era suficiente?

Certamente, a propaganda necessária em tempo de guerra civil não tinha como objetivo atingir todo o conjunto do reino. Entretanto, sua mensagem pode ter sido endereçada a um público mais amplo, utilizando outros recursos, sejam eles orais ou imagéticos.

Contamine elenca entre os meios alternativos de difusão de propaganda uma série de recursos que não necessitam da palavra escrita, tais como discursos e sermões, orações públicas, predições e profecias, troféus de guerra, fundação de capelas, procissões, estandartes e canções.⁶¹ Além disso, o autor destaca a riqueza de materiais imagéticos produzidos nos séculos XIV e XV que constituem um testemunho do político.⁶²

As imagens e símbolos tiveram um papel extremamente importante durante a guerra civil entre armanhaques e borguinhões. Emily Hutchinson caracteriza a distribuição de emblemas por João sem Medo como uma das estratégias mais relevantes utilizada. Segundo a autora, a prática de distribuir emblemas era comum no período medieval. Porém, João sem Medo inovou ao utilizá-los para criação de uma comunidade borgonhesa. Segundo Hutchinson esta comunidade era a antítese da facção rebelde Armanhaque e obteve êxito em agrupar tanto partidários da aristocracia quanto da sociedade urbana.⁶³ Os registros do Parlamento mostram claramente a utilização dos distintivos em momentos chave de dominação do poder em Paris.

A partir da perspectiva da extrema importância da formação de uma comunidade borgonhesa, Hutchinson não vincula o começo da guerra com o assassinato de Luís de Orleans, em 1407, mas à ampliação dos envolvidos em 1411. Este momento marca a transição de um conflito que até então permanecia em um âmbito relativamente privado, envolvendo o Duque de Borgonha e o filho do Duque de Orléans e seus respectivos

⁶¹ CONTAMINE, 1994, p. 8-10.

⁶² CONTAMINE, Phillippe. *Guerre, État et société à l fin du Moyen Âge: Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. Paris: Éditions de l'École des hautes études em sciences sociales, 2004. p. 302.

⁶³ Para a autora, a formação de uma identidade comum borgonhesa era um dos objetivos principais do duque de Borgonha, e ele conseguiu isso através da propagação de sua retórica através da comunicação verbal e não-verbal, que ele apoiou por coerção violenta. HUTCHINSON, p. 251-252.

aliados. O ponto de viragem estaria vinculado à mobilização de um grande grupo de açougueiros, peleiros e curtidores para perseguir os orleanistas da capital.⁶⁴

O ataque aos apoiadores de Orléans foi uma medida de força que utilizou de violência para subjugar o adversário, mas a disputa não se restringiu a este âmbito, esta ação foi desencadeada dentro dos limites da legitimidade, pois foi autorizada por Pierre de Essarts, preboste de Paris.⁶⁵ Os termos da ordenança declaravam que todos os apoiadores do duque de Orléans eram rebeldes e, por esta razão, o assassinato e confisco dos bens dos suspeitos de pertencer a esta facção estavam autorizados. Esta situação nos permite observar o caráter multidimensional do conflito que não pode ser compreendido apenas em suas características militares, pois a disputa transcendia os embates físicos ao se utilizar de recursos de legitimação.

Diante desta “caça” aos orleanistas, os apoiadores do duque de Borgonha começam a usar emblemas feitos de chumbo e estanho que representavam a cruz de Santo André, patrono do duque, para diferenciá-los dos suspeitos de orleanistas. A tomada de partido, numa situação destas, implicava na segurança pessoal e do patrimônio de cada pessoa. Como consequência desta ordenança, houve uma ampliação das pessoas envolvidas no conflito, seja por seu interesse direto ou não na querela entre Orléans e Borgonha.

Em *Winning Hearts and Minds in Early Fifteenth- Century France: Burgundian Propaganda in Perspective*⁶⁶, Hutchinson apresenta mais detalhadamente sua investigação sobre a propaganda borgonhesa. A autora tem como objetivo analisar o motivo da campanha política borgonhesa ter sido melhor sucedida que a de seus rivais, a partir da estratégia de João sem Medo e sua chancelaria para ganhar apoio. Segundo a autora, a propaganda de Orléans era reativa, apenas produzindo respostas às acusações borgonhesas.

⁶⁴ A denominação dos grupos apresentou uma variação, principalmente de acordo com a preferência dos cronistas medievais. Além disso, Beaune aponta para variações ao longo do tempo. O partido “chamou-se Orléans ou orleanês, armanhaque a partir de 1411, delfinal, real ou francês a partir de 1420. Mas, em 1429, pelo menos três denominações diferentes são possíveis. Enfim, certos nomes foram objeto de repetidas proibições reais. As ordenações de Carlos VI, em 1411, depois em 1419, proibem o uso do termo armanhaque e borgonhês como injúria grave, incitação à sedição, perturbação da ordem pública”. BEAUNE, 2006., p. 251.

⁶⁵ Pierre de Essarts (?-1413) exerceu o cargo de preboste de Paris entre abril de 1408- novembro de 1410 e entre outubro de 1411-março de 1412. O preboste de Paris é um oficial do rei, cujas atribuições são semelhantes ao do bailio: administrar, julgar e coletar impostos.

⁶⁶ HUTCHINSON, Emily. *Winning Hearts and Minds in Early Fifteenth- Century France: Burgundian Propaganda in Perspective*. French Historical Studies, Vol. 35, No. 1 (Winter 2012), p. 1-28.

Diante desta análise, centrada no êxito da propaganda borgonhesa, faz-se necessária a problematização do contexto. Conforme apresentaremos adiante com mais detalhes, Luis de Orléans não necessitava de uma campanha de legitimação, pois já ocupava um lugar extremamente importante, influenciando diretamente o rei e a corte.

Uma abordagem semelhante à de Hutchinson pode ser encontrada na obra de Georges Minois⁶⁷, em capítulo do livro *La Guerre de Cent Ans*, no qual acaba por simplificar a conjuntura política, não pela supervalorização da capacidade política de João sem Medo, mas pela ênfase excessiva no descontentamento popular com Luís de Orléans.⁶⁸ Sua linha argumentativa acaba por colocar em segundo plano todo o esforço empreendido por João sem Medo para legitimar o assassinato do Duque de Orléans ao afirmar que o povo de Paris estava satisfeito com seu assassinato.

No entanto, essa afirmação suscita um questionamento: se o povo estava satisfeito e João sem Medo desfrutava de influência na corte, qual a razão da campanha para legitimar seu ato? Após confessar o assassinato, João sem Medo fugiu e articulou sua campanha de justificativa e seu retorno.

A complexidade da conjuntura política estava relacionada com os inúmeros fatores envolvidos no conflito: não se tratava apenas de poderio militar ou financeiro e nem mesmo a proximidade com o rei era um fator determinante. Assim, todo e qualquer apoio era significativo, situação em que o uso da propaganda era necessário e, como demonstramos, possível. Apresentamos até aqui duas formas de propaganda, escritas e imagéticas, cujas práticas remontam a um período anterior ao conflito entre armanhaques e borguinhões

1.3 Antecedentes do Conflito

Para compreendermos a mudança na extensão do conflito e a posição dos adversários em suas relações de poder, precisamos retroceder alguns anos antes do assassinato de Luis de Orléans, antes deste se tornar um competidor pelo poder na corte, antes mesmo de Nicolas de Baye assumir seu cargo como escrivão do Parlamento de Paris.

⁶⁷ MINOIS, Georges. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Perrin, 2010.

⁶⁸ MINOIS, 2010, p. 345.

As condições para a disputa entre os membros da nobreza foram estabelecidas no cenário político após a morte de Carlos V⁶⁹, com a ausência de um herdeiro que pudesse exercer o poder de forma forte. Inicialmente, a fragilidade do herdeiro estava ligada a sua minoridade e por este motivo o comando do reino da França foi entregue a um conselho. Carlos V havia deixado em testamento as medidas que deveriam ser tomadas caso morresse enquanto seu filho fosse menor: a regência seria exercida por Luis, Duque de Anjou⁷⁰ e a tutela dos infantes caberia a Jean de Berry⁷¹, Felipe de Borgonha⁷² e Luis de Bourbon.⁷³

A organização desta regência compartilhada tinha como objetivo não permitir que nenhum dos membros exercesse maior poder que outro. O equilíbrio idealizado por Carlos V, entretanto, não se concretizou. Com a morte do rei, Felipe de Borgonha, o Ousado, fez o possível para reduzir a influência de seu irmão, Luis de Anjou, contrariando as disposições do “testamento político” do rei.⁷⁴

Assim, em 1380, inicia-se o chamado “governo dos tios, durante este período, Felipe “dominou o Estado e governou a França quase sem dividir o poder com seu irmão, Jean de Berry.”⁷⁵ Essa condição perdurou até 1388, quando Carlos VI, com 20 anos de idade, libertou-se da tutela dos tios e governou com auxílio de seu irmão Luis, Duque de Touraine, futuro Duque de Orléans, e de antigos conselheiros de seu pai, afastados do poder durante o “governo dos tios”. Esses conselheiros eram conhecido pela designação “Marmousets”, o grupo era composto por Jean de Montaigu, Jean Le Mercier e Olivier de Clisson.⁷⁶

Pouco após ter atingido a maioridade, Carlos VI foi novamente afastado do poder devido à fragilidade de sua saúde. A historiografia cogita vários tipos de problemas de ordem mental que frequentemente o afastavam do governo do reino.⁷⁷ Eis aqui um dos momentos que marcam a condição de emergência para o que se tornaria

⁶⁹ Carlos V (1364-1380).

⁷⁰ Luis II, duque de Anjou (1384-1417), coroado rei de Nápoles em 1389.

⁷¹ Jean, duque de Berry (1340-1416), exerceu um papel importante no conselho de Carlos V e no de Carlos VI. Grande responsável pela articulação política contra o duque de Borgonha. Sua filha Bonne era esposa de Bernard de Armagnac.

⁷² Felipe, o Ousado, Duque de Borgonha (1342-1404).

⁷³ Luis II, Duque de Bourbon (1356-141).

⁷⁴ SCHNERB, 2005, p. 29.

⁷⁵ Ibid, p. 27.

⁷⁶ Os Marmousets não se apoiam simplesmente em sua relação com o rei. Eles estão todos conectados por uma rede de parentesco e alianças. GUENNÉ, 1987, p.31.

⁷⁷ Macredi xix^e jour d’aoust. Cedit jour, le Roy estant Malade en son hostel de Saint Pol à Paris de la maladie de l’alienation de son entendement, laquelle a duré dès l’na mil CCC IIII^{xx} et XIII. BAYE , Tomo I, p. 137. BAYE , Tomo I, p. 24, rei afastado em 16/02/1402.

uma guerra civil alguns anos mais tarde: a consolidação de grupos que tinham a possibilidade de exercer o poder no reino durante os vários momentos em que o rei estava impossibilitado de governar. Este era o principal motivo da disputa: o grande objetivo não era destituir Carlos VI e tomar a coroa, mas exercer o poder através da proximidade com o rei.

Nestas ocasiões, dois personagens emergiram como lideranças fortes e concorrentes: Luís de Orléans e Felipe, o Ousado, Duque de Borgonha. De um lado, temos Luís, Duque de Orléans, irmão mais novo do rei, “jovem, elegante, dotado de um charme natural, culto e, característica comum aos príncipes de Valois, um mecenas. Aquele cuja imagem é associada às festas mais brilhantes, às joias mais ricas e aos trajes mais extravagantes,”⁷⁸ característica amplamente explorada pela propaganda borgonhesa.

Seu adversário, Felipe, o Ousado, igualmente irmão mais novo de um rei, Carlos V, é descrito como o mais poderoso e mais rico dos príncipes da França. Além dos inúmeros privilégios pecuniários, a casa de Borgonha tinha entre suas possessões Artois e Flandres que constituíam um importante centro de produção têxtil.

A tensão entre os príncipes era crescente. Felipe tinha seu poder consolidado desde a morte de Carlos V, entretanto, com o passar do tempo, Luís se tornou um oponente bastante influente. O duque de Orléans conseguiu aumentar gradualmente seu poder, colocando seus aliados em postos da administração local. Segundo Demurger,

no limiar do século XV, a rivalidade entre o Duque de Borgonha, Felipe o ousado, e Luís de Orléans, se manifesta, sobretudo, no que concerne ao controle do Conselho e dos gabinetes de finanças. Entre senescais e baillios um equilíbrio foi mantido e as nomeações foram frequentemente por acordo entre os príncipes da flor de lis.⁷⁹

⁷⁸ Jeune, élégant, doué d'un charme naturel, il est cultivé et, trait commun aux princes de Valois, c'est un mécène. Celui dont l'image est associée aux fêtes le plus brillantes, aux bijoux les plus riches et aux costumes les plus extravagants manifeste aussi une piété profonde et une dévotion qui s'épanouit au sein de l'Ordre des Célestins. [...] Louis manifeste aussi l'arrogance de sa jeunesse en face des anciens dont la tutelle, si longtemps supportée, lui pèse de plus en plus. SCHNERB, 2001, p. 26.

⁷⁹ Au seuil du XV^e siècle, la rivalité, parfois vive, entre le duc de Bourgogne, Philippe le Hardi, et le duc Louis d'Orléans, se manifeste surtout au niveau du contrôle du Conseil et des offices de finance. Dans les bailliages et sénéchaussées un équilibre est maintenu et les nominations se font fréquemment par accord entre les princes des fleurs de lys: Guillaume de Tignonville est nommé prévôt de Paris en janvier 1399 par un Conseil où les ducs de Bourgogne et d'Orléans sont présents. DEMURGER, Alain. *Le rôle politique des baillis et sénéchaux royaux pendant la guerre civile en France (1400-1418)*. In.: Histoire comparée de l'administration, éd. Werner PARAVICINI et Karl Ferdinand WERNER, Zürich et Munich, 1980, p. 283.

Com o tempo, a influência de Luís se consolida, “nos anos de 1400, a maioria dos bailios do norte de França e de senescais do sul da França, que constituem as engrenagens essenciais da administração e da justiça na escala local, fazem parte da clientela deste príncipe.”⁸⁰ Mas o controle da maior parte dos cargos de baixo escalão não é suficiente para assegurar o poder do jovem príncipe. Luís se respaldou utilizando sua influência sobre o rei, o que lhe permitiu colocar seus protegidos nas funções mais altas do Estado, equilibrando seu poder nos lugares onde os partidários do Duque de Borgonha antes eram maioria, como, por exemplo, no Parlamento.

Em 1401, Luis é designado como “*souverain-gouverneur des aides*”⁸¹, encontramos no relato do escrivão do Parlamento o dia em que “foi lido e publicado na Corte uma carta real pela qual o Rei ordenou que o senhor duque de Orléans, seu irmão, intercedesse nas finanças dos subsídios ordenados para as guerras.”⁸² No ano seguinte, com o reacendimento do conflito contra a Inglaterra, Luís ordenou a implementação de um novo imposto para financiar a defesa em Guyenne.

A política fiscal de Orléans prejudicou imensamente sua imagem com a população parisiense. Os pesados impostos causaram um descontentamento geral, que não passou despercebido por Felipe e se tornou um dos principais temas explorados pela propaganda Borgonhesa, inclusive posteriormente, quando João sem Medo assumiu a liderança da Casa de Borgonha.

A estratégia adotada foi a denuncia da política fiscal de Luís ao Parlamento através do envio de uma manifesto político. Para garantir uma grande ressonância do documento, cópias da carta foram remetidas ao “Châtelet de Paris, à Câmara de contas, ao preboste dos mercadores e às *bonnes villes* do reino.”⁸³

A historiografia atribui grande ênfase nas políticas de propagandas da casa de Borgonha e enfatiza a reatividade da propaganda de Orléans e, por vezes, se perde o foco da situação: Luís de Orléans não precisava de propaganda, sua estratégia foi bem sucedida. Ao longo dos anos de 1402-1407, o Duque de Orléans exerceu uma influência

⁸⁰ SCHNERB, 2001, p. 63.

⁸¹ O cargo lhe conferia o comando sobre os impostos extraordinários, que constituíam os principais recursos financeiros para a diplomacia e para a guerra. Estes impostos deveriam ser consentidos pelos representantes dos três estados do reino (igreja, nobreza e cidades). SCHNERB, 2001, p. 67.

⁸² Au jour d’ui, a esté leue et publiée en la Court une lettre royal par laquelle le Roy a ordonné que mons^r le duc d’Orleans, son frere, s’entremette du fait de ses finances des subsidies ordonnés pour les guerres, et qu’il soit par dessus les generaulz consellers sur le fait des dictes finances, et sanz lequel il ne puist par eulz aucune chose estre fait, comme plus à plain appert par la teneur d’icelle letter, qui enregistree ou livre des Ordennances. BAYE, Tomo I, p. 33.

⁸³ Châtelet de Paris, à la Chambre des comptes, au garde de la prévôté des marchands et aux bonnes villes du royaume. BAYE, Tomo I, p. 68.

crescente na condução dos negócios do reino e, entre 1406 e 1407, a maior parte dos membros do conselho foi recrutada entre seus partidários.⁸⁴

Luís não precisava de uma forte campanha de propagandas em Paris, pois não precisava do apoio financeiro ou de legitimação. Na posição de irmão do rei e desfrutando das ausências deste, o duque de Orléans tinha acesso não apenas às nomeações como também ao tesouro real e, o acesso a estes recursos, permitiu-lhe conquistar muitos apoiadores e custear uma política de expansão territorial.

1.4 João sem Medo, Duque de Borgonha

Preso entre a disputa dos príncipes, Carlos VI era coadjuvante em seu próprio reinado. A queda de braço entre Luís e Felipe se estendeu de 1388 até 1404, em um estado de relativo equilíbrio.

Em 1404, Felipe faleceu acometido por uma doença, sua morte foi bastante narrada na literatura do período. O Duque de Borgonha morreu em sua cama, cercado por seus filhos. O relato aparece na obra de Christine de Pisan, *Le livre des faits et bonnes moers du roi Charles V le Sage*, como uma “boa morte”, uma morte exemplar, “não apenas a morte de um homem de estado consciente de seus deveres, mas a morte serena de um cristão.”⁸⁵ O que não aconteceu nem com Luís, assassinado em 1407 nem com João sem Medo, que encontrou o mesmo destino em 1419.

Com a morte de Felipe, em 1404, seu filho João sem Medo se tornou Duque de Borgonha. Neste momento, a conjuntura favorecia Luís que, além de ter sua posição de poder assegurada, encontra-se sem rival à altura: João sem Medo não possuía nem a mesma habilidade nem o mesmo prestígio de seu pai.⁸⁶ Tomas Basin, autor da *Histoire de Charles VII*, apresenta um panorama deste período.

Carlos VI, muito antes de sua morte, seja por causa de algum feitiço, seja por compleição natural, caiu em uma demência furiosa, cortada por intervalos de lucidez. Esse infortúnio foi a causa das disputas entre os príncipes do reino – especialmente o Duque de Orléans, irmão de Carlos VI e João, o Duque de Borgonha. A loucura do rei o impedia de governar sozinho. Cada príncipe,

⁸⁴ DEMURGER, 1980, p. 283.

⁸⁵ SCHNERB, 2005, p. 137.

⁸⁶ BOURGEOIS, p. 29.

por ambição e interesse, se julgava mais indicado que o outro para ocupar o cargo e cada um possuía muitos seguidores e partidários.⁸⁷

Logo em seu primeiro ano como chefe da casa de Borgonha, João sem Medo marcou sua posição: em 1405, marchou para Paris acompanhado de homens em armas. Luís de Orléans conseguiu se retirar da capital acompanhado da rainha e do Delfim, no entanto, João sem Medo os interceptou. Neste ato, o novo tom da disputa fica bastante claro, João sem Medo mostrou que estava disposto a recorrer às armas para conquistar sua posição na corte. Entretanto, a força militar não foi a única arma utilizada, interceptar a comitiva real foi um movimento ousado e o duque de Borgonha buscou a legitimidade para sua atitude na anuência dos principais elementos políticos da corte: após escoltar o Delfim a Paris, o duque se encontrou com Carlos VI e reuniu no Louvre os duques de Berry e Bourbon, a chancelaria da França, os conselheiros do Parlamento e representantes da Universidade de Paris. João sem Medo ordenou a leitura da justificativa para a sua atitude e de seu manifesto político diante dos indivíduos mais poderosos da sociedade parisiense.⁸⁸

No relato de Baye fica evidente a questão central que permeia a disputa pelo poder entre a nobreza: o rei ausente. Conforme mencionado anteriormente, o objetivo

⁸⁷ Charles VI, père de Charles VII, longtemps avant sa mort, soit à la suite de quelque enchantement magique, soit par le fait de sa complexion naturelle, tomba dans une démence furieuse, coupée néanmoins d'assez fréquents intervalles de lucidité. Ce malheur fut cause qu'entre les princes du royaume, surtout entre le duc d'Orléans, frère de Charles VI, et Jean, duc de Bourgogne -, des jalousies et des disputes se firent jour pour le gouvernement du royaume. La folie du roi lui interdisait absolument de gouverner par lui-même. Chacun des princes, au contraire, par ambition à la fois et par intérêt, se jugeait plus indiqué que le voisin pour cette grande charge, et chacun comptait beaucoup de sectateurs et de partisans. BASIN, Tomas. *Histoire de Charles VII*. In. Les classiques de l'histoire de France au Moyen Âge. 15^o vol. Paris: Soc. d'édition "Les Belles Lettres", 1933. p. 10.

⁸⁸ No relato de Baye, "la Royne et le duc d'Orleans Loiz, frere du Roy, estans à Melun, où l'en menoit de Dauphin, duc de Guienne, aagié de ix ans, et as femme, aagiée de x ans ou environ, au mandement de la Royne, mere dudit Dauphin, Jehan, duc de Bourgoigne et contes de Flandres, cousin germain du Roy et pere de la femme dudit Dauphin, qui venoit au Roy, comme l'en dit, pour faire hommage après le decès de Phelippe, son pere, oncle do Roy jadis, de ses terres, et pour le visiter et aviser, comme l'en disoit, du petit gouvernement de ce royaume, souspeçonnans, comme l'en dit, que la Royne n'eust mandé ledit Dauphin pour sa venue, chevaucha hastivement et soudainement à tous sa gent armée de Louvres en Paris où il avoit geu à Villejuve, à Gevisy. Et ledit Dauphin, interroge après salus où il aloit, et si voudroit pas bien retourner en sa bonne ville de Paris, a respondu que ou, comme l'en dit, le ramena environ xij heures contre le gré du marquiz du Pont, cousin germain du Roy et dudit duc, et contre le gré du frere de la Royne et d'autres qui le menoient. Auquel Dauphin alerent du devant de Roy de Navarre, cousin germain, le duc de Berry et le duc de Bourbon, oncles du Roy, et pluseurs autres seigneurs qui estoient à Paris, et le menerent ou chasteau du Louvre pour estre plus seurement, don't se tindrent mal contents lesdiz duc d'Orleans et la Royne, tellement que *hinc inde* s'assemblerent à Paris, du cousté dudit duc de Bourgoigne, le duc de Lamboure, son frere, à grant nombre de gens d'armes et ou plat paiz environ du cousté dudit d'Orleans, pluseurs, comme l'en dit. Que l'en avendra, Dieu y pouvoie, car en lui doi estre esperance et fience, et non *in principibus, nec in filiis hominum, in quibus nos est salus.*" BAYE, Tomo I, p. 137-138.

nunca foi a substituição do rei, mas sim a ocupação do lugar onde a influência sobre o rei fosse exercida mais diretamente. Suas constantes ausências foram muito impactantes na época e podem ser verificadas em diversos momentos, por exemplo, em março de 1408, quando Jean Petit apresenta sua justificativa do assassinato do duque de Orléans, o rei se encontrava doente⁸⁹; em março de 1413, o resultado da eleição de procurador geral foi informado ao Delfim, pois o rei estava impossibilitado de comparecer ao Parlamento. As ausências se tornaram parte do arranjo político do período, o motivo registrado por Baye: a doença costumeira do rei.⁹⁰

Nas ausências do rei e mesmo quando sua saúde lhe permite governar, Luís de Orléans, seu irmão, exercia influência no governo do reino. Mas o Duque de Orléans não dispunha da simpatia da opinião pública parisiense, o que lhe custou pelo menos dois poderosos aliados: a população e a Universidade de Paris.

Enquanto Luís se favoreceu no exercício do poder, que aumentou grandemente após o falecimento de Felipe, João sem Medo procurou reverter esta situação e baseou seus primeiros movimentos em uma campanha para uma reforma do governo real.

Assim que se iniciaram as hostilidades, em 1405, a Universidade de Paris se posicionou favoravelmente ao Duque de Borgonha. Para Tournier, a reforma prometida pelo duque foi o principal fator da adesão da Universidade, pois esta

compartilhava com o duque a mesma concepção de Estado: a ideia de um Estado que respeita as tradições e os privilégios, em oposição a um Estado Moderno.[...] Esta [a Universidade] não poderia ser insensível a um programa que fazia das liberdades um tema central, pois elas serviam diretamente aos seus interesses corporativos garantindo sua autonomia institucional, ou seja, um de seus componentes construídos em um conjunto de direitos, privilégios, concessões e liberdades adquiridas ao longo dos séculos. Mas quando João sem Medo chegou à cena pública com o seu programa, ele representou a fuga da tendência centralizadora que assolou o estado desde o tempo dos *Marmousets*, e especialmente desde a tomada de poder de Luís de Orleans sobre o governo real.⁹¹

⁸⁹ BAYE, Tomo I, p. 222-223

⁹⁰ BAYE, Tomo II, p. 105.

⁹¹ L'Université de Paris embrassa le parti bourguignon parce qu'il prônait la réforme, et qu'elle partageait avec le duc la même conception de l'État: l'idée d'un État respectueux des traditions et des privilèges par opposition à un État moderne. Même si rien dans la requête de Jean de Nielles ne concernait explicitement l'Université, cette dernière ne pouvait qu'être sensible à un programme faisant des libertés un thème central, car il servait directement ses intérêts corporatifs en garantissant son autonomie institutionnelle, autrement dit l'un de ses éléments constitutifs bâti sur un ensemble de droits, de privilèges, de franchises et de libertés acquis au cours des siècles passés. Or, lorsque Jean sans Peur arriva sur la scène publique avec son programme, il représenta l'échappatoire à la tendance centralisatrice dont souffrait l'État depuis l'époque des *Marmousets*, et surtout depuis la main mise de Louis d'Orléans sur le gouvernement royal. TOURNIER, 2007, p. 301.

Em 21 de agosto de 1405, João sem Medo reuniu o Conselho Real para apresentar seu programa reformador. Alguns dias depois, foram expedidas cartas com as propostas de João sem Medo à Universidade, entre outros, para debater o conteúdo do programa.⁹² Segundo Schnerb, as proposições de João sem Medo tiveram aceitação entre os membros da Universidade

e do Parlamento, partidários do estabelecimento de um controle político confiado aos representantes dos três estados. Após a leitura deste manifesto, este foi copiado e enviado aos representantes do clero, da nobreza e das cidades e expedido para todo o reino.⁹³

As acusações e manifestos de João sem Medo não ficaram sem resposta. Em igual medida, Luís de Orléans fez com que fosse lida, diante da Corte, a acusação de que João sem Medo teria sequestrado o Delfim, cometendo, portanto, crime de lesa-majestade. Conforme Baye, as cartas continham *em summa* que, “ele [o duque de Borgonha] capturou o Delfim contra a vontade do Rei, da Rainha e do Duque de Orléans, seu tio, que é o mais próximo depois do pai e da mãe, e o colocou no Louvre, cometendo crime de lesa majestade.”

O relato de Baye nos permite observar a disputa pela legitimidade. A acusação de Luís abordava a situação a partir de sua posição na Corte, sendo caracterizado como a pessoa “mais próxima ao delfim depois de seu pai e sua mãe”. A argumentação de Luís foi publicada, assim como um manifesto no qual acusava o duque de Borgonha de tentar um golpe de Estado. A disputa entre os duques chega ao seu ápice em 1407, quando João sem Medo sofreu novo revés e decidiu eliminar seu rival.

Com esse ato, o conflito não encontrou seu fim, pelo contrário, vários nobres se agruparam no entorno do jovem duque de Orléans e a reivindicação por justiça somou-se à disputa pelo poder. Com o desenrolar do conflito, o jogo intrincado de relações acabou envolvendo toda a sociedade parisiense.

João sem Medo contou com o apoio da Universidade de Paris, conquistado a partir do programa reformador, mas este não é o único fator a ser considerado na análise

⁹² BAYE, Tomo I, p. 138. TOURNIER, 2007, p. 300.

⁹³ Cette proposition doit aller directement au coeur des gens de l'Université et du Parlement, partisans de l'établissement d'un contrôle politique onfié aux représentants des trois états. Après la lecture de ce manifeste, le texte en est recopié et les copies, adressées aux représentants du clergé, de la noblesse et des villes, sont expédiées dans tout le royaume. SCHNERB, 2001, p. 78.

da afiliação da Universidade. Tournier aponta que em fontes externas à Universidade, esta aparece como uma voz uníssona, mas internamente, a instituição tinha suas dissidências, o que pode ser verificado em ocasiões como a condenação da Justificativa de Jean Petit pelo Concílio de Fé em 1414.⁹⁴

1.5 História Política e Idade Média

Até este ponto, já foi possível apresentar alguns elementos que fundamentam a relação intrínseca entre os aspectos militar e político da guerra civil, tais como, a justificativa do “raptó” do Delfim, em 1405 e a série de cartas enviadas ao Parlamento para legitimar o ato de João sem Medo. A relação entre a política e guerra foi postulada por Claus von Clausewitz e expressa em uma frase celebre: “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios.”⁹⁵

Segundo Clausewitz, a guerra sempre surge por um motivo político, no entanto, ela não é um ato político autônomo, ou seja, uma manifestação de violência que tomaria o lugar da política. A política orienta a guerra, mas não tem total controle sobre seu desenvolvimento, em outras palavras, é impossível determinar cada ato de um conflito. Nas palavras de Clausewitz, a despeito da política ser a força motriz da guerra,

nem por isso o objetivo político é um legislador despótico; terá que adaptar-se à natureza dos meios que dispõe, o que leva, frequentemente, à sua completa transformação, mas sem que deixe de permanecer na primeira linha de nossas considerações.⁹⁶

Este viés interpretativo é umas das abordagens clássicas para o estudo da História Militar. Entretanto, para o período medieval, enquanto proliferam as considerações sobre a guerra, a política permanece sob certo grau de incerteza.

Temos, por exemplo, a perspectiva de Alain Guerreau, que considera que não é possível a existência de história política na Idade Média, no sentido de que o acontecimento não pode ser visto se não dentro do contexto do cristianismo medieval. Para o autor, “o substantivo político é um macro conceito estreitamente ligado à

⁹⁴ TOURNIER, 2007, p. 310.

⁹⁵ CLAUSEWITZ, 2010, p.27.

⁹⁶ CLAUSEWITZ, 2010, p. 27.

sociedade europeia contemporânea, da qual ele designa sinteticamente um conjunto muito intrincado e organizado, de representações, de instituições e de estratégias.”⁹⁷

Neste breve excerto da obra de Guerreau, fica explícita a impossibilidade de uma dinâmica política na Idade Média, por se tratar de uma sociedade presa às determinações religiosas. Embora esta afirmação seja verdadeira para certa parcela da Idade Média, não podemos estendê-la para todo o período. De fato, é bastante complicado tratar esse recorte temporal tão longo a partir de considerações tão abrangentes. Não seria possível imaginar que os valores sociais presentes no século VII fossem partilhados por aqueles que viveram no século XIV.

Na documentação analisada nesta pesquisa, é possível observar uma dinâmica, não só política, mas social, que não deve ser negada ou superestimada, mas problematizada e entendida em categorias próprias para o entendimento deste contexto em específico.

Para Aude Mairey, por exemplo, o entendimento da palavra “*político*” está dentro de uma acepção bastante ampla e sua emergência ligada a profundas transformações no exercício do poder e da dominação nos últimos séculos do período medieval, quando ocorre uma autonomização do poder político, mesmo que este ainda esteja intimamente ligado à construção, pela Igreja, de seu poder simbólico.⁹⁸ A autora considera que este contexto de mudanças pode ter levado ao surgimento de linguagens políticas ou, pelo menos, de linguagens que se inscrevem em um contexto de comunicação focado nas relações de poder e na noção de governo, no seio da sociedade cristã.⁹⁹

Nesse sentido, também está a análise de Philippe Nemo que considera os séculos XIV e XV como um período de rico desenvolvimento político em várias partes da Europa, no qual houve um desenvolvimento do Estado enquanto instituição. Para

⁹⁷Alain Guerreau en particulier, dans *L’avenir d’un passé incertain*, s’évertue à rappeler qu’il ne peut y avoir d’histoire politique au Moyen Âge, dans le sens où tout ce qui s’y passe ne peut être vu que dans le cadre du christianisme médiéval et que « le substantif *politique* [...] est un “macroconcept” étroitement lié à la société européenne contemporaine, dont il désigne synthétiquement un ensemble, très intriqué et organisé, de représentations, d’institutions et de stratégies. A. GUERREAU, *L’avenir d’un passé incertain*, Paris, 2001. Apud: MAIREY, Aude. *Les langages politiques au Moyen Âge (XIIe-XVe siècle)*. In.: *Médiévales*, 57 | outono 2009, online em 18 de janeiro de 2012. Último acesso: 16 de janeiro de 2013. Disponível em : <http://medievales.revues.org/5797>.

⁹⁸ MAIREY, 2009, p. 6.

⁹⁹ MAIREY, 2009, p. 6.

Nemo, “sob certos aspectos, o Estado dos séculos XIV e XV pode ser considerado como uma transição entre a ‘monarquia feudal’ e a ‘monarquia absoluta.’”¹⁰⁰

Para questão das imbricações entre o Estado e a opinião, o reinado de Carlos VI parece ser um campo de estudos particularmente interessante. É o momento em que se configura um Estado burocrático do ponto de vista judiciário e financeiro. Sobretudo, um capaz de resistir às longas ausências da figura real.¹⁰¹

A própria relação do reino da França com o Papado aponta para uma disputa de poder, que seria incompatível com uma esfera política sujeita à religiosa. Não apenas isso, a Igreja enfrentava sua própria divisão interna durante o período em que França e Inglaterra estavam em guerra.¹⁰²

Durante todo o período abordado nesta pesquisa, como trataremos mais detidamente adiante, as questões entre o reino de França e as liberdades da Igreja estiveram presentes nos debates do Parlamento. Em seus registros, podemos acompanhar os indícios da extensão da disputa entre o poder político e o poder religioso, em eventos como o 15 de maio de 1408, quando o escrivão do Parlamento registra as bulas papais excomungando o rei e demais membros da família real.¹⁰³

Dez anos após, em meio à guerra civil, as questões com o Papado permaneciam em aberto. Em 26 de fevereiro de 1418, o Delfim se reuniu no Parlamento com o Conselho, presidentes e conselheiros das três câmaras, reitor e representantes da Universidade de Paris. Nesta oportunidade, o Delfim expressou o quanto o rei desejava

¹⁰⁰ NEMO, Philippe. *Histoire des idées politiques dans l'Antiquité et au Moyen Âge*. Paris: PUF, 2012, p. 953.

¹⁰¹ Du point de vue qui nous intéresse, celui des imbrications de l'État et de l'opinion, le règne de Charles VI semble être un champ d'études particulièrement percutant. C'est en effet le moment où se met en place un état bureaucratique du point de vue judiciaire et financier. Surtout, cet état bureaucratique s'avère capable de résister aux longues carences de la personne royale. Gauvard Claude. *Le roi de France et l'opinion publique à l'époque de Charles VI*. In: *Culture et idéologie dans la genèse de l'État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)*. Rome : École Française de Rome, 1985. pp. 353-366.

¹⁰² O Cisma pode ser considerado como um “evento externo ao conflito franco-inglês que contribui para lhe reavivar e lhe dá novas dimensões em intensidade e extensão.” MINOIS, 2008, p. 297.

¹⁰³ Furent ceans publiées et leues trois lettres royaulx, par lesquelles le Roy welt tenir et maintenir les eglises et prelatures de son royaume en leur franchises et libertez, comme apert plus clarement, qui sont enregistrees ou livre des Ordonnances. Et à occasion desdictes lettres a este presentée au Roy dès lundi derrain passé, comme l'en dit, une bulle par laquelle le pape Benedict, qui est l'un des contendens, excommunie le Roy et messigneurs ses parens et adherens, et qu'il en avendra, Diex y pourvoie. BAYE, Tomo I, p. 230.

a paz e união da Igreja e que por este motivo ordenou muitas embaixadas, pois alguns membros da Universidade estavam “determinados a obedecer alguns que se dizem terem sido eleitos como Papa”¹⁰⁴ e que o rei pretendia ouvir os relatos de seus embaixadores enviados a Constança para tomar uma boa decisão sobre a obediência e eleição do Papa Martin. Aqui, temos o representante do poder político determinando o seu reconhecimento, ou não, do representante do poder religioso e também impondo seu poder sobre a Igreja francesa.

A Universidade também foi repreendida por realizar assembleias e discutir a obediência ao novo Papa, apesar de determinação real proibindo tais atos. Após esta manifestação, o representante da Universidade, mestre Raul de la Porte, doutor em teologia, apresentou suas desculpas e certas reivindicações sobre os privilégios universitários. Em resposta às requisições sobre seus privilégios e benefícios da Igreja, Guillaume le Tur, advogado do rei, afirmou que o Rei é imperador em seu reino e que não reconhecia soberano terreno, apenas Deus. O Rei governa seu reino e estabelece a boa paz e obediência e que aqueles que debatem ou contradizem o rei, direta ou indiretamente, cometem o crime de lesa-majestade.¹⁰⁵

Nesta ocasião, foram presos todos os membros da Universidade presentes na assembleia por suas apelações “danosas, injuriosas e ofensivas à majestade real”, que colocavam o poder e autoridade do rei sob jurisdição espiritual.¹⁰⁶

O advogado do rei marcou em sua fala a soberania do rei diante do poder religioso. A fórmula utilizada, o rei é imperador em seu reino, tem sua origem na disputa de poder entre os reis da França e o Império e aparece entre os canonistas no século XII. A segunda fórmula, o rei não reconhece soberano terreno, data do século XIII e se insere no contexto de disputas entre Inocêncio III e Felipe Augusto.

A repetição destas duas fórmulas combinadas, em um contexto de discussão das liberdades da Igreja, aponta para uma emergência de um Estado soberano, que não poderia comportar um grupo de cidadãos que não apenas não respondiam à autoridade

¹⁰⁴Estoient trop legierement determinez à l’obeissance d’aucuns qui se disoient avoir esté esleuz en Pape. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 61.

¹⁰⁵ “propose contre ledit maistre Raoul de la Porte et contre toute ses adherens qui le voudroient advoer, et disoit en effest, entre autres choses, que le Roy est empereur en son royaumme, qu’il tient de Dieu seul, sans recognoistre souverain terrein, et a acoustumé, comme lui est loisibe pour regir et gouverner sondit royaume, ses subgiez, en bonne paix, police et obeissance, de faire lois, status, ordonnances et constituicions, desquelles il n’est loisible à aucun de ses subgiez ou autres, appellerm ne ycelles ordonnances debatre ou contredire, directement ou indirectement, par voies obliques ou autrement; mais commettent crime de lese majesté les subgiez qui appellent desdictes ordonnances. Fauquembergue, Tomo I, p. 63.

¹⁰⁶ [...]dampnables, injurieux, offensans de la majesté royal”, FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 66.

do rei, como também dispunham de privilégios que os protegiam mesmo da justiça secular.¹⁰⁷

A partir da compreensão de que o poder político não está submetido ao poder religioso, a perspectiva interpretativa adotada nesta pesquisa se alinha à de Aude Mairey, entendendo que as transformações no exercício do poder nos últimos séculos do período medieval possibilitaram uma autonomização do poder político, mas sem ignorar sua profunda ligação com a Igreja Católica.

1.6 O Parlamento de Paris

Nesse complexo contexto de guerra, alguns indivíduos, membros da nobreza, desempenharam papéis extremamente importantes. Na disputa pelo poder na Corte, também algumas instituições tiveram um papel fundamental. Destas, destacamos a Universidade e o Parlamento de Paris.

A Universidade, como abordaremos adiante, teve um importante papel de difusora de propaganda e, principalmente, como elemento de legitimação. Ao seu lado, outra instituição se mantém a despeito da conturbada situação no reino, o Parlamento de Paris. Responsável pela aplicação da justiça aos súditos do rei, seu surgimento está relacionado ao contexto do final do século XIII, quando

grandes mudanças pontuaram a lenta transição de um governo de tipo feudal para um governo cuja principal função consiste agora, em organizar e operar as estruturas de um Estado moderno. [...] O palácio e a Corte não estavam mais aptos a gerir os problemas políticos, administrativos, judiciários e financeiros, cada dia mais complexos.¹⁰⁸

¹⁰⁷ NEMO, 2012, p. 959, 975-977.

¹⁰⁸ D'importants mutations rythment le lent passage d'un gouvernement de type feudal à un gouvernement dont la fonction première consiste désormais, à organiser et faire fonctionner les structures d'un État moderne.[...] Hôtel e cour du roi ne sont plus adaptés à la gestion des problèmes politiques, administratifs, judiciaires et comptables chaque jour plus complexes GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 160-161.

Desta especialização, emergiram três órgãos: o Grande Conselho, a Câmara de Contas e o Parlamento, com a competência de administrar a justiça no reino, de forma soberana e capital, representando o rei.¹⁰⁹

Como instância suprema de justiça do reino, muitas vezes, o Parlamento de Paris serviu de arena para os embates dos príncipes de Borgonha e de Orléans. Por sua função, permitiu que seus escrivães testemunhassem e registrassem grande parte das disputas.

Os registros de dois de seus oficiais são principais fontes utilizadas nesta pesquisa, além de servir de base para a organização de seus resultados. A divisão dos capítulos levou em conta a da autonomia dos recortes temporais e a sucessão dos oficiais na ocupação do cargo de escrivão. O primeiro capítulo abrange o período em que Nicolas de Baye atuou como escrivão cível, de 1400 até 1417, quando este solicitou ao Presidente do Parlamento seu afastamento por motivos de saúde.

O marco final deste recorte foi delimitado pela saída de Baye de seu cargo. Mas além deste fato, um ano mais tarde, temos uma mudança significativa no arranjo político da corte: o ano de 1418 marca a tomada borgonhesa de Paris, e, com isso, muitos apoiadores dos Armanhaques perderam seus cargos. Portanto, o segundo recorte abrange o período de 1418 a 1435, quando Clemente de Fauquembergue ocupa o cargo de escrivão e tem seu início marcado por uma tomada brutal do poder em Paris.

Essas duas fontes, juntamente com o *Journal d'un Bourgeois de Paris*, nos servirão de fio condutor para a investigação da dinâmica política no período de conflito civil. E, para melhor compreensão da importância da inserção dos nossos escrivães neste contexto, se faz necessária uma apresentação do funcionamento do Parlamento de Paris.

Dizem que, como a cidade de Roma não era apenas edificada por seus prédios, mas fundada para fazer a justiça de cem valentes homens chamados senadores, também esta Corte foi ordenada e estabelecida por cem pessoas.¹¹⁰

¹⁰⁹ “Attendu l’estat de la Court dessudict, qui est souverainne et capital et representans le Roy sans moien, et tenue de faire la justice.” BAYE, Tomo II, p. 100.

¹¹⁰ En disant que, comme la cité de Romme avoit esté non pas seulement edifiée de edifices, mais fondée pour faire la justice de cent vaillans hommes appellez senateurs, aussy avoit esté ceste Court ordonnée et établie pour faire justice par cent personnes qui font le Parlement. Baye, Tomo II, p. 42.

Essa é a descrição que Nicolas de Baye apresentou na sessão de abertura das atividades, em 1412, na qual registrou a distribuição destas cem pessoas, nas três Câmaras que compunham o Parlamento.¹¹¹

Segundo Aubert, o Parlamento era responsável por avaliar as requisições enviadas ao rei. “Aqueles endereçadas à jurisdição graciosa eram entregues aos ‘mestres de requisições do palácio.”¹¹² As demais solicitações ficavam sob responsabilidade da Câmara de Requerimentos que, “com uma estrutura mais leve, deveria trabalhar com rapidez. Encarregada de receber as requisições dos apelantes, os membros desta Câmara deveriam estabelecer a validade das requisições e verificar se constituía matéria de competência do Parlamento.”¹¹³

A Grande Câmara, a mais importante das três, era representante da unidade da instituição e exercia autoridade incontestada sobre as demais.¹¹⁴ “Diante dela se abriam todos os processos, se desenrolam todas as defesas e eram dadas todas as sentenças.”¹¹⁵ Dentre suas competências estava a de julgar em primeira instância as causas concernentes a pessoas importantes do reino, ou seja, causas tocantes ao rei, à Universidade e todas as pessoas ou comunidades sob salvaguarda real. Ela também era responsável, em instância de recurso, pela revisão dos processos julgados por bailios, senescais e outras câmaras.

A terceira Câmara mencionada por Baye é a de investigações, responsável por reunir as peças necessárias para que a Grande Câmara julgasse o caso.

Qualificados como comissários, os mestres designados para proceder as investigações eram convocados pelo escrivão para cumprir o mais rapidamente possível sua missão. Uma vez concluída sua investigação, eles encaminhavam um dossiê de inquérito que em seguida era entregue, selado com o selo real, aos mestres encarregados de examiná-lo. Estes mestres relatores procediam então a instrução, redigiam suas conclusões e preparavam as bases. Enviado pelo escrivão à Grande Câmara, onde ele

¹¹¹[...] c'est assavoir, xij pers, vj prelates, et vj laiz, viij maistres des Requestes de l'Ostel, et le remenant estoit en iij chambres, c'est assavoir, vj en la chambre des Requestes du Palaiz, xv clers et xv laiz en la Grand Chambre et xxiiij laiz en la Chambre des Enquestes et cvj clers, qui font en nombre de c personnes ordonnées pour la justice capital de ce royaume. Avecques ce a en ceste Court advocas et procureurs ordonnez pour poursuivre, demener et defendre les causes, qui chascun an font serment acoustumez. BAYE, Tomo II, p. 42. O Parlamento era dividido em três Câmaras até 1515, quando foi criada a Câmara Criminal ou *Tournelle*. GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 225. AUBERT, 1977, p. VII

¹¹² AUBERT, Felix. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII*. Genebra: Megariotis Reprints, 1977, p. VIII

¹¹³ GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 224.

¹¹⁴ AUBERT, 1977, p. VI.

¹¹⁵ Devant ele s'ouvrait nécessairement tout procès, se déroulaient toutes les plaidories et étaient rendus tous les arrêts. Pivot de l'institution. AUBERT, 1977, p. VI.

poderia se tornar um julgamento, se considerado suficientemente fundamentado.¹¹⁶

Os indivíduos encarregados de exercer as funções de justiça do Parlamento eram chamados conselheiros. Inicialmente, estes eram nomeados pelo rei. Entretanto, a partir do reinado de Carlos VI, se estabeleceu a eleição de todos os membros do Parlamento, com o objetivo de garantir a independência e a dignidade do corpo de conselheiros. O procedimento da eleição era realizado pelo conjunto das câmaras e presidido pelo chanceler, maior autoridade no Parlamento após o rei.

O processo de seleção era composto por uma série de etapas: primeiramente, os candidatos a conselheiros deveriam submeter sua candidatura por cartas nas quais expunham seus títulos e promessas do rei ou de pessoas importantes e influentes. Em sua maioria, os candidatos eram bailios¹¹⁷ ou advogados. Após esta etapa, onde os candidatos expunham suas qualificações para o cargo, alguns conselheiros eram encarregados de realizar investigações sobre as candidaturas.

Segundo Aubert, após a etapa de investigação, era realizada a seleção dos indivíduos, estes deveriam ser pessoas “instruídas e de boa reputação, escolhidas em diversas províncias, condição indispensável, pois o Parlamento tinha sob sua competência todas as províncias e deveria examinar os numerosos costumes do reino.”¹¹⁸

Dois de nossos autores exerceram as funções de conselheiros, Nicolas de Baye e Clemente de Fauquembergue. No entanto, não é em sua atuação neste cargo que provem as fontes utilizadas nesta pesquisa, mas sim em sua atuação enquanto escrivães (*greffier*) do Parlamento.

¹¹⁶ Qualifiés de commissaires, les maîtres désignés pour procéder aux enquêtes sont invités par le greffier à s’acquitter le plus rapidement possible de leur mission. Une fois menées à bien leurs investigations, ils lui remettent un dossier d’enquête qui est ensuite transmis, scellé du sceu royal, aux maîtres chargés de l’examiner. Ces maîtres rapporteurs procèdent alors à l’instruction de l’affaire, rédigent leur conclusions et préparent sur ces bases un projet de jugement qualifié de jugé. Envoyé par le greffier à la Grand-Chambre, il pouvait immédiatement devenir jugement si elle l’estimait suffisamment fondé. GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 224.

¹¹⁷ Os bailios eram funcionários administrativos, que poderiam estar a serviço da Coroa ou de um senhor feudal. Suas competências variaram muito entre os séculos XII e o XV, mas basicamente envolviam questões nos âmbitos jurídico e financeiro.

¹¹⁸ Des personnes instruites, de bonne réputation, choisis dans les diverses provinces, condition indispensable puisque le Parlement avait dans son ressort toutes les provinces et devait examiner les coutumes si nombreuses du royaume. AUBERT, 1977, p. XV.

A instituição do Registro (*Greffe*) do Parlamento remonta ao reinado de São Luís, quando as decisões começam a ser registradas em cadernos¹¹⁹, tão logo o número de registros se torna numeroso¹²⁰, foi estabelecido e organizado o Registro. A função do escrivão tem sua origem nos notários do rei, encarregados de tomar nota do que se passava durante as audiências, em 1361 aparece a designação escrivão.¹²¹

Dentre as funções do escrivão, além do registrar as decisões tomadas nas câmaras, redigir e expedir cartas e executar testamentos, estava a de responsável por receber e guardar as somas depositadas ao Parlamento¹²². O que colocou Nicolas de Baye diante do duque de Borgonha, em 1411, quando este o chamou ao Palácio do Duque de Bourbon e ordenou que declarasse os valores e onde estavam os depósitos do Parlamento.

Diante de uma das pessoas mais poderosas na Corte francesa, Nicolas de Baye manteve uma posição firme e respondeu que só poderia responder a essa ordem após falar com seus superiores.¹²³ No dia seguinte, tendo realizado os procedimentos necessários, o escrivão forneceu as declarações solicitadas.¹²⁴

O que podemos inferir deste evento? Diversas hipóteses podem ser sugeridas: O posicionamento de Baye seria motivado por algum apoio ao duque de Orléans? Ou sua postura poderia ser atribuída a uma superioridade do Parlamento frente às disputas dos príncipes? Diante da documentação analisada, não podemos sugerir nada além de

¹¹⁹ AUBERT, Felix. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): son organization*. Genebra: Megariotis Reprints, 1974, p. 267.

¹²⁰ No final do século XIII os registros em rolos e cadernos formam uma massa considerável de documentos. AUBERT, 1974, p. 269.

¹²¹ AUBERT, 1974, p. 268 e 271.

¹²² AUBERT, 1974, p. 271.

¹²³ Cedit jour, sur la declaration de la finance déposée sur plusieurs marchans et changeurs de Paris de par la Court de Parlement, en laquelle ladicte finance estoit contecieuse, laquelle declaration demandoit monseigneur de Bougoigne pour s'en ayder pour le Roy en la necessité qui estoit à paier gens d'armes. Cedit jour, après disner, je fu mandé de par monseigneur de Bougoignem et alay à luy à l'ostel de Bourbon, où me requist messire J. de Niellesm chevalier, chancelier de monseigneur le Dauphin, de par le Roy et de monseigneur de Bourgoigne, present, et le prevost de Paris, le prevost des Marchands et plusieurs bourgoiz de Paris, monseigneur de S. Pol, le seigneur de la Viez-ville et pluseus autres, que je declarasse par cedula où estoient les deposts de Parlement, je respondi que sur ce avoit esté appointié avat disner d'y aviser par aucuns commissaires, au contraire fu dit que c'estoit delay et que en la matiere l'en ne povoit plus attendre, toutevoie après pluseurs paroles *hinc inde*, je diz que, attendu mon office, nullement ne povoie faire ce que l'en me requeroit sans parler à messeigurs les presidens, si fu envoieé à eulx et ne peu avoir reponce cedit jour, pour ce qui'il estoit tart, et ne se pouvaient bonnement assembler les seigneurs de Parlement pour l'eure. BAYE, Tomo II, p. 27-28.

¹²⁴ Sur la requeste faicte de par monseigneur de Bourgoigne pour le Roy pour avoir la declaration des deposts de Parlement pour les pranre, seurté bonne et suffisant donné premierement à ceulx qui l'en levera lediz deposts qui les ont en garde, il a semblé au Conseil que, attendue la necessité qui de present apert pour la guerre que l'en fait contre la ville de Paris et autrement, je puiz bien bailler ladicte declaration, pourveu que je retiegne les cedules des obligastions de ceulx que ont lediz deposts et qu'il ayent suffisant seurté de ravoier l'arget qu'il bailleront. BAYE, Tomo II, p. 28.

hipóteses. Não podemos afirmar que a atitude de Baye foi motivada por alianças particulares ou pela imposição da estrita aplicação dos procedimentos inerentes ao seu cargo.

A relevância da posição de escrivão do Parlamento de Paris, no período em questão, pode ser avaliada a partir da trajetória de Clemente de Fauquembergue. Este, iniciou suas atividades no Parlamento no cargo de conselheiro em 1410, mas em 1416, quando Nicolas de Baye solicitou sua resignação do cargo por motivos de saúde,

Fauquembergue não hesita em abandonar seu ofício de conselheiro para se tornar um escrivão. Este fato pode parecer surpreendente, se desconhecemos que o escrivão civil do Parlamento era um personagem que desfrutava de certa consideração, pois seu cargo, tanto pelas remunerações fixas quanto pelos emolumentos vinculados, era muito mais lucrativo e não menos honorífico que o de conselheiro.¹²⁵

De fato, o escrivão chefe ou escrivão civil (*greffier en chef* ou *greffier civil*) desfrutava de vários privilégios honoríficos e de pagamentos sobre as operações realizadas no Registro que seriam mais vantajosas que as recebidas pelos conselheiros. Mas esses privilégios não o impediam de acompanhar a sorte de seus colegas. No final do século XIII, o pagamento dos membros do Parlamento era feito com recursos do rei, no final do século seguinte, os recursos eram oriundos das multas (*amendes*) aplicadas pelo Parlamento. Diante da insuficiência destas fontes, Carlos V acrescentou as receitas das senescalias de Carcassonne, Beauscaire, Toulouse e Macôn. No entanto, o reino enfrentava severos problemas na arrecadação de impostos, a guerra contra a Inglaterra e a guerra civil tornaram difícil o seu recolhimento, o que impactava diretamente nos pagamentos de todos os membros do Parlamento.¹²⁶

Em outubro 1406, acompanhamos o relato de Baye declarando a insuficiência do pagamento decorrente das multas.¹²⁷ A situação das finanças reais chegou ao

¹²⁵ N'hésita pas à abandonner son office de conseiller pour devenir simple greffier. Ce fait pourrait sembler surprenant, si l'on ne savait que le greffier civil du Parlement était un personnage jouissant d'une certaine considération sa charge, tant par les gages fixes qu'elle comportait que par les émoluments qui y étaient attachés, était beaucoup plus lucrative que celle d'un conseiller et non moins honorifique. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. IV.

¹²⁶ AUBERT, 1977, p. XVIII-XIX.

Pour ce que de nouvel l'assignation du paiement des notaires du Roy a esté faite sur iijm frans à pranre sur l'emolument du seel de la Chancellerie, comme l'en dit apparoir par certaines lettres sus ce faictes, et `la contribution de ladicté somme je N. de Baye, graphier de Parlement a aconstumé estre paíé de ses gages sur les amendes dudit Parlement, ay protesté et proteste de venir e retourner à ladicté contribution de ladicté somme de iijm frans, pro rata vadorum meorum, toutes et quantes foiz que je ne serois pas

extremo de, não apenas não pagar os membros do Parlamento, mas de receber empréstimos e doações destes. Tal como ocorreu em agosto de 1414, quando foi ordenado que os membros do Parlamento doariam para o empréstimo "que a corte faz ao Rei, que está em cerco diante de Arras, contra o duque de Borgonha."¹²⁸

O Parlamento, portanto, excedia sua função de instância judiciária. Não só pelo auxílio financeiro prestado ao rei, mas por sua posição em relação à sociedade. Não apenas o Parlamento era buscado por justiça, por vezes a população clamava por segurança diante das ameaças de

invasões, assaltos, pilhagens e roubos, assassinatos e outras violências que faziam as gentes dos duques de Orléans, de Bourbon, os condes de Alençon, de Vertus, de Armanhaque, Charles de Albret, condestável da França e muitos de seus apoiadores e cúmplices.¹²⁹

Em 1413, a Universidade de Paris, o "*prevôt des marchands et les echevins*" foram à corte expressar suas preocupações com as finanças do reino e solicitar que fossem designados alguns membros para os acompanhar em sua causa. Baye registrou a resposta da Corte, que enfatizava sua boa vontade, mas que por seu status de representante do rei tinha que fazer justiça e não poderia se juntar a nenhuma causa.

Todavia, nem sempre o Parlamento pode se abster de participar diretamente das ações.¹³⁰ Em 5 de fevereiro de 1414, quando o Duque de Borgonha em armas se aproximava de Paris,¹³¹ o Chanceler (*Chancelier*) ordenou que os conselheiros, outros oficiais, advogados e procuradores fossem

bem montados e com armadura completa, e também acompanhados de criados armados para acompanhar o Chanceler pela cidade de Paris, a fim de

souffisaument paiés sur lesdictes amendes, et que il se face ou ait assigner sur lesdictes amendes ou temps passé ou temps avenir.¹²⁷ BAYE, Tomo I, p. 176.

¹²⁸ A este ordonné que la portion des seigneurs de ceans sur le prest de mil libvres pariris que la Court fait au Roy, qui est et tient siege devant Arras, contre le duc de Bourgoigne, se pranra sur leurs gages sur chascun, tant absent que present. BAYE, Tomo II, p.191.

¹²⁹ Cedit jour, le prevost des Marchans et pluseurs bourgoiz de Paris sont vênus en la Chambre, et sur ce que autrefois avoient esté requiz par les presidens et seigneurs de ceans nagueres que à l'ayde que requeroit et metoit sus la ville de Paris des habitans de Paris, pour la necessité qu'elle avoit eue et avoit pour soy garder des invasions, assaulx, pilleries et roberies, occisions et autres violences qui fassoient les gens des ducs d'Orléans, de Bourbon, les contes d'Alençon, de Vertus, d'Armignac, messire Charles d'Albret, conestable de France, et pluseurs autres leurs adherens et complices contre icelle ville et les habitans. BAYE, Tomo II, p. 33.

¹³⁰ AUTRAND, Françoise. *Naissance d'un grand corps de l'État. Les gens du Parlement de Paris, 1345-1454*. Paris: Sourbonne, 1981, p. 200.

¹³¹ BAYE, Tomo II, p. 163

ter as boas gentes e habitantes de Paris em união e segurança e lhe dar boa coragem junto ao rei para evitar, se necessário for, o duque de Borgonha, que como dizem se aproxima de Paris com grande número de homens em armas contra as defesas do rei.¹³²

A corte, diante desta solicitação, manifestou que, por ser de justiça, seus membros “não tem o costume de ir armados nem de cavalgar pela cidade senão em mulas para ir ao Palácio, que seria suficiente que 10 ou dozes deles fossem com o Chanceler.”¹³³ Apesar deste protesto e da defesa das funções judiciárias dos conselheiros do Parlamento, no dia seguinte a Corte deliberou em favor de seus membros acompanharem o Chanceler, conforme foi requisitado.¹³⁴

No dia 9 de fevereiro, foi feita nova solicitação para que os

Presidentes e senhores, notários do Rei e secretários, advogados e os procuradores também fossem com o Chanceler, montados e armados, honesta e suficientemente, para acompanhar o dito Chanceler e ir à cidade de Paris, a manter em segurança e mostrar exemplo de diligência para guardar a cidade.¹³⁵

Apesar dos esforços do Chanceler, de reunir o maior número possível de homens para tentar impedir uma invasão borgonhesa, o recurso de utilizar homens que sequer tinham experiência em combate demonstra grande insegurança e a necessidade de medidas extremas para garantir a manutenção da sede do poder.

¹³²Montez bien et completamente et habillez, et aussy accompagnez de varlès armez pour accompagner ledit Chancellier à aller par la ville de Paris, afin de tenir les bonnes gens et habitans de Paris en union et seurté, et leur donner bon courage envers le Roy pour obvie, se besoin estoit, au duc de Bourgoigne, qui, comme l'en disoit, approchoit Paris à grant nombre de gens d'armes contre les defenses du Roy. BAYE, Tomo II, p. 164.

¹³³N'avoient pas les seigneurs acostume d'aler armez, ne de chevaucher par viller, sinon sur mules à venir au Palaiz, qu'ill sufissoit que x ou xjj d'eulx fussent demais avec le Chancelier. BAYE, Tomo II, p. 164.

¹³⁴L'en alast accompagner le Chancellier à l'eure dessudict et par la maniere qu'avoit mandée, et que mesme pluseurs gens d'eglise, bourgoiz et autres de divers estas estoient alez dimenche derrien par la ville, montez et armez, ou leurs gens, avecques monseigneur le Dauphin qui avoit chevauchié, lui et nosseigneurs de France avecques lui et leurs gens armez, et aussy attedue la volonté desdis seigneurs et leur plaisir et le mandement dudit Chancellier. Si sont alez lesdiz seigneurs de cean, procureurs, advocas et notaires du Roy, montez et armés pur la plus grant parti, cedit jour, par la ville avecques ledit monseigneur le Chancellier, et aussy pareillement ont fait les seigneurs de la Chambre des Comptes à la fin deses dit. BAYE, Tomo II, p. 165.

¹³⁵Presidens et seigneurs de cean, notaires du Roy et secretaires, avocas et procureurs aussy de ceans fussent aveques le Chancellier, montez et armez honestement et suffisamment, pour accompagner ledit chancelier à aler par la ville de Paris, à la tenir la en seurté et monstren exemple de diligence pour garder la ville. BAYE, Tomo II, p. 166.

Com a chegada do duque de Borgonha a Paris, o pânico se instalou na cidade que permaneceria cercada pelas tropas do durante cerca de quinze dias.¹³⁶ Os relatos mostram que independente dos apoios dos indivíduos, o Parlamento se manteve o quanto pode fiel à sua função e aplicar a justiça, subordinando-se apenas ao rei e enfrentou diretamente a invasão de apoiadores do duque de Borgonha e do duque de Orléans, de acordo com as ordenanças reais. Essa consideração não deve ser extrapolada para uma “neutralidade” destes indivíduos, mas deve evidenciar que o pertencimento a esta instituição se sobrepõe às suas simpatias pessoais, pois os conselheiros seguem as orientações emanadas do rei.

Desta forma, os registros do Parlamento nos fornecerão uma linha de eventos, cujo registro está dentro do âmbito do oficial e uma perspectiva de indivíduos que estavam mais inseridos na dinâmica da guerra civil, em seus aspectos militares, de propaganda e, principalmente, frequentando os círculos de poder em Paris.

Se os escrivães nos fornecem uma perspectiva que poderia ser caracterizada como oficial, o contraponto nos é fornecido por outro contemporâneo, o autor anônimo do *Journal d'un Bourgeois de Paris*.¹³⁷ Apesar de não ser possível identificá-lo, ao longo do texto seu forte apoio ao duque de Borgonha é bastante visível.

O apoio que o *Bourgeois* dedicou ao duque de Borgonha foi analisado por Colette Beaune, que inicia sua introdução da publicação do *Journal* afirmando que este é um dos textos mais extraordinários que a Idade Média nos transmitiu.¹³⁸ Sem dúvida um documento extremamente interessante pelos vários aspectos abordados pelo autor. O *Journal* apresenta várias peculiaridades. Em primeiro lugar, sua origem: este possui uma cópia datada da segunda metade do século XV¹³⁹, no entanto, o manuscrito original foi perdido e seu conteúdo chegou até o presente através de diversas cópias. Inevitavelmente, o texto sofreu perdas ao longo dos séculos e das sucessivas cópias, entretanto, Beaune aborda suas lacunas a partir de outra perspectiva: a censura. Segundo a autora,

¹³⁶ BAYE, Tomo II, p. 167-169.

¹³⁷ A denominação *Bourgeois de Paris* foi dada por Denys Godefroy, em 1653, em sua edição da obra *Historire de Charles VII* de Jouvenel de Ursins. O texto do *Journal*, entretanto oferece diversas informações sobre o local onde o autor circulava e sobre sua ocupação profissional. Beaune o identifica como um membro do clero parisiense, provavelmente doutor em teologia. Apesar da melhor tradução para a palavra *Journal* ser *Diário*, as anotações são anuais, destacando-se que nem todos os anos foram contemplados.

¹³⁸ BEAUNE, Colette (Ed.). *Journal d'un Bourgeois de Paris*. Librairie Générale Française, 1990. p. 5.

¹³⁹ BEAUNE, 1990. p. 8.

embora tenhamos sete manuscritos e muitas edições, o texto do *Bourgeois* está longe de ser um texto sem problemas (problemas de vocabulário e passagens mal copiadas). Mas a questão mais incômoda é que se trata de um texto censurado em dois níveis¹⁴⁰.

O primeiro dos níveis de censura seria externo: o começo do texto sofreu importantes perdas, cortes feitos em passagens “embaraçosas para a monarquia francesa.”¹⁴¹ Beaune aponta que a censura, mais forte ocorreu na parte inicial, ao longo do texto “se torna mais rara e não parece mais intencional.”¹⁴² Decorrente de censura, ou de perdas ao longo do tempo, o texto do *Bourgeois* tem uma grande lacuna em seu início, compreendendo os anos de 1406 e 1407. Não temos, portanto, o relato do assassinato do Duque de Orléans, um dos eventos mais significativos da fase inicial da guerra civil.

O segundo nível de censura, seria uma autocensura imposta pelo próprio autor, que estaria presente na forma são narrados ou mesmo excluídos certos eventos. Para Beaune, a autocensura se manifesta em todos os momentos que causam desconforto, em particular, as derrotas.

O primeiro caso, a omissão, aparece em 1429, na expedição de Carlos VII para Reims, onde não há o relato de sua sagração, mencionado apenas posteriormente. Da mesma forma, o *Bourgeois* não teria relatado a paz de Arras por desaprová-la. A outra forma de censura estaria pelo relato de certos eventos acompanhados das expressões “Só Deus sabe” e “eu me calo.”¹⁴³ Para Colette Beaune, o texto do *Bourgeois* é tão significativo pelo que relata quanto pelo que omite.¹⁴⁴

O pressuposto de que certas partes do texto foram omitidas voluntariamente, merece reflexão. Como seria possível atribuir o status de “omissões voluntárias” às lacunas apresentadas em um texto que foi tantas vezes copiado e editado? Claro que o esquecimento é um mecanismo presente nos relatos, isso fica evidente em passagens que não só foram esquecidas, mas também modificadas indicando uma tendência do autor. Mas devido às condições em que o documento chega até nós, temos que nos abster de fazer qualquer tipo de inferência baseadas em análises do que “não é dito”

¹⁴⁰ Bien que nous ayons sept manuscrits et plusieurs éditions, le texte du *Bourgeois* est loin d'être un texte sans problème (problèmes de vocabulaire, passages mal recopiés), Mais la chose la plus gênante est qu'il s'agit d'un texte censuré et ce à deux niveaux. BEAUNE, 1990. p. 9.

¹⁴¹ Idem, Ibidem p. 10.

¹⁴² Idem, Ibidem p. 10.

¹⁴³ “*Nul ne le sait que Dieu*” e “*Je m'en tais*”

¹⁴⁴ BEAUNE, 1990, p. 10.

pelo autor, pela impossibilidade de garantir que as omissões decorrem da escrita original do documento.

A opção de apoiar armanhaques ou borguinhões poderia estar baseada em diversos motivos. Durante o conflito, houve uma intensa disputa por apoio utilizando propaganda e outros mecanismos, como pretendemos demonstrar ao longo desta pesquisa. Um dos motivos de direcionamento de apoio para um dos grupos estava vinculado com a construção de uma carreira.

Thomas Basin apontou que alguns autores “corromperam a verdade da história e não cumpriram com seus deveres de escritores.”¹⁴⁵ Basin apresentou sua obra como “um serviço ao progresso da vida e dos costumes dos homens”. Pois através da leitura de relatos verídicos “da história do passado e, sobretudo, a vida de personagens ilustres”, os leitores podem usar a história como um “espelho moral” para “retirar ensinamentos e imitar ações honestas e virtuosas”, ou para culpar e reprovar as injustiças.

No entanto, como destacou Basin, há muitos que escreveram na esperança de conseguirem favores pela lisonja de príncipes ou reis e não pelo desejo de “proclamar a luz da verdade”. Escondem atos injustos (silenciam). Corrompem a verdade da história e não cumprem com seus deveres de escritores.¹⁴⁶

No período medieval, existe uma grande produção de escritos cuja temática envolvia o relato cronológico de eventos, as crônicas. Sua análise proporciona um amplo leque de discussões, dentre as quais, destacamos duas: primeiro, a dimensão dos escritos enquanto reflexo da sociedade medieval, apresentando uma perspectiva sobre os problemas e valores que permeavam o contexto em que o autor produziu seu relato. Segundo, a complexa rede de relações e reciprocidades que são inerentes ao tipo de

¹⁴⁵[...] ils ont corrompu la vérité de l'histoire et n'ont pas rempli leur devoir d'écrivain. BASIN, Tomas. *Histoire de Charles VII*. In. Les classiques de l'histoire de France au Moyen Âge. 15^e vol. Paris: Soc. d'édition “Les Belles Lettres”, 1933. p. 3.

¹⁴⁶As citações mencionadas fazem parte da primeira parte da introdução da obra, à qual transcrevemos integralmente aqui. “Ils n'ont pas rendu, on le sait, un mince service au progrès de la vie et des mœurs des hommes, ceux qui ont pris soin d'écrire et de transmettre à la postérité, sous forme de récits véridiques, l'histoire du passé et surtout la vie des personnages illustres. Plus tard, en effet, il est loisible aux lecteurs d'user de ces récits comme d'un miroir moral et d'enretirer beaucoup d'enseignements, soit qu'ils apprennent à imiter les actions qu'ils ont reconnues pour honnêtes et vertueuses, soit, au contraire, à blâmer, à réprouver et à fuir les injustices, les lâchetés, les hontes et les turpitudes ; à aimer, enfin, ce qui a permis à leurs prédécesseurs de plaire à Dieu et d'êtreheureux, ou, par contre, à éviter avec prudence et sagesse ce qui les a fait tomber dans l'abîmedes vices et desmalheurs. Mais nombreux sont ceux qui sont portés à composer de tels récits plutôt dans l'espoir d'un gain ou pour se concilier par la flatterie la faveur du vulgaire ignorant, des rois ou des princes, que dans l'ardent désir de proclamer et de mettre en lumière la vérité. Par leurs mensonges, soit qu'ils aient, pour de tels motifs, porté aux nues à grandrenfort de louanges des actions peu vertueuses et peulouables, soit qu'ils aient passés ou ssilence ou cachés ous lebroillard des excuses supposées et mensongères les iniquités, les fraudes et les lâchetés, ils ont corrompu la vérité de l'histoire et n'ont pas remplileur devoir d'écrivain.

relação apresentada por Basin, na qual escritores podem “trocar” suas obras por favores. Assim, o apoio de *Bourgeois* pode estar vinculado a fatores particulares, como a busca de benefícios pessoais, como também pode ser fruto do convencimento da propaganda borgonhesa, principalmente em relação aos impostos, ou mesmo por uma série de outros fatores que não poderíamos explorar aqui.

Por seu partidarismo e estilo mais eloquente que o dos escrivães do Parlamento, o *Bourgeois* nos fornece uma fonte de comparação, além disso, nos apresenta um registro dos rumores fora do círculo “oficial” a que pertencem os outros dois autores.¹⁴⁷ Por exemplo, o relato do *Journal* se inicia no ano de 1405, no entanto não há registro do assassinato do duque de Orléans. Há um breve menção ao Duque de Borgonha no ano de 1408, no ano seguinte todavia o *Bourgeois* relata o retorno do duque de Borgonha a Paris, exaltando sua entrada como a mais honrosa nos últimos duzentos anos e enfatizando a grande alegria popular ao receber o duque.¹⁴⁸

O registro da recepção calorosa por parte da população parisiense também está presente no relato de Baye, o que nos permite apontar o forte apoio que a população parisiense dedicava ao duque de Borgonha. Entretanto, o relato do Parlamento se diferencia por apresentar mais elementos sobre todo o contexto, explicando o motivo de João sem Medo ter saído de Paris. Segundo Baye,

foi feita a paz entre o duque de Borgonha e o duque de Orléans, sobre a morte do duque de Orléan Luis, pai do duque presente, e irmão do rei, que o dito duque de Borgonha fez assassinar na cidade de Paris, como está contido no registro de novembro de [1]407.¹⁴⁹

Alguns dias após, O escrivão do Parlamento registra o retorno do rei a Paris, acompanhado de comitiva composta por vários membros da nobreza, dentre eles, João sem Medo. Apesar de um estilo mais objetivo que o do *Journal*, Baye decreve que o

¹⁴⁷ Beaune aponta que o *Bourgeois* não pertencia aos círculos dirigentes, mas que provavelmente tinha uma posição no palácio de Isabel, o que lhe daria acesso a informações privilegiadas, principalmente após 1417. BEAUNE, 1993, p.194 e 202.

¹⁴⁸ Le neuvième jour de mars ensuivant revint le duc de Bourgoigne à tout noble gent, et le 17^e jour dudit mois de mars, un dimanche, amanerènt le roi a Paris, qui fut reçu le très plus honorablement qu'on vit passé a deux cent ans , [...]Davant lui [il y] avait 12 trompetteset grand e foison de ménestrels, et, partout où il passait, on criait [très joyeusement]: “Noël!” et jetait-on violette set fleurs sur lui, et au soir soupaient len gens emmi les rues par très joyeuse chère, et firent feux tout e partour Paris, et bassinaient de bassins tout parmi Paris. *BOURGEOIS*, p. 32.

¹⁴⁹ Cedit jour, a este faicte la paix entre le duc de Bourgoigne, d'une part, et le duc d'Orléans, d'autre part, sur la mort du duc d'Orléans Loiz , pere du duc qui est à present et frere du Roy germain, qui ledit duc de Bourgoigne avait fait tuer en la ville de Paris, comme est contenu ou registre de novembre CCCC VII; à laquelle paix faire en la presence du Roy en l'eglise de Chartres. BAYE, Tomo I, p. 260.

povo recebeu o duque de Borgonha com grande alegria e que havia celebração em todas as ruas.¹⁵⁰

A partir destas duas perspectivas, de um lado o registro do Parlamento, refletindo um discurso que tem sua origem dentro de uma das instâncias de administração do reino, e de outro, o *Journal d'un Bourgeois* de Paris, que registra os rumores e informações extra oficiais,¹⁵¹ serão analisados os mecanismos de coesão e propaganda utilizados por Armanhaques e Borguinhões.

1.7 Conclusão

No final do século XIV e começo do XV, o reino da França foi devastado por duas guerras concomitantes: a Guerra dos Cem Anos e a guerra civil entre armanhaques e borguinhões. A primeira estava relacionada com disputas sucessórias pelo trono da França, enquanto a segunda estava relacionada com a ausência de um poder real forte, o que possibilitou que a nobreza, que orbitava a figura do rei, disputasse pela influência e poder na Corte. A natureza do poder do rei, sua legitimidade em si, nunca foi contestada. Assim como nenhum dos nobres almejava substituir o rei, mas governar através deste.

A configuração deste conflito nos permite identificar os vários aspectos que que influenciam a disputa: recursos financeiros e tropas aparecem como um fator importante, mas não fundamental. A influência sobre determinados indivíduos, a formação de alianças e, principalmente, a legitimidade aparecem como recursos tão importantes quanto poderio bélico e financeiro. A guerra entre armanhaques e borguinhões se desenrolou no campo de batalha, mas também em complexas redes de apoios e alianças. O que nos direciona para uma reflexão mais profunda sobre o poder e a dinâmica política no período medieval.

¹⁵⁰ Ce jour, le Roy nostre Sire, qui par envieron v mois et demi avoit esté absent et hors de Paris, est retouné et entré à Paris, environ v heures après midi, a moult grand compaignie, c'est assavoir des roiz de Sicile et de Navarre, son cousin germain, le cardinal de Bourdeaulx et d'Espaigne, les ducs de Berry, de Bourgoigne, de Hollande et pluseurs autres gentilx hommes, et lui sont alé au devant le bougoiz de Paris, les presidens et les seigneurs de cean, *in majori numero*, et l'en crié Noë par toutes les rues où a passé. Et aussy au soyr l'en fait par les rues publiquement feus en signe de joye et de leesse pour la revenue dudit seigneur. BAYE, Tomo I, p. 260-261.

¹⁵¹ BEAUNE, Colette. La rumeur dans le Journal d'un Bourgeois de Paris In: Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 24e congrès, Avignon, 1993, p. 202.

A partir da apresentação da definição de propaganda, como uma ação destinada a disseminar uma perspectiva e obter apoio, foi proposta uma reflexão sobre a própria possibilidade de usar o conceito de propaganda para o período medieval, sem cair em anacronismos. Um dos principais pontos levados em consideração foi a intrínseca relação entre o conceito de propaganda e o período contemporâneo. Esta, se baseia no pressuposto de que a propaganda só poderia existir a partir do surgimento dos meios de comunicação modernos, notadamente imprensa, que permitiriam sua difusão.

Assim, concluímos que se condicionamos a existência da propaganda à difusão e não aos veículos de comunicação em si, temos a possibilidade de ampliar o uso do conceito de propaganda para um período que antecede a invenção da imprensa. E que, ao dissociarmos o conceito de propaganda de sua difusão por meios de comunicação modernos, precisamos estabelecer as possíveis formas pelas quais seria feita a comunicação durante o período medieval. Dos quais destacamos um conjunto de veículos alternativos para a difusão da propaganda: os discursos e sermões, as orações públicas, as predições e profecias, troféus de guerra, fundação de capelas, procissões, propaganda historiográfica, estandartes e canções.¹⁵²

A propaganda utilizada no período medieval não pode ser pensada nos mesmos parâmetros que utilizamos para investigar o período contemporâneo, suas formas e veículos de difusão são diferentes. A investigação da formação dos grupos de apoio, a partir das fontes produzidas no Parlamento, permite uma aproximação da propaganda, suas formas e os argumentos utilizados e, conseqüentemente, da dinâmica da sociedade francesa do século XV.

¹⁵² CONTAMINE, 1994, p. 8-10. Ver também HUTCHINSON, 2012, p. 6.

2 . A GUERRA A PARTIR DE NICOLAS DE BAYE

[...] cidade estava toda assustada.¹⁵³

Neste capítulo, abordaremos os dezessete primeiros anos do século XV, em Paris, capital do reino da França. Cercada por muros, a cidade era alvo de constantes ameaças de conflitos, internos e externos, entretanto, a vida dos parisienses seguia seu curso natural. Mesmo com a ameaça de uma retomada da guerra contra a Inglaterra, questões como o preço do pão, dos impostos, ocupavam lugar importante na vida das pessoas, nada diferente de nenhuma outra época.

Também, como em outros períodos, as relações entre os indivíduos poderiam estabelecer elos que trariam benefícios mútuos, como por exemplo, a influência para a obtenção de um cargo. Entretanto, as alianças estabelecidas representavam o que chamamos “de faca de dois gumes”: se por um lado, estar aliado a um nobre influente poderia garantir o acesso a determinado posto ou benefício; por outro lado, também poderia ser prejudicial, pois juntamente com as benesses seria compartilhada a má fortuna.

A associação entre pessoas, baseada em relações de reciprocidade é apenas uma das possíveis explicações para a formação de alianças durante o período medieval. Esta perspectiva é válida para explicar a obtenção de apoio dentro de círculos menores. Entretanto, o estabelecimento de elos de reciprocidade dificilmente explicaria as relações de um grupo mais amplo, onde nem todos os indivíduos poderiam ser beneficiados diretamente. Dessa forma, outros recursos são necessários para cooptar aliados, tais como propaganda.

Neste capítulo, serão explorados argumentos utilizados pelos duques de Borgonha e de Orléans, para obtenção de apoio e legitimidade, que estariam na base para formação de grandes grupos de apoiadores. Para tanto, precisamos acompanhar o desenvolvimento do conflito e sua relação com a parcela da sociedade que não estava diretamente aliada a nenhum dos duques, mas que tinha sua vida atingida pela disputa. Além disso, serão analisados os relatos de assassinatos cometidos durante a primeira fase do conflito e a relação entre estes, a aplicação da justiça e a propaganda de guerra. Nesse tópico, será debatida em especial a relação da Universidade de Paris com a guerra

¹⁵³ [...] la ville a esté toute effraïée. BAYE, Tomo II, p. 167.

civil e suas consequências em relação ao julgamento do texto da *Justificativa do assassinato do duque de Orléans*.

As práticas serão determinadas a partir de duas fontes, o *Journal d'un Bourgeois* de Paris, que apresenta uma perspectiva fortemente pró-borgonhesa e o *Journal* de Nicolas de Baye, que tem um relato mais conciso e neutro em relação à disputa. Comparando os textos, podemos extrair elementos discursivos e práticas recorrentes e, a partir destes, estabelecer correspondências com valores socialmente aceitos. Além disso, ao acompanharmos a narrativa destes indivíduos, podemos ter uma ideia do espaço que a política ocupava na vida cotidiana, rompendo assim com a imagem de um período engessado pela religião por um lado e, por relações feudo-vassálicas por outro.

2.1 Nicolas de Baye, o escrivão do Parlamento

Durante os primeiros dezessete anos do século XV, Nicolas de Baye exerceu suas atividades como escrivão do Parlamento de Paris. Neste cargo, bastante importante dentro da estrutura judiciária do reino, Baye esteve em posição privilegiada para testemunhar os principais eventos ocorridos no conflito civil.¹⁵⁴

Nascido na região de Champagne, em 1364, há pouca informação sobre sua trajetória. Nicolas nasceu Coleçon le Cratinat, filho de servos dos senhores de Baye. Com a morte de seu pai, o jovem Coleçon ganhou a proteção de seus senhores e com isso a possibilidade de estudar. A liberdade e o encaminhamento nos estudos para se tornar um clérigo surgiram desta relação. Essa situação não era uma peculiaridade da trajetória de Baye, os estudos universitários nos séculos XIV e XV eram custosos e de difícil acesso para aqueles que não tinham recursos ou que não contassem com o suporte de algum patrocinador. Durante este período, houve um número significativo de estudantes de origem pobre, custeados por bolsas ou subsídios de príncipes ou cidades.¹⁵⁵ Coleçon de Baye consta na lista dos bolsistas do Collège de Beauvais entre 1381 e 1382.¹⁵⁶

¹⁵⁴ TUETÉY, Alexandre. *Inventaire de Nicolas de Baye, chanoine de Notre-Dame, greffier du Parlement de Paris sous Charles VI (1419), précédé d'une notice biographique par Alexandre Tuetey*. Paris, 1888, p. XII.

¹⁵⁵ GUENÉE, 1987, p. 26.

¹⁵⁶ TUETÉY, 1888, p. IV.

O jovem Coleçon avançou em seus estudos e abandonou o nome Cratinat, de seu pai, e passou a adotar Baye como sobrenome. Sua educação não se deteve nos estudos proporcionados pelo Collège de Beauvais, ele finalizou seus estudos jurídicos na Universidade de Orléans e, com a formação em Direito, e então se chamando “Nicolas Crante, dit de Baye”, o ex-servo da região de Champagne iniciou sua carreira de advogado em Paris.¹⁵⁷

Sua carreira de advogado se encerrou em 1400, quando iniciou sua função de escrivão do Parlamento de Paris. Ali, conseguiu construir uma carreira respeitável, registrando vários momentos importantes, chegando, inclusive, a ter a honra de se sentar aos pés do Delfim da França durante sessão do Parlamento.¹⁵⁸

Como escrivão, Baye serviu ao Parlamento até 1416, quando pediu às autoridades presentes no Parlamento para deixar o seu cargo por motivos de saúde.

Eu requeri aos senhores [...] como pela graça de Deus, do Rei e de sua Corte, tendo servido aqui e exercido o ofício de escrivão pelo espaço de dezesseis anos todos inteiros e continuados, porque pelos ditos dezesseis anos não falhei um dia, exceto oito dias que, agora tem onze ou doze anos, que eu estava doente no leito e tanto que cuidava morrer, e exerci meu ofício o mais lealmente que sabiamente ou graciosamente, porque em ofício se público o dito ofício, não é possível fazer ao agrado de cada um, [...] porque também estou debilitado de minha visão e não posso registrar bem sem meus óculos.¹⁵⁹

¹⁵⁷ TUETÉY, 1888, p.V.

¹⁵⁸ No relato do Parlamento de 7 de janeiro de 1412, Baye descreve a visita do Delfim ao Parlamento e as posições ocupadas por cada um dos membros, “[...] et moy à l’endroit de des piez de mondit seigneur de Guienne.” BAYE Tomo II, p. 41. Da mesma forma, em 1413, durante eleições de membros do Parlamento, todos se retiraram da câmara do Conselho, exceto “Le Roy, lesdiz ducs [Berry e Borgonha] et moy, N. de Baye, graphier de ceste Court.” BAYE, Tomo II, p. 129.

¹⁵⁹ Je requiz à messeigneurs dessus nommez que, comme par la grace de Dieu, du Roy et de sa Court, eusse servi ceans et exercé l’office de graphier par l’espace de seze ans tous entiers et continuez, car par ledis xvj ans onques n’y avoie failli jour, exceptez viij jours que, ores avoit xj ou xij ans, que j’avoie esté malade au lit et telement que je cuidié morir, et eusse exercé mondit office le plus loyaument que sagement ou gracieusement, car en office si publique que est ledit office, n’estoit pas bien possible faire à la grace de chascun, si comme miex le savoient, et y me deust suffire d’avoir servi oudit office si longuement; car aussi estoie-je aucunement debilité de ma veue et ne povoie pas bien enregistrer sans avoir lunettes; combien que je me sentoie ancores sain et entier, et n’estoie ne rompu ne froissé, mais seulement ploié, si povoie ancores bien servir oudit office, mais avant que piz me venist, entendiz que j’estoie em santé, me sembloit bom issir dudit office; et il vacast un lieu de clerc en la Chambre des Enquestes, y pleust à la Court moy descharger de l’onneur et charge dudit office, et moy pourveoir dudit office de clerc, pourveu que icellui office excersasse em la Grant Chambre. BAYE, Tomo II, p. 273.

Assim, em janeiro de 1417, o trabalho diligente de Baye foi recompensado com sua nomeação para conselheiro do Parlamento.¹⁶⁰ Nesses dezesseis anos como escrivão, Nicolas de Baye registrou importantes eventos ocorridos no reino. Dentre eles, o assassinato de Luís, Duque de Orléans, irmão do rei, do qual o registro de Baye foi um dos principais. Este foi um dos momentos mais importantes da disputa pelo poder e suas consequências colocaram as bases para a guerra civil.¹⁶¹

2.2 Assassinato do Duque de Orléans

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, a conjuntura política do final do século XIV e começo do século XV era de rivalidade entre as casas de Borgonha e de Orléans. Com o falecimento de Felipe, em 1404, João sem Medo herdou o título e a contenda, mas adotou uma postura mais radical que a de seu pai e conseguiu assim conquistar algum poder entre 1404 e 1405. Entretanto, sua posição era vulnerável e com o afastamento de Carlos VI em 1406, Luís de Orléans conseguiu assumir o controle do conselho real. Esse revés fez com que João sem Medo escolhesse uma solução mais extrema, ordenando o assassinato de seu rival, que ocorreu próximo ao castelo da rainha.¹⁶²

Nicolas de Baye, enquanto escrivão do Parlamento, foi à cena do assassinato e registrou as circunstâncias do ocorrido. Seu relato, não apenas cumpriu sua função enquanto documento jurídico, como também serviu de base para a elaboração de outros escritores, tais como o Religioso de Saint-Denis e Enguerrand de Monstrelet.

Mesmo neste momento, em que a disputa ainda não havia se tornado uma guerra civil, o ato de João sem Medo representou um argumento presente na disputa política que então permeava a vida no reino. Partindo das características do registro de Baye, podemos observar essas múltiplas apropriações do evento por outros escritores. O escrivão do Parlamento elaborou um relato sucinto, fundamentado nos indícios menos questionáveis que dispunha: os oferecidos pela observação dos cadáveres. E por contar

¹⁶⁰ Registro efetuado por Baye, que ainda atua como escrivão nos primeiros meses de 1417. FAUQUEMBERQUE, Tomo I, p. 1.

¹⁶¹ HUTCHINSON, 2007, p. 251.

¹⁶² Luís de Orléans foi assassinado quando saía do palácio da rainha à noite, a relação entre ambos é abordada por Adams, T.; Rechtschaffen, G. The Reputation of the Queen and Public Opinion: The Case of Isabeau of Bavaria. *Medieval Feminist Forum*: 47, no. 1 (2011):5-31, vol. 47 no. 1, 2011: 5–30.

apenas com a investigação da cena deixada, apresentava dúvidas quanto à cronologia dos eventos, “escolhendo a conjunção ‘et’ - a menos carregada de temporalidade – para ordenar sua relação.”¹⁶³

Para um escrivão da justiça, o essencial era registrar, com precisão, o evento. A narrativa sucinta não é imperativa de sua profissão, ao compararmos seus escritos com os de seu sucessor, fica evidente que esta é uma característica pessoal de Baye, que se restringia a escrever apenas o necessário. Dessa forma, o escrivão recolheu as principais informações com as testemunhas do homicídio. Assim, de acordo com suas próprias palavras, Baye exerceu seu ofício lealmente, sem buscar agradar a nenhuma das partes envolvidas. Todavia, o material recolhido por Baye, apresentava para outros escritores a possibilidade de defender uma ideia, mesmo que isso sacrificasse a “veracidade” dos fatos.

Tanto para Enguerrand de Monstrelet quanto para o Religioso de Saint-Denis o objetivo era mais que simplesmente descrever o ocorrido, “tratava-se de recompor o relato, de preencher as lacunas deixadas pelo escrivão.”¹⁶⁴ Obviamente, essa reconstrução do evento obedecia a diferentes propostas. Monstrelet¹⁶⁵, por exemplo, era um cronista que pertencia ao entorno da corte de Borgonha¹⁶⁶, sua redação buscava, portanto, legitimar o ato. Nesse sentido, logo após o relato do assassinato, são mencionados os impostos fortemente impopulares decididos pelo duque de Orléans.¹⁶⁷

Partindo de outras pretensões, o Religioso de Saint Denis condenou o assassinato, o que poderia ser atribuído a uma vinculação ao duque de Orléans. Todavia, esse posicionamento pode ser explicado por outras motivações, visto que a sequência de seu relato prova sua hostilidade aos Armanhaques. Dequeker-Fergon considera que a condenação apresentada pelo Religioso, igualmente manifestada quando João sem

¹⁶³ Dans ce récit succinct, Nicolas de Baye se fonde sur les seuls indices certains dont il dispose: ceux que lui offrent les corps des cadavres. Mais de la chronologie qu'il donne du drame, il apparaît douter, choisissant la conjonction « et » — la plus déchargée de temporalité — pour ordonner sa relation. DEQUEKER-FERGON, Jean-Michel. L'histoire au service des pouvoirs. In: *Médiévales*, n°10, 1986. p. 54.

¹⁶⁴ Pour le Religieux de Saint-Denis, comme pour Monstrelet, il s'agit de recomposer le récit, de remplir les interstices laissés en blanc par le greffier. DEQUEKER-FERGON, 1986, p. 54.

¹⁶⁵ Enguerrand de Monstrelet nasceu no final do século XIV, em uma família nobre da Picardia e morreu em 1453. Presenciou a captura de Joana d'Arc em Compiègne. Em 1436 foi bailio de Cambrai, depois em 1444 prévôt de Cambrai pelo duque de Borgonha. Continuator de Froissart, sua crônica abrange o período de 1400 até 1444. Molinier, Auguste. Les sources de l'histoire de France – Des origes aux guerres d'Italie. IV - Les Valois, 1328 -1461. Paris: A, Picard et fils, 1904, p. 192.

¹⁶⁶ Schnerb aponta que Monstrelet não tinha laços diretos com a casa de Borgonha. Inicialmente, sua proximidade era com a casa de Luxemburgo-Saint-Pol. SCHNERB, 2005, p. 354.

¹⁶⁷ DEQUEKER-FERGON, 1986, p. 57.

Medo é assassinado em 1419, estaria relacionada com um conjunto de valores que faz do Religioso um prisioneiro das regras de seu discurso. Assim, sua opinião sobre o contexto também deve ser entendida a partir dos modelos religiosos e os qualificativos utilizados e a sua maneira de insistir sobre a traição, como reflexos de sua posição de clérigo. Para Dequeker-Fergon, essas características no texto do Religioso indicam um estereotipo, não um posicionamento partidário.¹⁶⁸ A análise de Dequeker-Fergon sobre o texto do Religioso de Saint Denis nos direciona para uma importante reflexão sobre como não podemos entender toda a manifestação dos contemporâneos ao conflito como política. O indivíduo na Idade Média, assim como nos dias de hoje, era influenciado por inúmeros fatores, que não podem ser reduzidos apenas em termos de política e propaganda.

Quanto a Nicolas de Baye, considerado “bastante reservado em suas apreciações se contentou em estabelecer um contraste entre o poder deste príncipe e seu fim trágico.”¹⁶⁹ No final de suas anotações sobre o assassinato, escreve que “tão grande senhor, que naturalmente pertencia ao governo, falhou em governar este reino, em tão breve momento terminou seus dias tão horrivelmente e vergonhosamente.”¹⁷⁰

O assassinato de Luís de Orléans teve grande repercussão. Logo após o ocorrido, o crime foi investigado e seu mandante acusado, de acordo com os procedimentos estabelecidos¹⁷¹. Temos, portanto, a resolução jurídica de um crime cometido contra um membro da família real por outro indivíduo pertencente a este núcleo, o que torna mais delicado todo o processo. Entretanto, o status do assassino não poderia subverter o processo de aplicação da justiça sem que isso atingisse o equilíbrio social.¹⁷² Desde o período carolíngio, dentre as principais atribuições do rei, estava a aplicação da justiça,

¹⁶⁸ Le Religieux, pour sa part, condamne l'assassinat. Non pour des raisons politiques cependant: la suite de sa chronique prouve son hostilité aux Armagnacs. Il manifeste la même réprobation lorsque Jean sans Peur est à son tour assassiné, en 1419. C'est qu'il se trouve prisonnier d'un discours qui a ses règles. Il reproduit les modèles de récit dont il dispose. Les qualificatifs dont il use, sa manière d'insister sur la trahison ou l'imprévoyance de la victime sont réflexes de clerc. Son récit est stéréotypé, non partisan. DEQUEKER-FERGON, 1986, p. 57-58.

¹⁶⁹ Nicolas de Baye se montre très réservé dans ses appréciations et se contente d'établir un contraste entre la toute-puissance de ce prince et sa fin tragique. BAYE, Inventário, p. XX.

¹⁷⁰ Et lui qui si grant seigneur estoit et si puissant, et à qui naturelement, ou cas qu'il eust falu gouverneur à ce royaume, appartenoit le gouvernement, en si petit moment a finé ses jours moult horriblement et honteusement. BAYE, Tomo I, p. 206.

¹⁷¹ L'informations sur le meurtre du duc d'Orléans, menée par Guillaume de Tignonville, ne comporte aucune trace de l'ordalie à la bière. L'interrogation des témoins et la recherche des pièces à convictions sont menées avec une rigueur scientifique et juridique remarquable. GAUVARD, 2010, p. 186.

¹⁷² Juger c'est venger. Le roi se doit donc d'exercer la vengeance publique qui s'est substituée, par le biais du système judiciaire, à la vengeance privée. GAUVARD, 1985, p. 358.

"esta função, intimamente ligada à missão de paz da qual está investido o soberano, faz dele não apenas um rei juiz, mas também um rei justiceiro.¹⁷³

O monarca, portanto, deveria aplicar a justiça e assim garantir a manutenção da ordem social. Segundo Guillot, Rigaudière e Sassier, “a máxima ‘toda justiça emana do rei’ postula uma justiça exclusivamente aplicada pelo rei.” Entretanto, preceito não reflete a realidade, mas uma concepção simbólica, cujo objetivo era representar o poderio do monarca. Em termos práticos, seria impossível ao rei cuidar da administração do reino e ainda aplicar justiça a todos os seus súditos. E assim surgem as instâncias para as quais o rei delega a aplicação da justiça. Em Paris, o Parlamento estava encarregado desta tarefa.

Mas a delegação não significa abandono, e também, sempre que achasse necessário, o rei pode avocar sua competência. Mestre da norma e guardião da lei, ele poderia sempre julgar, do cível ao criminal, e pronunciar em pessoa a pena capital.¹⁷⁴

No entanto, existiam mecanismos que poderiam ser utilizados para burlar o percurso convencional da aplicação da justiça, destes, a carta de remissão, constitui um importante exemplo. A carta de remissão pode ser definida como "um ato da Chancelaria pelo qual o rei concede seu perdão depois de um crime ou de um delito, interrompendo assim o curso ordinário da justiça, quer ela seja real, senhorial, urbana ou eclesiástica."¹⁷⁵ A remissão não é apenas um desvio do curso da justiça, pois a concessão da graça real representava o poder de vida e morte que o rei tem sobre seus súditos, assim como a execução capital.

Partindo do pressuposto de que o rei era o encarregado de aplicar a justiça, evitando assim as justiças particulares, a concessão de perdão representava uma quebra

¹⁷³ L’adage ‘toute justice émane du roi’ postule une justice exclusivement rendue par le souverain. GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 205.

¹⁷⁴ Mais la délégation ne signifie pas abandon et, aussi souvent qu’il l’estime nécessaire, le roi peut reprendre sa compétence. Maître de la norme et gardien de la loi, il peut toujours tout juger, au criminel comme au civil, et prononcer en personne la peine capitale. GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 205.

¹⁷⁵ La lettre de rémission est un acte de la Chancellerie, par lequel le roi octroie son pardon à la suite d’un crime ou d’un délit, arrêtant ainsi le cours ordinaire de la justice, qu’elle soit royale, seigneuriale, urbaine ou ecclésiastique. GAUVARD, Claude. Grâce et exécution capitale: les deux visages de la justice royale française à la fin du Moyen Âge. In: Bibliothèque de l’école des chartes. 1995, tome 153, livraison 2. p. 277.

da relação de reciprocidade entre o rei e seus súditos. O rei, ao aplicar a justiça, se tornava o vingador do crime cometido, mas ao conceder o perdão, agia contra a exigência da sociedade, que poderia retomar para si a vingança, o que geraria uma forte instabilidade social. No sentido de manter a ordem, concessão do perdão real deveria obedecer a um ritual, cujas fórmulas utilizadas realizavam a transmutação necessária para que o perdão fosse concedido.¹⁷⁶

Além da ritualização da concessão da graça real, a partir da ordenança de 1337, foram estabelecidas normas que determinavam quais crimes não poderiam ser agraciados, dentre elas, destacamos a premeditação do crime.¹⁷⁷ Ao acompanharmos o relato de Baye, temos a indicação de que, quando João sem Medo optou pelo assassinato de seu rival, o crime foi planejado. Luís de Orleães “foi morto por sete ou dez homens armados, que estavam escondidos em uma casa [...] diante do palácio do marechal e onde habitaram e conversaram por oito ou quinze dias.”

Outro agravante para obtenção de uma carta de remissão era o horário em que o delito foi cometido: crimes cometidos à noite não poderiam ser agraciados com a carta de remissão.¹⁷⁸ Mais uma vez, o relato de Baye nos oferece evidências de elementos que tornariam o ato de João sem Medo um crime irremissível.

Neste dia, à noite, cerca de oito horas, o senhor Luís [...] retornando do palácio da Rainha que é próximo a porta Barbette, pouco acompanhado para seu estatuto, a saber, três homens a cavalo e dois a pé e uma ou duas tochas, diante do palácio do marechal Reux[...] foi morto por sete ou dez homens armados, que estavam escondidos em um casa[...] diante do palácio do marechal e onde habitaram e conversaram por oito ou quinze dias.¹⁷⁹

¹⁷⁶ GAUVARD, 1985, p. 358.

¹⁷⁷ En cette fin du Moyen Age, aucun crime n'est irrémissible. Les ordonnances de réforme, à commencer par celle du 3 mars 1357, tout comme les traités des réformateurs politiques, tentent, mais en vain, de définir les types de délits qui ne peuvent pas être remis. Il s'agit des crimes qui troublent l'ordre du monde depuis les temps ancestraux de la paix de Dieu : boutements de feux, sacrilèges, viols de pucelles ou de femmes mariées, meurtres avec préméditation, auxquels s'ajoute, au début du XVe siècle, la lèse-majesté. Or cette liste est bafouée par la décision du prince. Tous les crimes sont rémissibles et il faut attendre la fin du XVe siècle pour que les lettres tendent à se réduire aux seuls homicides. Grâce et exécution capitale : les deux visages de la justice royale française à la fin du Moyen Âge. In: Bibliothèque de l'école des chartes. 1995, tome 153, livraison 2., p. 279. GAUVARD, 2010, p. 68.

¹⁷⁸ GAUVARD, 2010, p. 68.

¹⁷⁹ Ce jour, au soir, environ huit heures, messire Loiz, [...] en revenant de l'ostel de la Roïne, qui est près de la porte Barbette, accompagné moult petitement selon son estat, c'est assavoir de iij hommes à cheval et de ij à piet à une ou ij torches, devient l'ostel du mareschal de Reux, en son aage de xxxvj ans ou environ, fu par viij ou x hommes armez qui estoient mussez en une Maison appelée l'ymage Nostre Dame, estant devant l'ostel dudit mareschal, et où lesdiz hommes avoient habite et converse repostement par viij ou xv jours, tué et murtri. BAYE, Tomo I, p. 206.

Três dias após crime, o duque de Borgonha confessou ter ordenado o assassinato de Luis de Orléans e, logo após, deixou Paris.¹⁸⁰ O breve relato de Baye apenas menciona a confissão do Duque de Borgonha, sem apresentar os detalhes sobre o ocorrido. Na crônica de Enguerrand de Monstrelet, embora também sucinta sobre este evento, encontramos outros elementos particularmente interessantes. Monstrelet narrou que o Duque de Borgonha confessou ao rei Luis¹⁸¹ e ao Duque de Berry, seu tio, que “por influência do ‘inimigo’ fez o homicídio através de Raoullet d’Actonville e seus cúmplices.”¹⁸² A expressão “*o inimigo*” remete à influência demoníaca, um argumento que era atenuante, pois retirava a responsabilidade da premeditação do crime.¹⁸³ Por este motivo, esse argumento foi bastante explorado pela propaganda borgonhesa.¹⁸⁴

A fuga de João sem Medo também não se apresenta como algo extraordinário. Prática comum, a fuga tinha uma dupla função: primeiro, garantir a segurança do criminoso contra represálias organizadas pela parte lesada; segundo, dar tempo para que os parentes pudessem negociar as condições para a paz.¹⁸⁵

A fuga independe das contingências próprias da personalidade do suplicante. Ela tem lugar independente de qual seja sua idade, a situação social ou civil. Ela constitui uma fase normal do ritual que marca a resolução dos crimes violentos: ela é inerente ao desenrolar do crime.¹⁸⁶

Porém, o ato de fugir acarreta consequências negativas diante dos olhos da opinião e da justiça, pois era como uma confissão de culpa. Para Gauvard, os motivos pelos quais ele tinha ódio pelo seu rival, a confissão que ele faz ao Duque de Berry, foram menos importantes para sinalizar seu ato aos olhos da opinião que sua fuga.¹⁸⁷

¹⁸⁰ Ce jour, a esté dit et publié de plusieurs que le duc de Bourgoigne, conte de Flandres et de Bourgoigne er d’Artois, disoit et mantenoit qu’il avoit fait occire le duc d’Orleans, son cousin germain, par Rolet d’Auquentonvilleet autres, et sur ce s’est au jour d’ui parti de Paris. BAYE, Tomo I, p. 208.

¹⁸¹ Luis II de Anjou (1384-1417) – Rei da Sicília (Nápoles) Neto de João o Bom e, portanto, primo do rei Carlos VI.

¹⁸² “par introduction de l’ennemi avoit faire cet homicide par Raoullet d’Actonville et ses complices.” MONSTRELET, p. 218.

¹⁸³ GAUVARD, Claude. *Le roi de France et l’opinion publique à l’époque de Charles VI*. In: Culture et idéologie dans la genèse de l’État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984) Rome : École Française de Rome, 1985. p. 360.

¹⁸⁴ GAUVARD, 2010, p. 185.

¹⁸⁵ GAUVARD, 2010, p. 169 e GAUVARD, 1995, p. 279.

¹⁸⁶ GAUVARD, 2010, p. 169.

¹⁸⁷ GAUVARD, 2010, p. 165-166.

2.3 A justificativa de João sem Medo

O assassinato de Luís de Orléans foi bastante explorado pelos escritores do período. Thomas Basin, por exemplo, atribuiu uma motivação passional para o crime. Segundo Basin,

esta morte e o progresso do ódio que a causou foram provocadas por outro motivo, nos a temos de personagens importantes e verdadeiramente bem informados. Aqui esta: o Duque de Borgonha era casado com uma nobre dama, filha do Duque da Baviéra. Ela era muito bela e, como a maior parte das mulheres nobres, ela tinha grande e elevada alma. Em noite de divertimento no palácio real, o Duque de Orléans, muito criticado e que relinchava como um cavalo garanhão atrás de todas as mulheres belas seguiu a Duquesa até um canto do palácio, e encontrou lugar e hora favoráveis para tentar induzi-la ao pecado do adultério. Mas como ela resistiu com todas as suas forças ao seu intento criminal, ele ousou tentar pela força.”¹⁸⁸

Diferente da interpretação de Basin, a análise da conjuntura política da Corte francesa sugere que o assassinato do duque de Orléans não teve motivação passional, o crime foi cometido com a intenção de remover um oponente político. Portanto, João sem Medo não poderia ficar afastado da capital e nem perder seu prestígio. Assim, três meses após a morte de Luís de Orléans e confissão de João sem Medo, inaugurou-se um debate jurídico sobre a legitimidade de seu ato.

O debate se insere em uma forte campanha de propaganda borgonhesa, na qual um conjunto de argumentos foi o centro: a intervenção demoníaca, num primeiro momento e, depois, a transformação do crime em um ato heroico, através de uma forte campanha negativa sobre Luís de Orléans, principalmente centrada na questão da fiscalidade. “Desde o mês de dezembro de 1407 e durante todo o inverno de 1408, João sem Medo para justificar seu ato de 23 de novembro de 1407, se preocupou em preparar a opinião pública fazendo circular múltiplas calúnias sobre sua vítima.”¹⁸⁹

Os rumores difundidos pelos apoiadores do duque de Borgonha atingiam a maior parte da população. Em 8 março de 1408,

¹⁸⁸ BASIN, Thomas. *Histoire de Charles VII*. Paris: Societe d’edition “Les Belles Letres”, 1933, p.12-13.

¹⁸⁹ Dès le mois de décembre 1407 et pendant tout l’hiver 1408, Jean sans Peur, pour justifier son acte du 23 Novembre 1407, s’était préoccupé de préparer l’opinion publique en faisant circuler de multiples calomnies salissant sa victimé. TOURNIER, 2007, p. 309.

A Corte esteve presente na sala do palácio do Rei, em Saint Pol, onde o mestre Jehan Petit, mestre em teologia, da nação da Normandia, propôs muitas causas e razões para o Duque de Borgonha [...] que por boa e justa causa fez morrer o duque de Orléans, e deveria ser remunerado de amor, honra e riquezas.¹⁹⁰

Também estavam presentes os membros do Parlamento e demais membros do Conselho Real. Jean Petit, mestre em teologia, a serviço de João sem Medo, desenvolveu sua argumentação a partir de citações da bíblia, de doutores da igreja e de autores antigos para demonstrar a legitimidade de matar um tirano.¹⁹¹ Para isso, o teólogo retrçou vários episódios da vida de Luís, buscando provar que este último era um tirano.¹⁹²

A apresentação da justificativa elaborada por Jean Petit é considerada como a inauguração de um debate jurídico. A réplica foi apresentada um mês após e teve quase os mesmos recursos utilizados pelos borgonheses. O texto foi redigido por ordem da duquesa e do duque de Orléans,¹⁹³ a elaboração coube também a um mestre em teologia, o abade de Cerisy, e sua argumentação ia de encontro às justificações propostas pelo Duque de Borgonha.¹⁹⁴

Em fevereiro de 1414, a justificativa elaborada por Jean Petit foi avaliada publicamente,¹⁹⁵ apresentando as conclusões dos mestres em teologia da Universidade e

¹⁹⁰ N'a pas este plaidoié pour ce que la Court a este presente en la sale de l'ostel du Roy à Saint Pol, où maistre Jehan Petit, maistre en theologie, de la nation de Normandie, a proposé plusieurs causes et raisons pour le duc de Bourgoigne, par lesquelles disoit de par ledit duc, qui l'a advoué, que à bonne et juste cause avoit fait mourir le duc d'Orleans, et en devoit estre prisez et remuneré d'amour, d'onneur et de richesses. Lesdiz raisons et propôs ont este diz et proposez en la presence des roiz de Cecile, cousin germain du Roy qui estoit enfermé comme malade, du duc de Berry, du duc de Bourgoigne, du duc de Breteigne, du conte de Mortain, du conte de Nevers, et icelles raison trouveras ailleurs en cest livre enregistrées et raportées par le graphier en tables et tout droit pour la presse et foule de gens d'armes et aures qui estoient en ladicté sale. BAYE, Tomo I, p. 222-223.

¹⁹¹ Jean Petit usa como referência, Aristóteles, Cícero, os salmos, o profeta Isaias, o evangelho segundo são João, o de São Mateus, cartas de são Paulo, obras de santo Agostinho e de São Tomas de Aquino. SCHNERB, 2001, p. 108.

¹⁹² DEQUEKER-FERGON, 1986, p. 52.

¹⁹³ Com o assassinato de Luis, seu filho Carlos se torna duque de Orléans. Quando do assassinato de seu pai, Carlos tinha apenas 16 anos. Em 1415, durante a batalha de Azincourt, Carlos é capturado pelos ingleses e permanece cativo na Inglaterra até sua libertação em 1440.

¹⁹⁴ De la partie de la duchesse d'orleans et du duc de Orleans fu proposé au Louvre par la bouche de l'abbé de Chesy (sic) par escript à la encontre des justifications proposées de la partie du duc de Bourgoigne sur la mort du feu duc d'Orleans, et estoient le dit mardi presens les ducs de Guienne, de Berry, de Bretagne, de Bourbon les contes de Montaing, d'Alençon, de Tanconville, de Clermont, le connestable, le Chancelier, les presidens et autres gens de Parlement et de la chambre des comptes, plusieurs barons, prelaz, chavaliers, les prevosts de Paris et des Marchans, le recteur et pluseurs maistres de l'Université de Paris et pluseurs bourgeois de ladicté ville. BAYE, Tomo I, p. 241-242.

¹⁹⁵ Presens l'evesque de Paris, l'Université, le Chancellier et moult grant peuple. BAYE, Tomo II, p. 170.

de um inquisidor. O relato de Nicolas de Baye é bastante sucinto, o escrivão apenas registrou que a conclusão foi de que a justificativa apresenta erros tocantes à fé.

O posicionamento da Universidade de Paris em relação ao conflito entre os duques apresentou algumas variações. Inicialmente, logo após as primeiras manifestações de João sem Medo, em 1405, a Universidade se alinhou com suas propostas políticas. As razões desta primeira aproximação estava diretamente ligada ao repúdio pela forma como o duque de Orléans estava conduzindo a administração do reino. Com Luís de Orléans e o conselho dos Marmoussets, não apenas a fiscalidade real impactou diretamente sobre a Universidade, como toda a agenda política ia no sentido de restringir liberdades e privilégios que esta usufruía. Assim, mesmo que as propostas reformadoras de João sem Medo não se referissem explicitamente à Universidade,

ela compartilhava com o duque a mesma concepção de Estado: a ideia de um Estado respeitoso das tradições e dos privilégios por oposição a um Estado Moderno.[...] João sem Medo representava uma escapatória à tendência centralizadora que sofreu o Estado depois dos Marmoussets e, sobretudo, após a tomada de poder de Luís de Orléans.¹⁹⁶

Em agosto de 1416, foram à corte vários mestres em teologia e de outras faculdades da Universidade de Paris [...] “eles vieram aqui por todo o bem comum e em especial deste reino, exaltação da fé, correção dos vícios e correção dos costumes.”¹⁹⁷ E concluíram que a “Justificativa do duque de Borgonha é injuriosa à justiça do Rei, à política e bem comum de seu reino, seu conteúdo é sedicioso, abrindo vias para perjúrios e homicídios.”¹⁹⁸ Assim, a justificativa foi recusada e a morte de Luís de Orléans foi considerada uma traição planejada e inescusável.

¹⁹⁶ Qu'elle partageait avec le duc la même conception de l'État: l'idée d'un État respectueux des traditions et des privilèges par opposition à un État moderne.[...] Or, lorsque Jean sans Peur arriva sur la scène publique avec son programme, il représenta l'échappatoire à la tendance centralisatrice dont souffrait l'État depuis l'époque des Marmoussets, et surtout depuis la main mise de Louis d'Orléans sur le gouvernement royal. TOURNIER, 2007, p. 301.

¹⁹⁷ Vindrent en la Court plusieurs maistres en theologie et en autres facultez de par l'Université de Paris [...] estoient icy vênus pour tout le bien comum et par especial de ce royaume, et à longte et exaltation de la foy, à la corretion des vices et amendement des meurs. BAYE, Tomo II, p. 260.

¹⁹⁸ La *Justification du duc de Bourgoigne*, estre injurieuse à la justice du Roy, à la police et bien commun de son royaume, contenens sediton, ouvrans voie à perjuremens et homicides, à flentz et trahisons et à tous autres mauulx, qui a donné racine aux ij seditions derrienement avenues puiz Pasques en ce royaume, par especial a Paris, par lasquelles les peres estoient en peril d'estre tuez par leur enfans et *e contrà*, et pour ce requiert que icelle escripture soit desirée à son trompe, et que ainsy doie estre fait il apert, car elle pretend front de dampnation, c'est assavoir, de justification et non pas de excusation sur la

A apresentação denuncia a atitude do Duque de Borgonha como um ato motivado por ambição, ressaltando que o ato foi cometido à noite, na capital da cidade do príncipe, na “fonte da justiça,”¹⁹⁹ desonrando a justiça do rei. Logo, é apresentada a consideração do Concílio de Constança, afirmando que a condenação do documento é uma justiça dupla, uma tocante à fé e outra legal.

No mês seguinte, setembro de 1416, a Corte emitiu seu parecer sobre a requisição da Universidade de Paris. O conselho considerou que sob pena de “*corps et de biens*” não é permitido aos súditos, independentemente de seu estado ou condição, matar sem sentença ou condenação de juiz competente. Assim, a Corte também proibiu a posse e reprodução do documento de Justificativa, bem como, todos aqueles que possuíssem uma cópia deveriam entregá-las para a justiça do rei e foi instituída punição àqueles que fizerem o contrário. A decisão foi amplamente divulgada, para evitar que a ignorância de tal decisão fosse utilizada como defesa.²⁰⁰

Como podemos entender essa mudança da Universidade de Paris e suas consequências? Conforme mencionamos anteriormente, a Universidade de Paris era uma importante corporação na sociedade francesa. Além disso, a instituição desfrutava de privilégios e prerrogativas que, praticamente, a permitiam administrar seus bens, sua justiça sem se submeter ao poder do rei. Os universitários desfrutavam de isenção fiscal no comércio e não poderiam ser presos ou processados como os demais súditos do rei.

Esses privilégios foram sendo perdidos gradualmente, por medidas tomadas pelos conselheiros de Carlos VI. A política implementada pelos Marmoussets prejudicou a autonomia jurisdicional da corporação. Pois, paralelamente ao desenvolvimento dos impostos reais, pessoal e instituições financeiras novas foram implementadas.²⁰¹

Segundo Tournier, a chegada ao poder de Luis e o aumento de sua influência política, no conselho, nos corpos do Estado e na administração do reino, não modificou essa tendência. Ao contrário, fontes contemporâneas denunciam vários casos de

mort inhumane, trahieuse, avisée, pourpansée du duc d’Orleans, frere Germain du Roy, car il n’y a droit qui justifie tel mort sans l’autorité et licence du prince. BAYE, Tomo II, p. 260-263.

¹⁹⁹ “en la capital ville du prince, en la fontaine de la justice.” BAYE, Tomo II, p. 261.

²⁰⁰ “Chastellet de Paris et les lieux principaulx des baillies, senechauccées, prevostez, et autres lieux royaulx, afin que aucun n’en puisse pretendre ignorance. BAYE, Tomo II, p. 270-271.

²⁰¹ TOURNIER, 2007, p. 302.

privilégios universitários violados e de conflito com o poder que, de certa forma, refletem os efeitos negativos de um forte poder monárquico sobre a Universidade.²⁰²

Dessa forma, fica bem claro o apoio dado pela Universidade, quando um rival surgiu para disputar o poder com Luís de Orléans. Entretanto, se a Universidade tinha expectativas de que João sem Medo, ao tomar o poder, seria conveniente aos interesses do reino e do rei e, ao mesmo tempo, preservaria a integridade de seus privilégios, essas foram frustradas. A interpretação de Tournier sugere que ruptura entre a Universidade e o duque de Borgonha ocorreu com tomada de poder em 1409.

Entre os anos 1410-1411, a Universidade foi uma parte essencial da paisagem política e, por este motivo, tornou-se um objeto de disputa entre a nobreza.²⁰³

A Universidade, assim como outros componentes da capital – representantes dos grandes corpos de Estado, do clero e da cidade de Paris – foi objeto de toda a atenção de João sem Medo. O objetivo era que a Universidade, uma vez ganha a sua causa, se tornasse um poderoso instrumento de propaganda que suas especificidades constitutivas a predestinava a se tornar. A partir do século XIII, os teólogos da Universidade participavam, por seus pregadores e procissões públicas, do enquadramento religioso dos fiéis em particular, e da manutenção da ordem social em geral. A pregação era, junto com a disputa e a leitura, uma das três funções tradicionais atribuídas aos teólogos e, como discutiremos adiante, amplamente utilizadas ao longo da guerra entre armanhaques e borguinhões.²⁰⁴

A Universidade, conforme mencionamos anteriormente, em fontes externas, aparece como uma voz uníssona, mas internamente, a instituição tinha suas dissidências. A instituição tinha suas divergências internas, característica intrínseca a formação de um grupo que comporta centenas de opiniões individuais, mas, externamente, manifestava apenas uma opinião.

O posicionamento da Universidade perante a justificativa do assassinato do duque de Orléans demonstra a tensão e a disputa entre os grupos que formavam a Universidade. Segundo Tournier,

²⁰² TOURNIER, 2007, p. 303.

²⁰³ As estratégias adotadas por cada grupo diferiam: enquanto os armanhaques se esforçavam por justificar sua conduta através de uma vasta campanha de cartas (fevereiro-julho), João sem Medo distribuiu tonéis de vinho, entre junho e setembro de 1411. TOURNIER, 2007, p. 306.

²⁰⁴ TOURNIER, 2007, p. 307.

Ao longo dos anos de 1411-1412, a justificativa não deixou os teólogos totalmente indiferentes. A questão de seu exame foi evocada no seio da faculdade de teologia, mas a maioria dos mestres se opunha a reunião de uma assembleia da faculdade ou da Universidade para debater ou não achavam útil nem o exame nem a condenação, e a minoria jamais contestou essas decisões.²⁰⁵

Assim, durante dois anos a questão permaneceu em suspenso, até que a situação se reverteu em favor dos partidários da condenação, ou seja, em favor dos apoiadores do duque de Orléans. Tounier sugere que essa mudança foi causada por uma alteração interna na Universidade. Com a renovação do corpo discente e docente, a orientação da instituição, como um todo, foi alterada.

2.4 Paris sob João sem Medo

Entre o período da apresentação da justificativa de João sem Medo e sua condenação pelo Concílio de Constança em 1416, o duque de Borgonha articulou seu retorno à Corte.²⁰⁶ E, enquanto este organizava sua defesa, a casa de Orléans exigia justiça pelo assassinato. Após negociações, a paz foi acordada em Chartres.²⁰⁷

Como resultado de sua intensa campanha de propagandas ou apenas indício de uma simpatia adquirida por se opor a um personagem mal visto pelos parisienses, João sem Medo pôde retornar à cidade, aclamado pelos gritos da população.²⁰⁸ Após ter assassinado o irmão do rei, seu primo, e um dos principais personagens da corte, o duque de Borgonha retornou em triunfo para o centro de poder do reino da França.

²⁰⁵ TOURNIER, 2007, p. 314.

²⁰⁶ Désormais, réfugié au milieu de ses fidèles sujets flamands e artésiens, Jean sans Peur observe de loin les événements dans la capitale. Or ce moment ne devrait guère tarder: le gouvernement royal est en plein déssarroi, le roi est fou, le duc d'Orléans est mort et la faction orléanaise est, au prope comme au figuré, décapitée. SCHNERB, 2001, p. 97.

²⁰⁷ Samedi, ij jour de mars. Cedit jour, le Roy comme autrefois a mandé à la Court que ij des presidents et vj des seigneurs clers et vj des seigneurs laiz de ceans, et aussi le procureur du Roy general et les ij advocas du Roy allassent à Chartres où le Roy estoit, et où les seigneurs du sanc royal et aussi le duc de Bourgoigne et le duc d'Orléans devoient estre à lundi prochain sur certain accort passer et enteriner, comme l'en dit, sur la mort du feu duc d'Orléans, pere du duc d'Orleans à present. BAYE, Tomo I, p. 259.

²⁰⁸ Relato da entrada de João sem medo em Paris apresentados no capítulo anterior. *BOURGEOIS*, p. 32 e BAYE, Tomo I, p. 260-261.

Sem dúvida, a movimentação de João sem Medo foi um ato extremo, mas que se provou eficiente. De fato, o duque de Borgonha não foi o primeiro, muito menos o único, a recorrer a tal medida. Observando outras disputas políticas ao longo do período final da Idade Média, vemos que o assassinato do Duque de Orléans não foi um ato inovador, visto que, no final da Idade Média, existem vários casos de assassinatos políticos, o excepcional deste acontecimento estaria relacionado com a posição política da vítima.²⁰⁹

E esta não foi a única morte relacionada com a contenda entre as casas de Borgonha e Orléans. Conforme já foi apontado neste trabalho, as relações e alianças são extremamente importantes neste contexto. Entretanto, escolher um lado para apoiar, em determinados momentos, poderia significar acompanhar o infortúnio alheio.

Tomemos como exemplo Jean de Montaigu, que exercia uma importante influência no Conselho de Carlos V. Quando Felipe de Borgonha estabeleceu sua influência quase exclusiva sobre o jovem Carlos VI, Montaigu, assim como outros indivíduos, denominados “Marmousets”, foi excluído do conselho real. Desta forma, quando se iniciou a disputa entre Felipe e Luís de Orléans, por motivos óbvios, seu apoio se direcionou ao segundo. E essa escolha, por alguns anos se mostrou proveitosa, pois Montaigu foi

cavaleiro e *Grand Maître d’hotel du roi*, antes notário e secretário do rei, [...]foi elevado a tal autoridade e eminência que governou o Palácio do Rei, da Rainha e do Delfim, foi soberano das finanças do Rei, não apenas nos palácios do dito senhor e dama, mas também de seus tios e primos.²¹⁰

Montaigu possuía relações com numerosas famílias da alta nobreza e seus familiares dispunham de grande influência. Dos seus irmãos, “um [foi] arcebispo de Sens e presidente da Câmara de Contas e tinha esperanças de ser chanceler da França, o

²⁰⁹ SCHNERB, 2005, p. 148.

²¹⁰ Chevalier et grant maistre d’ostel du Roy nostre Sire, par avant notaire et secretaire d’icellui Seigneur, homme de basse corpulence, maigre à peu de barbe, legier et apert, hatif en langage, ynel subtil et diligent, aagié de L ans et plus, filz de messire Gerart de Montagu, au temps de son trespas et po avant chevalier et par avant notaire du Roy, et filz comme l’en disoit, lequel messire J., par affection ou souffrance et simplece du Roy et des seigneurs du sanc royal, avoit esté élevé en telle auctorité et eminence qu’il avoit en son temps gouverné toute la maison du Roy et de la Roynne et de monseigneur le Dauphin, esté souverain sur les finances du Roy, lequel non pas seulement en l’ostel desdiz seigneur et dame, mais des seigneurs oncles et cousins du Roy. BAYE, Tomo I, p. 291.

outro [foi] bispo de Paris e chanceler do duque de Berry”. Além disso, possuía uma complexa rede de alianças baseada no matrimônio de seus filhos.²¹¹

Mas, a despeito de todos esses relacionamentos e da grande importância pelos cargos ocupados, a fortuna de Montaigu acompanhou a de Luís de Orléans. Tão logo retornou a Paris, em outubro de 1409, João sem Medo inciou o que Schnerb qualifica como uma “brutal tomada de poder”, na qual Montaigu, tal qual Luis de Orléans, perdeu mais que seu cargo e influência, sendo preso, torturado e enforcado em 1409. Segundo Schnerb, “para mostrar sua vontade de mudança, ele [João sem Medo] ofereceu uma vítima expiatória na pessoa do *grand maître de l’hôtel du roi*, Jean Montaigu.”²¹² A escolha do alvo não foi aleatória, representava o ponto mais sensível da proposta de reforma de João sem Medo. Jean de Montaigu era o responsável pelas finanças do reino.²¹³

O caráter espetacular de sua execução foi prolongado, pois apenas em setembro 1412 foi retirado da forca, o corpo de Montaigu “que um dia foi *grand maître d’hôtel du roi*, o qual teve sua cabeça cortada por seus deméritos.”²¹⁴ Não por acaso, o corpo foi retirado da forca antes da entrada do rei, acompanhado dos duques de Borgonha e de Orléans, após o estabelecimento da paz em Auxerre.

Mas a brutalidade desta tomada de poder em 1409 não se compara com a que ocorreu nove anos mais tarde. Suas características são diferentes, pois enquanto em 1409 ocorreu um suplício espetacular, em 1418 foi realizada uma eliminação massiva dos apoiadores do Duque de Orléans.²¹⁵

Ao analisar a relação entre as narrativas do período com as execuções capitais, Gauvard destaca o relato da execução de Jean de Montaigu. Dentre as várias versões contemporâneas do evento, encontramos a de Nicolas de Baye e a do *Journal*. Um dos

²¹¹ Qui avoit fait ses ij freres, lun arcevesque de Sens et president de la Chambre des Comptes et estoit esperence qu’il seroit chancelier de France, et l’autre evesque de Paris et chancelier du duc de Berry, et qui avoit marié ses enfans si hautement, comme son filz de l’aage de x ou xj ans à la fille de de messire Charles de Le Bret, cousin germain du Roy et connestable de France, l’une de ses filles au conte de Roucy et de Brenne, et l’autre fille au filz dudit conestable, lesquelx fillz et filles dudit Montagu estoient de la fille du feu messire Estienne de la Grange, jadis president en Parlement. BAYE, Tomo I, p. 291.

²¹² Pour montrer sa volonté de changement, il offre même la population parisienne une victime expiatoire en la personne du grand maître de l’hôtel du roi, Jean Montaigu. SCHNERB, 2001, p. 134.

²¹³ SCHNERB, 2001, p. 135.

²¹⁴ “Jadis grand maître d’hôtel du roi, lequel avait eu la tête coupée pour ses démérites.” *BOURGEOIS*, p. 55.

²¹⁵ En ordonnant le suplice spectaculaire de celui qui durant de longues années a été l’homme de finances de l’équipe des Marmousets, le gouvernement bourguignon veut montrer clairement qu’il entend s’attaquer au point plus sensible du programme réformateur: les finances royales. SCHNERB, 2001, p. 135.

elementos destacados por Gauvard está relacionado com as diferenças encontradas nos esquemas narrativos desses dois autores. Em Nicolas de Baye, conforme já observamos na narrativa do assassinato de Luis de Orléans, destaca-se a forma como a sequência se encadeia segundo uma sucessão seca, onde todas as palavras são estritamente indispensáveis para a descrição do ocorrido, ancoradas na data, hora e local do evento.²¹⁶ Baye mantém a constância em seu estilo, marcado por sua posição e ocupação, mas não apenas isso, pois quando comparamos o seu relato com o de Clemente de Fauquembergue, fica evidente o estilo narrativo extremamente conciso adotado pelo primeiro.²¹⁷

De modo oposto, o *Bourgeois* de Paris nos apresenta um relato mais eloquente. Para a caracterização de Montaigu, “uma descrição suntuosa do personagem, faz eco mais ou menos consciente do retrato cheio de altivez e riqueza, [...] seu registro rapidamente se volta ao político para integrar nos tormentos da guerra civil.”²¹⁸ Além de uma questão de estilo pessoal, a descrição do *Bourgeois* se alinha com seu posicionamento favorável ao duque de Borgonha. Crítico das questões fiscais e sempre preocupado com a situação do reino, o *Bourgeois* inseriu a execução no contexto do conflito. Assim como para o anônimo autor do *Journal*, esta associação entre a riqueza de Montaigu e a guerra civil pode ter sido importante para vários outros parisienses, que sofrendo com a pressão dos impostos, viram na atitude de João sem Medo, mais um motivo para apoiá-lo.

A eliminação dos aliados de Luis de Orléans, entretanto, era apenas uma das etapas da retomada de poder de João sem Medo, pois ainda havia grandes problemas a serem superados. No final de dezembro de 1409, o reino se viu diante de uma guerra em duas frentes, por um lado o reaquecimento do conflito contra a Inglaterra, por outro o conflito entre os príncipes remanescentes, que se organizavam ao redor do jovem duque Charles de Orléans.²¹⁹

²¹⁶ GAUVARD, 2010, p. 52.

²¹⁷ BAYE, Tomo I, p. 292.

²¹⁸ GAUVARD, 2010, p. 52.

²¹⁹ Cedit jour, n'a point esté plaidé pour ce que l'en ne povoit entrer ou Palaiz, obstant um grant conseil²¹⁹ que faisoit le Roy en la sale Saint Loiz, de messeigneurs de son sanc et des nobles du royaumme, sur le fait de la guerre d'entre le Roy, d'une part, et le Roy d'Anglaterre, d'autre part; ouquel conseil ay esté sur la fin veoir la meniere. Et y a esté dit et conclu de par le Roy, par la bouche du conte de Tancarville, que pour pluseurs causes par lui paravant recitées, et par especial, pour ce que les Anglois faisoient grant appareil de guerre et avoient delayé par iij mois de venir au tractié où devoient venir ou envoyer, comme avoient promis, le Roy avoit conclu sur le fait de la guerre. Sur quoy estoient avisié aucuns poins qui seroient dis auxdis nobles, et se miex avisoient, le diroient au Roy. Aussi a esté dit que, pour ce que il y avoit eu grans defaus ou fait de la justice de ce royaume, et aussi ou gouvernement et recepte du

Em 1410, em Paris, as vítimas da repressão de João sem Medo começaram a formar um grupo, encabeçado pelo duque de Berry. Este, teve sua influência reduzida quando sua clientela foi atingida pelas medidas de repressão e expurgo. A reivindicação de justiça, iniciada pela viúva de Luís de Orléans, foi mantida por uma rede de alianças formadas por Luís de Orléans, que reunia poderosos senhores do sudoeste da França, dentre eles Bernard de Armagnac²²⁰, Jean de Bretanha e da Casa de Albret.

A aliança se organizou como Liga, em 15 de abril de 1410 e, além dos nobres já mencionados, contava com o apoio de Jean de Berry, Jean de Alençon, Jean de Bourbon. A liderança do grupo coube a Bernard de Armagnac, sogro de Charles de Orléans, a partir de seu casamento com Bonne de Armagnac, que além de filha de Armagnac era neta do duque de Berry. É interessante observar que o nome que entrou para a História da guerra civil não foi o da casa de Orléans, pois ao assumir a liderança da disputa contra o Duque de Borgonha, Bernard de Armagnac acabou por ser tornar mais notável que o próprio Luís. Em vários momentos da narrativa do *Journal*, os demais membros da aliança são colocados em segundo plano e todo mal gerado pela guerra é atribuído a Bernard de Armagnac e seus homens.²²¹

Em julho 1410, em um momento de lucidez, Carlos VI publicou cartas patentes interditando a reunião de homens em armas e ordenando aos príncipes dos dois partidos a deposição das armas. Os príncipes reunidos em Tours manifestaram suas objeções a João sem Medo, publicando um manifesto que circulou por todo o reino, onde afirmavam a vontade de comparecer em Paris diante do rei. Em agosto, as tropas pertencentes aos membros da Liga se concentraram no entorno de Paris.²²² No relato de Baye, acompanhamos em setembro de 1410 a movimentação dos duques de Berry, de Orléans, de Bourbon e os condes de Alençon e de Armagnac, que apresentaram cartas

demainne et des aydes, le Roy avoit ordonné plusieurs vaillans hommes reformateurs generaulx, desquelx les aucuns estoient du sanc du Roy, c'est assavoir, les comptes (sic) de la Marche, de Vendosme, et St Po, lesquelx reformateurs puniroient cels que averoient failli, et priveroient ceulx qui avoient desservi. Aussi u dit que, pour ce que le Roy, pour plusuers empeschemens qui lui survenoient souvant, avoit jà piecà ordonné que la Royne par le conseil de messeigneurs du sanc royal entendroit es grosses besoignes et cas qui en ce royaume avendoient, auxquelx le Roy ne povoit entendre, ycelle Royne aussi estoit²¹⁹ empeschée pour plusieurs cas qui lui surviennent et empeschemens, par quoy, n'y povoit entendre, si avoit ordonné de Roy, à la requeste de la Royne, que monseigneur le Dauphin entendroit de cy en avant auxdictes besoignes par le conseil de mesdis deigneurs du sanc royal. BAYE, Tomo I, p. 307.

²²⁰ Como sogro do Charles de Orléans, Bernard de Armagnac exerce a liderança da disputa contra a casa de Borgonha. Nessa condição, exerceu o cargo de Condestável da França de 1415 até sua morte, em 1418, quando foi massacrado pelos parisienses.

²²¹ Em 1414, o *Bourgeois* afirma que o conde de Armagnac é o verdadeiro líder do grupo. Mas desde o início de sua narrativa fica claro que este é o personagem que concentra todo o ódio do autor. *BOURGEOIS*, p. 72.

²²² SCHNERB, 2001, p. 139.

patentes seladas, cujo conteúdo tinha como objetivo apresentar suas preocupações “com a honra do rei, sua justiça, o estado do reino e da coisa pública.”²²³

No relato do escrivão do Parlamento, temos que um grande número de homens em armas se reuniu às margens do Loire, e que o Duque de Borgonha com o rei e o Delfim, em nome do rei, fez vir de todas as partes do reino um grande número de homens em armas.²²⁴ Cabe destaque a um aspecto deste registro: o poder que João sem Medo usufruía na corte fica expresso no enunciado: o duque de Borgonha, em nome do rei, fez reunir homens para defender Paris.

De agosto a outubro, borgonheses e armanhaques ocuparam todas as cidades no entorno da capital e, apesar dos preparativos, não houve conflito. As negociações realizadas por iniciativa da Rainha, da Universidade e de antigos servidores do Estado como Guillaume de Tignonville e Gontier de Col obtiveram uma trégua provisória. Assim, em 2 novembro de 1410, trégua de Bicêtre foi acordada, prevendo a suspensão de armas até a Páscoa de 1412. Os príncipes deveriam dispensar suas tropas e se retirar para seus domínios e não poderiam retornar a Paris, exceto por ordem expressa do rei. Além disso, para garantir a imparcialidade do governo, nenhuma pessoa vinculada a qualquer um dos príncipes poderia fazer parte do conselho do rei.²²⁵

Apesar desta medida, que buscava um equilíbrio entre as duas frentes, na prática o tratado se mostrou mais vantajoso para João sem Medo que tendo em suas mãos o poder real, nas semanas seguintes, violou impunemente todas as suas cláusulas. Enquanto João sem Medo pôde dispor do poder no conselho do rei, sua estratégia se voltou para a consolidação de sua influência. Uma caçada aos apoiadores do Duque de Orléans remanescentes no poder foi seguida pela colocação de seus partidários próximos ao Delfim, dentro do Conselho do rei.

²²³ L'onneur du Roy, sa justice, et l'estat du royaume et de la chose publique. BAYE, Tomo I, p. 331.

²²⁴ 09 de setembro de 1410 - Et est assavoir que ocques mais l'en ne vit peril, car lediz seigneurs estoient ensemble selon la riviere de Loire en moult merueilleux nombre et arroy de gens moult notables en armes. Par deça se tenoit de duc de Bourgoigne avec le Roy et le Dauphin, qui, ou nom du Roy, a fait et fait venir gens d'armes de tous païs sans nombre pour la defense et honneur dudit seigneur. Et pour ce que le demainne du Roy, ne les aydes, xij deniers pour livre et quatriesme du vin ne suffisoit pas au Roy pour la despense, car il n'avoit point d'argent, ne n'accoustumé d'avoir depuiz longtemps par petit gouvernement, a fait et fait emprunter de toutes gens et par tout son royaume, sans distinction, soient moignes, chanoines ou clers, bourgeois ou autres, finance importable. Et pour ce que le Roy avoit fait crier son arrier ban à occasion des gens d'armes que venoient par deça, comme l'en disoient, du couté desdiz seigneurs de Berry, d'Orléans etc., pour resister à ceulx, se besopin estoit, toutes manieres de gens, fussent povres, fussent riches. BAYE, Tomo I, p. 332.

²²⁵ SCHNERB, 2001, p. 140-141.

Em 29 de maio de 1411, Nicolas de Baye registrou que o Duque de Orléans enviou cartas ao rei, nas quais justificava não ter respondido aos embaixadores do rei “porque o Conselho do rei tem muitos de seus inimigos.” Não apenas o Duque acusava determinados indivíduos, “que não deveriam estar no conselho ou a serviço do Rei”, como declarou seus nomes: o bispo de Tournay, d’Amiens, J. de Nilles, Helly, Charles de Savoisy, Anthoinne de Craon, Anthoinne des Essars, J. de Courselles, Pierre de Fontanay et Morisse de Ruilly. Além da acusação de cumplicidade com o Duque de Borgonha, “J. de Nyelles e Hely são culpados da morte de seu pai, o falecido duque de Orléans.”²²⁶

Os aliados ao duque de Orléans que ainda permaneciam em Paris foram alvo de uma medida mais enérgica, em agosto de 1411. A partir de uma ordenança real, declarada por Pierre des Essarts, todos os orleanistas foram qualificados como rebeldes e estavam sujeitos ao confisco de seus bens e mesmo à morte. Com a legalidade fornecida pela ordenança, os apoiadores do duque de Borgonha puderam realizar uma caçada: um grande grupo de açougueiros, peleiros e curtidores foram mobilizados para perseguir os orleanistas da capital.

Assim, João sem Medo habilmente conseguiu não apenas o apoio daqueles que já estavam inclinados ao seu lado devido às medidas do falecido Duque, Luís de Orléans, mas também o daqueles que se sentiram ameaçados pela ordenança de agosto de 1411. Para identificação daqueles que apoiavam o duque de Borgonha, para proteger sua vida e patrimônio, foram confeccionados e distribuídos emblemas de chumbo e estanho que representavam a cruz de Santo André, santo patrono do duque de Borgonha.

Hutchinson aponta este como um dos principais sucessos da propaganda borgonhesa, a formação de uma comunidade pró-borgonhesa. Além disso, como um dos efeitos colaterais desta ordenança, houve uma ampliação das pessoas envolvidas no conflito, seja por seu interesse direto ou não na querela entre Orléans e Borgonha, seja

²²⁶ Cedit jour, avant la prononciation des arrests, ont esté presentés à la Court lettres de par monseigneur le duc d’Orleans, lettres patentes contenens que ledit d’Orleans avoit escript au Roy nostre Sire que le woulsist avoir pour excusé de ce que les ambaxiateurs du Roy lui avoient dit, relatéet requiz de par lui , car ou le Conseil du Roy avoit pluseurs de ses ennemiz , aux quelx ne voudroit ses faiz, response et intentions aucunement estre comunicués, ne par eulx sceuz ou cogneux, ne aussy ne devoient estre ou conseil ne ou service du Roy. Et estoientles noms de ceulx que declaroit: l’evesque de Tournay, le vidame d’Amiens, J. de Nilles, le sire de Helly, Charles de Savoisy, Anthoinne de Craon, Anthoinne des Essars, J. de Courselles, Pierre de Fontanay et Morisse de Ruilly. BAYE, Tomo II p. 13-14.

por uma necessidade de proteção contra a ameaça imediata.²²⁷ Podemos facilmente imaginar o clima de instabilidade de em período, em que as pessoas poderiam ser mortas por suas relações e posicionamentos.

No relato *do Journal d'un Bourgeois* de Paris, de outubro de 1411, o autor anônimo denunciou os crimes cometidos pelos armanhaques que,

fizeram tanto mal, como se fosse Sarracenos, porque eles penduravam as pessoas, uns pelos polegares outros pelos pés, outros eles matavam e faziam de reféns, e estupravam as mulheres, e incendiavam e sobre quem fez, diziam: "foram os Armanhaques" e não permanecia ninguém além deles nas cidades. Contudo, veio Pierre des Essarts a Paris, e foi preboste como antes, e fez tanto que se gritava por Paris que se abandonassem os Armanhaques e que se podia os matar e tomar seus bens.²²⁸

A ordenança de 1411 legitimou a violência contra todos os que fossem considerados armanhaques. A medida não afetou apenas os nobres aliados ao duque de Orléans, todo parisiense poderia ser morto ou roubado sob pretexto de ser armanhaque.

Dentre os nobres afetados pela ordenança estava o Duque de Berry, que enviou cartas à Corte e à Rainha, solicitando reparação pela injúria sofrida por ele e seus servidores.²²⁹

Em novembro de 1411, no Parlamento o acontecimento foi narrado em termos de confisco dos bens daqueles que fizeram guerra contra a proibição do Rei, apoiando o duque de Orléans.²³⁰ A tomada do poder foi marcada pela violência dos assassinatos e confisco dos bens. Além disso, para garantir a efetividade de seu poder na Corte, foram

²²⁷ HUTCHINSON, 2007, p. 251.

²²⁸ Et firent tant de maux, comme les eussent faits Sarrasins, car ils pendaient les gens, [les uns] par les pouces, [les] autres par les pieds, les autres tuaient et raçonnaient, et efforçaient femmes, et boutaient feux, et quiconque ce fit, on disait: "Ce font les Armagnacs", et ne demeurait personne ès dits villages que eux-mêmes. Cependant vint Pierre des Essarts à Paris, et fut prévôt comme devant, et fit tant qu'on cria parmi Paris qu'on abandonnait les Armagnacs, et qui pourrait les tuer qu'il les tuât et prît leurs biens. Si [y alla moult de gens qui plusieurs fois leur] firent dommage et, par especial, compagnons de village, qu'on nommait brigands, qui s'assemblèrent et firent du mal assez sous ombre de tuer les Armagnacs. En ce temps prirent ceus de Paris chaperons de drap pers et la croix Saint-André, au milieu un écu à la fleur de lys et en maint de quinze jours (il y en) avait à Paris cent milliers, (tant) qu'hommes qu'enfants, signés devant et derrière de ladite croix, car nul n'issait de Paris qui ne l'avait. *BOURGEOIS*, p. 39-40.

²²⁹ "et pluseus autre aussy de petit estat avoiente dit pluseurs injures de lui et avoient prins les biens de pluseurs de ses serviteurs." BAYE, Tomo II, p. 25-26.

²³⁰ Cedit jour, ont esté leues ceteinnes lettres de revocation des dons fais ou à faire des confiscations ou forfactures de ceulx qui font guerre contre le defense du Roy pour le duc d'Orleans, lesquelles lettres sont enregistrées ou livre des ordonnances. BAYE, Tomo II, p. 30.

efetuadas diversas substituições em cargos ocupados por apoiadores do duque de Orléans, bem como, juramentos de fidelidade ao rei e ao duque de Borgonha.²³¹

2.5 Política e Religião

Discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, a possibilidade de abordar o período final da Idade Média a partir de uma perspectiva de dinâmica política. Um dos elementos considerado determinante para historiadores contrários a essa concepção é a sujeição da sociedade à esfera religiosa.

A discussão e a análise da bibliografia sobre o tema levaram à conclusão de que é possível pensar em termos de política para os dois últimos séculos do período medieval, quando ocorreram mudanças no exercício do poder que possibilitaram uma autonomização do poder político, mas sem ignorar sua profunda ligação com a Igreja Católica.

No final do período medieval, ainda há uma forte ligação entre a esfera religiosa e política. Essa conexão pode ser percebida no simbolismo do poder das respectivas lideranças e em práticas apropriadas e ressignificadas. Como, por exemplo, "os discursos e sermões destinados a sacudir a apatia e indiferença, senão negligência dos homens e dos governantes" em relação ao sofrimento do povo com as guerras travadas entre Inglaterra e França.²³²

Chama a atenção aqui a utilização de sermões como forma de manifestação de um posicionamento político. Observando a documentação do Parlamento, em diversas ocasiões, não houve sessão no Parlamento, pois seus conselheiros estavam participando de procissões²³³. As motivações para estes eventos podem ser resumidas em um desejo amplo: o fim da guerra. Claramente, este é o principal motivo deste tipo de manifestação, entretanto, analisando uma amostra extraída dos relatos do Parlamento, podemos subdividi-las em categorias mais específicas como: o fim da guerra entre senhores de sangue real;²³⁴ pela paz e saúde do rei;²³⁵ para celebrar tratado de paz;²³⁶ pela paz;²³⁷ pelo fim da guerra²³⁸ e pela saúde do rei e prosperidade do reino.²³⁹

²³¹ BAYE, Tomo II, p. 35, 41-43.

²³² JOURDIN, 1992, p. 10.

²³³ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981, p. 72.

²³⁴ BAYE, Tomo II, p. 21

As procissões, segundo Contamine, se enquadram como “meios utilizados durante os últimos séculos da Idade Média para difusão da propaganda de guerra.”²⁴⁰ Sua importância é clara, pois reúnem um grande número de indivíduos, favorecendo a difusão de informações e de perspectivas.

Segundo Beaune,

para os homens e mulheres da Idade Média, o mundo visível correspondia de várias formas ao invisível: ambos são criação de Deus e sua continuidade e existência dependem Dele. Como as orações serviam como uma linha invisível que mantinha os dois unidos, parecia adequado orar pelo rei e pelo reino que o Criador fez.²⁴¹

Para a autora, as orações pela paz e estabilidade do reino representam a falta de termos seculares para expressar as relações políticas diante de fenômenos, como o nacionalismo, que ainda não teriam um vocabulário político estabelecido.

A apropriação do vocabulário das Cruzadas também aparece durante a guerra entre armanhaques e borguinhões. Por exemplo, enquanto Nicolas de Baye registrou o desgaste causado pelos ataques dos envolvidos no conflito de “Armignagues, Bretons, Brebançons, Lorreins et Bourgoignons”²⁴², nos relatos do *Journal*, o principal inimigo

²³⁵ BAYE, Tomo II, p. 67, 70, 73, 185, 186; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 299.

²³⁶ BAYE, Tomo II, p. 83; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 306-307.

²³⁷ BAYE, Tomo II, p. 122; FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 116.

²³⁸ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, pp. 149, 188, 265

²³⁹ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, pp. 202-203, 207, 208, 209, 289, 300, 328, 346; Tomo II, pp. 14, 24, 25, 33, 39, 42, 88.

²⁴⁰ CONTAMINE, 1994, p. 8-10.

²⁴¹ To men and women of the Middle Ages, the visible world corresponded in many ways to the invisible: both were creation of God, and their continued existence depended on Him. Since prayers served as the invisible thread that bound the two together, it seemed only fitting to pray for the king and the kingdom which the Maker had created and which participated in the grand desing of His Church. BEAUNE, Colette. *The birth of an ideology: myths and symbols of nation in late-medieval France*. Berkeley: University of California Press, 1991, p.13.

²⁴² 12 de novembro de 1410. La Court, pour les grans perilz qui sont de present et ont já esté par toutes les marches et paiz de ce roiaume dont l'em n'ose venir à Paris, tant pour gens d'armes propement appelles larrons et pillars, que pour brigans et compaignes qui se sont miz sus pour recontrer et piller lediz larrons, et autres larrons, espieurs de chemins qui de present regnent et ont cours, a continué les presentations de cy à lundi, qui vient exclusivement, quant à Vermendoiz, combien que non est *verissimile* que nul ne pourra ne n'osera venir dedans ledit jour ne longtemps après, car l'em ne lit pas ystoires que, hors les feuz boutez ou temps passé publiquement par les enemis de ce royaume tel dammage, comme ont fait Brabançons, Lorreins, Breguignons, Armignagues, Brabans et autres de toutes pars de ce royaumme.[...] Et fu ordoné, ce fait, que l'en recevroit les presentations du bailliage de Vermendoiz decy à dimenche incusive, et si pourverroit l'en em oultre selon les exigences du cas, pour ce que *verissimile* est que les parties ne pourront venir à temps pour eulx presenter et poursuivre leurs causes pour l'incursion des gens d'armes de Lorreinne, d'Alemaigne, de Bourgoigne, de Flandres, de Picardie, de Champaigne, de Braban, qui ont esté, passé a x sepmainnes, tant a`Paris que dehors du costé de delá la riviere du Seine, oultre le Grant Pont, et dexquelx plusieurs et quasi sans nombre estoient logés par tout en ceste cité, tanta entre les ij pons pour estre entour le Roy, le duc de Guienne, dauphin de Vienne, de Navarre et le duc de

do reino e causador dos males está centralizado na figura do conde de Armagnac e seus homens: “que pilhavam, roubavam e matavam na igreja e fora da igreja, especialmente aqueles do conde de Armagnac e os Bretões.”²⁴³

Ao longo do texto do *Bourgeois*, é recorrente a comparação entre Armanhaques e Sarracenos, como, por exemplo, no ano de 1419, onde o autor relata que

sempre correm os Armagnacs, como antes dito, matando, pilhando e colocando fogo em por toda a parte, sobre mulheres, sobre homens [e] sobre grãos, e fazem pior que os Sarracenos.²⁴⁴

A denominação sarracenos é uma identificação, dada pelos cristãos, aos turcos muçulmanos e carrega um sentido pejorativo, vinculado ao desrespeito dos códigos de conduta. Os armanhaques, ao não respeitarem os preceitos para a guerra, “fazem tanto mal, como fizeram os Sarracenos”²⁴⁵ e dessa forma, no universo do *Bourgeois*, são enquadrados em uma categoria que estaria fora dos valores socialmente aceitos. É interessante observar que, na citação acima, é a primeira vez que encontramos a comparação entre armanhaques e Sarracenos, datada do ano de 1411, mesmo ano em que houve a excomunhão dos armanhaques.²⁴⁶

Além das procissões e da utilização de vocabulário vinculado às cruzadas, no final do período medieval, diversos elementos religiosos tinham também uma funcionalidade política, tais como a fundação de igrejas, que garantiam orações em nome do rei ou do nobre que patrocinou a obra. Até mesmo excomunhões e

Bourgoigne, qui estoient logez en ce palaiz, et de lá le PontNeuf jusques aux portes qui longuement furent tenues closes, hors une ou ij, que aussy pour les Bretons, Armignagues, Berruiers, Alnoiz, Borbonnoiz, Alençonnoiz, Valoisiens et plusieurs sans nombre, qui tenoient de la riviere de Seine oultre Paris pour accompagner les ducs de Berry, oncle du Roy, le duc d'Orleans, nepveu et gendre du Roy, de sa premiere femme, le duc de Bourbon, cousin germain d'icellui Seigneur, le conte d'Alençon, le conte d'Armignac, et le seigneur d'Alembret, condestable de France, qui estoient logez tant à Vicesstre, Vanves, Icy, Vitry, que ailleurs entour; lesquelx, tant deça que delá, ont fait tous les mauulx que l'en puet faire, hors bouter feulx publiquement, et venir icy et à retourner ont destruis les paiz de France, et par especial entour Paris jusques aux portes, et par especial Armignagues, Bretons, Brebançons, Lorreins et Bourgoignons ont pillé et emmené ce que ont peu emmener, et rançonné ne grant deshonneur du Roy et du royaume. C'ets tout siècle. BAYE, Tomo I, p. 340.

²⁴³ Et les gens de Berry et de ses aidants pillaient, robaient, tuaient en église et dehor église, spécialement ceux du comte de Armagnac et les Bretons. *BOURGEOIS*, p. 35.

²⁴⁴ Et toujours couraient le Armagnacs, comme devant est dite, tuaient, pillaient, boutaient feux partout sur femmes, sur hommes [et] sur grains et faisaient pis que Sarrasins. *BOURGEOIS*, p. 141.

²⁴⁵ Et firent tant de maux, comme les eussent faits les Sarrasins. BEAUNE, 1990, p. 39.

²⁴⁶ Sobre a representação dos inimigos em períodos de guerra, ver. BOUSQUET, Christine. L'image de l'ennemi dans les chroniques au temps de la guerre de Cent Ans. In.: COUTY, D., MAURICE, J., GUÉRET-LAFERTÉ, M. *Images de la guerre de Cent Ans. Actes du Colloque de Rouen, 21-22-13 mai 2000*, Paris: PUF, 2002.

indulgências tinham seu papel na política: as indulgências eram oferecidas àqueles que orassem pelo rei, o que poderia estar relacionado com contextos de disputas políticas.²⁴⁷ As excomunhões políticas, por sua vez, foram utilizadas tanto por armanhaques quanto por borguinhões e, até mesmo Carlos VI foi excomungado, em maio de 1408.²⁴⁸

A questão das excomunhões durante a guerra civil aparece de formas diferentes no *Journal* e no Registro do Parlamento. Conforme apontamos anteriormente, apesar do início do conflito estar relacionado com o assassinato de Luís de Orléans e a reivindicação de justiça por sua família e apoiadores, no universo do *Bourgeois* é Bernard de Armagnac que aparece como o antagonista de João sem Medo.

Este dia foi feita procissão geral a Notre-Dame de Paris e lá, diante de todo o povo, foi maldita e excomungada toda a companhia dos armanhaques e todos os seus aliados e simpatizantes.²⁴⁹

Colette Beaune aponta que as excomunhões contra inimigos políticos se vulgarizaram no final do período medieval, sua utilização estava baseada na bula do Papa Urbano V contra as Grandes Companhias.²⁵⁰ O perdão aos excomungados era reservado ao Papa e os Armanhaques o conseguiram no ano seguinte, 1412.²⁵¹

²⁴⁷ Beaune utiliza como exemplo as oferecidas por Clemente V. BEAUNE, 1991, p.15.

²⁴⁸ 15 de maio de 1408 – Excomunhão de Carlos VI pelo Papa. “Furent ceans publiés et leues trois lettres royalx, par lesquelles le Roy welt tenir et maintenir les eglises et prelatures de son royaume ne leur franchises et libertez, comme aprt plus clerement, qui sont enregistres ou livre des Ordonnances. E à occasion desdictes lettres a esté presentée au Roy dès lundi derrain passé, comme l’en dit, une bulle par laquelle le pape Benedict, qui est l’un des contendens du papat, excommunie le Roy et messeigneurs ses parens et adherens, et qu’il en avendra, Diex y pourvoie.” BAYE, Tomo I, p. 230.

²⁴⁹ Et ce jour que nos gens furent à Saint-Denis était la vigile Saint Martin d’hiver, et fu ce jour fait procession générale à Notre-Dame de Paris, et là, devant tout le peuple, fut maudite et excommuniée toute la compagnie des Armagnacs, et tout leurs aidants et confortants et furent nommés par (leur) nom tous les grands seigneurs de la maudite bande, c’est à savoir: le duc de Berry, le duc de Bourbon, le comte d’Alençon, le faux comte d’Armagnac, le connétable (Charles d’Albret), l’archevêque de Sens frère du devandit Montaignu, Robert de Tuillières, lieutenant du prévôt de Paris, frère Jacques le Grand augustin, qui le pis conseillait de tous;et furent excommuniés de la bouche du Saint Père, tellement qu’ils ne pouvaient être absous par prêtre nul, ni prâlat, que du Saint Père et en article de mort. Et 2 ou 3 fois devant avait [été] fait à Paris telle procession et tel excommunié sur la fausse bande. *BOURGEOIS*, p. 43-44.

²⁵⁰ *BOURGEOIS*, p. 44.

²⁵¹ Sur certaines lettres venues du Roy au Chancellier et en son absence au Parlement pour faire cesser de cy à iij semaines les excomuniemens publiés, passé a demi an, contre les duc d’Orleans, de Bourbon, les contes d’Alençon, d’Armignas et autres, pour les entreprises et desobeysances par eulx faictes ou prejudice du Roy et de son royaume, lesquelles excommunications se faisoient par vertu de certaines bulles du pape Urbain Quint par toutes les eglises parrochiaux de Paris et autres de ce royaume à cloches sonans et chandoilles estainctes. BAYE, Tomo II, p. 81.

Entretanto, tal fato foi lembrado pelo *Bourgeois* em 1415, quando o “conde de Armagnac, pessoa excomungada” foi nomeado Condestável da França.²⁵²

Diferentemente do *Journal*, Clemente de Fauquembergue apresentou a excomunhão dos borgonheses e o perdão, em 1419, evidenciando a questão política envolvida na punição religiosa.²⁵³

As relações entre práticas religiosas e políticas afetavam tanto o clero quanto os funcionários da administração real.²⁵⁴ Em junho de 1411, o escrivão do Parlamento relatou que o Grande Conselho e o Chanceler foram a Corte para “ter a opinião de algumas coisas tocantes ao Rei e à coisa pública”, o assunto abordado foi que “as gentes da igreja ajudassem o rei para resistir aos exércitos do duque de Borgonha e do duque de Orléans.”²⁵⁵

Essas práticas e apropriações de vocabulário, longe de representar uma relação de submissão entre a esfera política e religiosa, são indícios do que Kantorowicz chama de híbridos, ou seja, “empréstimos e trocas mútuas de insígnias, símbolos políticos, prerrogativas e honrarias.”²⁵⁶ Estes híbridos são produtos das inter-relações entre Igreja e Estado e estiveram presentes durante grande parte do período medieval e, a partir do século XIII, os intercâmbios não eram restritos apenas ao dignitários individuais, tendo sua utilização expandida. A partir da perspectiva de Beaune e Kantorowicz, entendemos as procissões, excomunhões, missas e demais eventos religiosos, bem como

²⁵² Le comte d’Armagnac, personne excommuniée, comme devant est dit, nommé Bernard, et le firet connétable de France. *BOURGEOIS*, p. 91.

²⁵³ Et est vray que, environ l’an CCCCIX, à l’instance et poursuite des gens du Conseil du Roy et du duc de Bourgongne, entans à Paris, par vertu d’une bulle du pape Urbain, les ducs de Berry, de Bourbon, d’Orliens, le conte d’Armaignac et autres ses favorisans, avoient esté publiquement denonciez pour excommeniez par les eglises et parroisses de Paris et en pluseurs autres villes de ce royaume. Pareillement, vice versa depuis que les dessusdis après le departement du duc de Bougongone entrerent et vindrent à Paris en la compaignie du Roy, à leur instance et dez gens du Conseil du Roy à eulz favorisans, furent fais de par le Roy pluseurs edits, ordonnances, procès, bannissemens à l’encontre de pluseurs qui par avant avoient favorisé et favorisoient ledit duc de Bourgongone. Et entre autres choses, par vertu desdictes bulles, à l’instance des dessusdis, furent premierement publiées les procès, sentences et fulminacions dessusdis contre Bourgongone, ledit xxij^e jour dessusdit, à l’instance des gesn du Conseil du Roy et du duc de Bourgongne estans à Paris, ont esté revoquez, irritez et mis au neant, selon la teneur des lettres dudit evesque de Paris et pour la causes contenues en ycelles. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 190.

²⁵⁴ Procissões ordenadas pelo bispo de Paris e pelo conselho do rei. FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 89-90.

²⁵⁵ Lundi, xiiij jour de julliet Le Court s’est levée des plaidories pour conseiller une besoigne pour laquelle monseigneur le Chancellier et pluseurs du Gant Conseil sont venu en la Court, pour avoir oppinion d’aucunes choses tochansle Roy et la chose publique, sur ce que l’en voloit que les gens d’eglise feissent ayde au Roy pour resister aux gens d’armes du Duc de Bourgoigne et du duc d’Orleans et autres qui dammagoient le royaume pluseurs paiz et contrées. BAYE, Tomo II, p. 17.

²⁵⁶ KANTOROWICZ, Ernst. Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval. SP: Cia das Letras, 1998, p. 125.

o vocabulário religioso, como mecanismos de difusão de propaganda e fonte de argumentos de legitimação política, amplamente utilizados durante a guerra civil.

2.6 Os problemas da Paz: Tratados de Paz e instabilidade social

Em 1412, durante o cerco à cidade de Bourges, foram acordados os termos de uma trégua e, em agosto do mesmo ano, a paz foi firmada em Auxerre, retomando os termos da paz de Chartres. Em decorrência dos termos deste acordo, os armanhaques teriam a restituição dos bens confiscados e sua reintegração nos cargos anteriormente ocupados.²⁵⁷ Entretanto, os cargos já haviam sido ocupados e os bens vendidos ou doados, o que ocasionou uma situação delicada em um contexto de paz recente.²⁵⁸

A turbulência fora momentaneamente interrompida por um tratado de paz, cuja instabilidade era conhecida por todos. A instabilidade da paz era acompanhada pela manutenção das péssimas condições de vida da população em geral, do *peuple commum*. As palavras do anônimo autor do *Journal* são bastante expressivas, “perto do

²⁵⁷ Ce jour, messire H. de Marle, president ceans, et vj autres des seigneurs de ceans qui estoient alé à la Aucerre au mandement du Roy nostre Sire, retournez, ont relaté à la Court que sur le tractié de la paix d’entre le duc de Brougoingne, d’une part, et les ducs d’Orleans et ses freres tant a esté procedé que en plain conseil où presidoit monseigneur le Dauphin audit lieu, presens les pers de France, les ducs de Berry, de Bourbon, de Bar et moult dautres seigneurs du sanc royal, barons, chevaliers, escuiers et bourgoiz des bonnes villes, et ceulx qui envoiez y avoient este de par l’Université de Paris, lesdiz seigneurs ont fait, promiz et juré solennelment, les Sains Évangiles et la coix touchés, pais entr’eulx selon la forme de certaine cedula ilecques leue. Et pour ce que c’est noult grant grace de Dieu el moult granjoie à ce royaume, a esté ordonné que l’en chanteroit *Te Deum* par toutes les eglises. Si ont esté mandez l’official de Paris et le doien de chapitre pour ce mander aux eglises, et ainsy a esté fait. Et oultre a esté ordonné que, lundi prouchain, sera faicte procession generale . BAYE, Tomo II, p 83. SCHNERB, 2001, p. 160.

²⁵⁸ Cedit jour, pour ce que pluseurs, qui avoient soy retrait devers nosseigneurs de France estans du parti de monseigneur d’Orleans et avoient esté leurs biens donnez et venduz, avoient eu et presenté ceans lettres de restitution*, à l’enterinement desquelles pluseurs s’estoient opposé, et pour ce qu’il y avoit d’aucuns vignes à vendenger, si eussent requiz que par la main du Roy et au proufit fussent vendengées et les autres choses gouvernées par la main du Roy, ce que eust par requeste en escript octroïé la Court, à quoy ancores se fussent aucuns opposez, la Court au jour d’ui a dit et ordonné que ladicte provision tendra et sera faicte de gouverner les choses contentieuses, et vendenger et faire autres choses necessaires par la main du Roy, jusques à ce que autrement en sera ordonné. BAYE, Tomo II, p. 87-88. 18 de novembro de 1412. Cedit jour ont esté presentées à la Court certaines lettres royaulx par maniere d’ordonnance passés par le Roy em son Conseil, où estoient le duc de Guienne, le duc de Bourgoigne, le sire de Helly, le prevost de Paris et le duc de Guienne (sic) à ceulx qui les avoient au temps de la paix faicte à Bourges, combien que ceulx qui par avant les descors des seigneurs de France eussent esté restituez auxdiz offices, et adnulle le Roy tous procès pendens em Parlement ou ailleurs, tous arrests, tous sentences, oppositions, et entredit la cognoissance à la Court et en retient la cognoissance à son Conseil. BAYE, Tomo II, p. 92-93

fim de julho, quando todos os pobres [...] das cidades [estavam] arruinados pelos impostos e os do campo, pelas pilhagens.”²⁵⁹

Segundo Schnerb,

o crescimento considerável da pressão fiscal faz nascer um descontentamento crescente. A Universidade de Paris e o clero da França, a partir de julho de 1412, fez ouvir sua voz para protestar contra as solicitações do governo real.²⁶⁰

Foi neste momento que o Duque de Borgonha ampliou sua influência através da tomada da maior parte das posições e cargos antes ocupados por apoiadores do duque de Orléans, mas seu poderio se viu ameaçado por um poderoso inconveniente: com Carlos VI impossibilitado de governar, o Delfim “Luis de Guyenne, começou a manifestar uma vontade política autônoma e [...] após a paz de Auxerre, o Delfim se aproxima dos príncipes orleanistas, notadamente do irmão de Carlos de Orléans, Felipe, conde de Vertus.”²⁶¹Essa aproximação do Delfim não passa despercebida, principalmente para o *Bougeois*, que considerou que o “filho mais velho [do rei] atendendo mais sua vontade que a razão” permitiu que o grupo armanhaque “fizesse o que bem entendesse.”²⁶²

A situação do reino era de extremo desgaste da ordem social, a população sofria constantemente com os pesados impostos que eram utilizados para financiar essa disputa, o que gerava um descontentamento crescente em todos os setores da sociedade. À instabilidade crescente, somou-se a imposição de um novo imposto para financiar a luta contra a Inglaterra. Assim, em janeiro de 1413, por decisão do Conselho Real, foi convocada uma reunião dos Estados-Gerais. E, durante dias, representantes da Universidade e dos burgueses de Paris manifestaram sua insatisfação com a administração do governo real e com o que eles viam como desordem das finanças do reino.

Sem dúvida, João sem Medo viu nessa ocasião uma oportunidade de alavancar sua própria agenda. Mas mesmo possuindo grande apoio da Universidade de Paris, este

²⁵⁹ Vers la fin de juillet, quand tout le pauvre commun, et de bonnes villes et de plat pays firent tous mangés les uns par tailles, les autres par pillage. *BOURGEOIS*, p. 52.

²⁶⁰ L'accroissement considérable de la pression fiscale fait naître un mécontentement grandissant. L'Université de Paris et le clergé de France, dès juillet 1412, ont fait entendre leur voix pour protester contre les sollicitations du gouvernement royal. SCHNERB, 2001, p. 163.

²⁶¹ SCHNERB, 2001, p. 159, 168.

²⁶² et pour ce fut fait paix du tout à leur gré, qui le voulût voir (quels que fussent ceux qui demanderaient la paix), car le roi était toujours malade, et son aîné fils ouvrait à sa volonté plus que de raison, et croyait leurs jeunes et les fils, si en faisaient lesdist bandés tout à leur guise. *BOURGEOIS*, p. 54.

também foi responsabilizado pelo caos em que se encontrava o reino. Em fevereiro de 1413, em audiência com o rei, os representantes da Universidade apresentaram suas considerações para o rei, o Delfim e o duque de Borgonha. Dentre os problemas apontados pela Universidade, estavam o grande número de conselheiros, qualificados como ineficientes, e as finanças do reino.²⁶³

A insatisfação e agitação causada nos dias anteriores conheceu seu ápice com a substituição do chanceler, Jean de Nielles, vinculado à casa de Borgonha, por Jean de Vailly. Este último possuía relações familiares com Pierre des Essarts, preboste de Paris afastado de suas funções alguns meses antes.²⁶⁴ Todos esses elementos, combinados com a insatisfação gerada pelos pesados impostos e pilhagens, reuniram as condições para o aparecimento de manifestações populares violentas.

A convulsão social foi desencadeada pela chegada de Pierre des Essarts em Paris. A mobilização foi baseada em grupos de apoiadores do duque de Borgonha, dentre esses, destacam-se os açougueiros. Estes, tinham uma grande importância econômica, pela lucratividade da venda de carne em Paris e também uma importância política, pela capacidade de influenciar um grande número de pessoas que exerciam profissões “satélite”, tais como peleiros, curtidores entre outros.

O próprio nome do movimento, “Cabochiennes”, tem sua origem no nome de uma de suas lideranças, Simon Caboche, que era peleiro em Paris. O movimento também foi apoiado por elementos de alto escalão, como Eustache de Laîtres, presidente da Câmara de Contas, e Pierre Cauchon, que exerceria um papel importante no processo de condenação de Joana d’Arc alguns anos mais tarde.

Em abril de 1413, vários indivíduos se reuniram em frente ao palácio de Delfim, exigindo que lhes fosse entregue Pierre des Essarts, que “antes foi governador soberano das finanças”, e vários outros servidores do Delfim. A imagem de Pierre des Essarts estava bastante prejudicada, como pode ser visto no relato do *Bourgeois*, que demonstra

²⁶³ Cedit jour , l'Université de Paris, le Prevost des Marchands et les echevins de Paris sont venus em la Court, et, apelles toutes les Chambres de ceans, ont proposé par um maistre em theologie que, pour ce que le Roy a trop grant nombre de conseillers et trop insuffisans, et aussy que les finances de ce royaume ont esté ou temps passé levées em moult grant quantité et despendues moult grant quantité et despendues moult excessivement, à quoy est necessité de remedier, et pour ce se soient miz ensemble d'(UN) commun accort comme par la voix du Saint Esperit lad. Université et aussy da ville de Paris . BAYE, Tomo II, p. 99-100.

²⁶⁴ Pierre des Essats eta um apoiador do Duque de Borgonha, mas no decorrer do conflito se aproximou dos Armanhaques, o que ocasionou seu afastamento do núcleo de poder comandado por João sem Medo. SCHNERB, 2001, p.167-168.

um sentimento de desapontamento com aquele que um dia foi tão amado pelo povo de Paris e pelo rei.

E fizeram tanto, por sua maldosa malícia, que muitos que amam e amavam o rei e o proveito comum, foram em toda sua maldade e falsa intenção, como o irmão da rainha da França, Pierre des Essarts.²⁶⁵

A revolta se instalou em Paris, sua principal reivindicação era que o Delfim entregasse os “traidores” que estavam em seu entorno. A exigência foi negada e a situação fugiu do controle com a invasão do palácio do jovem príncipe. Nem a figura do herdeiro do trono nem a de João sem Medo foram capazes de impedir o tumulto. Como resultado, um rastro de assassinatos e pilhagens dos suspeitos de serem armanhaques.²⁶⁶

A cidade permaneceu inquieta ante a possibilidade de novas violências. O rumor de que Carlos de Orléans estaria reunindo suas tropas fez com que os líderes cabochiennes enviassem cartas às cidades do reino para explicar seus objetivos. Inicialmente, o movimento teve apoio dos borgonheses, pois servia como forma de pressionar a saída de elementos armanhaques do entorno do Delfim. Entretanto, o povo se via consumido pela pressão fiscal e pelas constantes instabilidades geradas pela guerra civil. Assim, o movimento se expandiu e fugiu de qualquer controle dos borgonheses, reflexo disso se encontra na simbologia das vestimentas, “os parisienses não portam mais o capuz verde de João sem Medo, mas o capuz branco da revolução

²⁶⁵ Cedit jour, depuis de tierce jusques à vespres, se sont assemblez, au mandament, comme l'en dit, des eschevins et quateniers de Paris, grant nombre de gens d'armes des habitans de Paris, et sont alez en la rue Saint Anthoine et se sont tenus et rangez depuis le chastel de S. Anthoine jusques outre Sainte Katerine, attendans reponse de monseigneur le Dauphin à ce requeroient les eschevins, c'est assavoir, messire Pierre des Essars, chevalier, nagueres prevost de Paris et souverain gouverneur des finances de ce royaume, et qui devant tous autres avoit eu auctorité es guerres et besoignes des desacors et debas qui puiz ij ou iij ans ont esté em ce royaume, et pluseurs autres de l'ostel monseigneur le Dauphin. Et tant a esté fait que ledit Essars, qui s'estoit retrait oudit chastel de S. Antoine pour sa seurté à eschever fureur de pueple, esgt demouré prisonnier oudit chastel, comme l'en dit. Puiz ont prins en la chambre et hostel dudit Dauphin iceulx eschevins et pluseurs des bouchers de Paris, comme ç'en dit, le duc de Bar, cousin germain du Roy, du roy Loiz, du duc de Bourgoigne et de ses freres, nepveu du duc de Berry et frere de la royne d'Arragon[...] et environ v ou vj heures au soir furent menez par le duc de Bourgoigne et lediz eschevins et pluseurs autres de Paris en l'ostel dudit duc de Bourgoigne, dit d'Artois, comme prisonniers, et en les menant furent tuez en la rue S. Antoine desdiz de Paris le canonnier du Dauphin et l'un des serviteurs du duc d'Orliens, comme l'en disoit. BAYE, Tomo II, p. 108-109

²⁶⁶ Et firent tant par leur mauvaise malice, pour mieux venir à leur malhereuse intention, que plusieurs qui bonnement amaient et avaient aimé le roi et le profit commun, furent en tout leur mauvaise et fausse intention, comme le frère de la reine de France, Pierre des Essarts prévôt de Paris, et plusieurs autres, et par especial le dit prévôt qui se pouvaient vanter que (aucun) prévôt de Paris, puis cent ans devant, n' avoit eu aussi grande grâce que ledit prévôt avoit et du roi et du commun. *BOURGEOIS*, p. 56.

comunal *gantoise* da década de 1380.”²⁶⁷ O simbolismo da troca do emblema de João sem Medo por um relacionado com uma revolta comunal aponta para certa autonomia do movimento.

Em sua tomada de poder, João sem Medo incitou a violência, como forma de atingir seus objetivos por outros meios, mas a guerra, ou a violência incitada entre a população nesse caso, não pode ser completamente orientada e controlada pela política.

Os dias subsequentes foram marcados por assassinatos e pilhagens. Os revoltosos conseguiram o controle de Paris, o que foi seguido por um movimento de evasão de vários nobres que, temendo por sua segurança, abandonaram a cidade. E o temor não era sem fundamentos, pois novos rumores de uma coalizão entre o Delfim e o grupo armanhaques fizeram com que, em 22 de maio, ocorresse outra sublevação em Paris.

Como tentativa de manter certo controle sobre a revolta, os borgonheses elaboraram um texto legislativo que tinha como objetivo a reforma do Estado. No entanto, este se destacava por suas características extremamente conservadoras, buscando “restaurar uma tradição política e os costumes antigos para impor limites a um Estado em desenvolvimento.”²⁶⁸ A ironia da situação é evidente, a ordenança elaborada pelos borgonheses entrou para a História com o nome de “Cabochienne” e, não só não atendeu suas demandas, como, de fato, não teve nenhum dos revoltosos envolvidos em sua elaboração.

A revolta seguiu com violência sanguinária, não apenas com assassinatos e pilhagens, mas também com "empréstimos forçados", ou seja, aqueles que se recusassem a fornecer os empréstimos eram encarcerados. Esta ação era também estratégica, pois os empréstimos eram “solicitados” não só a indivíduos que sustentavam um posicionamento contrário, mas também aos indivíduos moderados, que de certa forma apresentavam um empecilho aos movimentos mais extremos do grupo.

A aproximação de tropas armanhaques interferiu no curso da revolta e forçou um acordo de paz. Apesar dos protestos cabochiennes, a negociação de paz teve seguimento sob liderança do delfim, que contava com o apoio de vários grupos assustados com a violência.

²⁶⁷ Et en cedit mois de mai prit la ville chaperons blancs. *BOUGEOIS*, p. 59.

²⁶⁸ SCHNERB, 2001, p. 180.

Em julho, Pierre des Essarts, antes preboste de Paris, e “muitos outros ofícios de muito orgulho” encontrou um fim vergonhoso.²⁶⁹ Tanto o relato do Bougeois quanto o de Baye, narram a importância que Pierre des Essarts teve no reino, sua rápida ascensão em cargos prestigiosos e seu trágico fim.²⁷⁰

Ao analisar a morte de Essarts, cabe uma breve retomada ao caso de Jean de Montaigu, pois mesmo que este não desfrutasse do mesmo apoio popular que Essarts,²⁷¹ ambos ocupavam cargos importantes no reino e, ainda assim, não foram poupados de um fim trágico, de uma morte espetacular diante de toda a cidade. Cada um desses personagens foi condenado por um motivo diferente e seu fim comum só destaca a insegurança do período e a importância das alianças políticas. E, a partir dessa insegurança da vida de homens do alto escalão da administração do reino, podemos supor o quão insegura era a vida do povo comum.

Em julho de 1414, os príncipes de Borgonha e de Orléans acordaram a paz em Pontoise. No dia 2 de agosto, "as três câmaras do Parlamento se reuniram para aconselhar sobre o conteúdo da cédula contendo certas coisas oferecidas para a paz dos senhores de sangue real."²⁷² Chama a atenção o relato de Baye sobre o dia 04 de agosto, quando o rei, o Delfim e o Duque de Berry aparecem nas janelas do palácio de S. Pol. O escrivão registra o grande número de pessoas que foram ao palácio recusar a guerra.²⁷³

²⁶⁹ Primièrement, il était prévôt de Paris, il était grand bouteiller, maître des eaux et des forêts; grand général capitaine de Paris, de cherbourg, de Montargis; grand fauconnier, et plusieurs autres offices, dont il cueillit si grand orgueil et laissa raison, et tantôt Fortunele fit mener à cette honteuse fin. *BOURGEOIS*, p. 61.

²⁷⁰ Cedit jour, à environ xij heures à midi, messire Pierre des Essars, chevalier, naguères prevost de Paris, souverain maistre des finances du Roy nostre Sire, et souverain maistre des Eues et Forests, et grant bouteillier de France, et qui puiz iij ans en ça avoit eu la plus grant auctorité devers le Roy nostre Sire, messeigneurs le Dauphin et le duc de Bourgoigne et la bonne ville de Paris, es armées faictes pour cause des decors d'entre nos seigneurs de France, a esté mené depuiz le Palais royal, où il avoit esté prisonnier par aucun temps mesme puiz environ le paquerel jusques à present em la grosse tour, sur une cloye atachée à la queue d'une charrette jusques devant l'ostel de la Coquille en la grant rue S. Deniz, et de là miz en ladite charrette et mené es Halles de Paris en grant compaignie, tant de cheval que de piet, et es dictes Hales a esté decapité par sentence ou condempnation de certains commissaires ordonnez et deputez à cognoistre dudit des Essars et d'autres qui avoient esté prins avecques lui à Paris. BAYE tomo 2 pg 116

²⁷¹ “e o povo de Paris amava tanto o Duque de Borgonha e o *prevôt* de Paris, Pierre des Essarts, porque ele cuidava bem da cidade de Paris”. Et tout ce n'était que pour l'envie qu'ils avaient, pour ce les gens de Paris aimaient tant le duc de Bourgoigne et le prévôt de Paris nommé Pierre des Essarts, pour ce qu'il gardait si bien la ville de Paris. *BOURGEOIS*, p. 53.

²⁷² Cedit jour, furent les iij Chambres de Parlement assemblées pour conseiller sur certaine cedule articulée contenet certaines choses que offrent pour venir à paix les seigneurs du sanc royal. BAYE, Tomo II, p. 122.

²⁷³ Furent au Conseil em la Chambre tous les presidens et les iij Chambres, et fu appointié que l'Université, la Court, la Chambre des Comptes et le chapitre de Paris iroient ensemble à Saint Pol au Roy pour dire la deliberation dont dessus est mention faicte, at ainsy a esté fait. Et environ x heures, en l'ostel dudit S. Pol, le Roy estant en la grant court de sondit histel par dever l'église de S. Pol, à une fenestre, après monseigneur le Dauphin, à une autrem et le duc de Berry à la tierce, contigues l'une à l'autre,

Apesar do pedido do povo pela paz, o *Bougeois* se mostrou descontente com os termos “irracionais”²⁷⁴ do acordo, pois no dia 3 de agosto, “a Universidade propôs ao Rei muitas coisas proveitosas para a paz do reino”, mas no dia seguinte “como se o diabo os tivesse aconselhado, propuseram o contrário do que haviam antes aconselhado.”²⁷⁵ Seu descontentamento estava relacionado com o pedido de libertação dos prisioneiros e com a falta de garantias de segurança aos cobochiennes, uma medida que favorecia os armanhaques.

No relato do Parlamento, Baye mencionou que a Universidade demorou para responder sobre os termos do tratado, mas que havia grande medo que a paz fosse rompida, pela quantidade de homens em armas e pela presença de ingleses nas margens no Loire. Assim, a paz foi estabelecida e os sinos de Paris ressoaram em comemoração, enquanto o Delfim cavalgava pelas ruas da cidade. E, no dia 6 de agosto, “a paz foi gritada pelas esquinas de Paris” juntamente com a proibição de portar armas.²⁷⁶

Nos dias subsequentes, a situação de João sem Medo se tornou complicada: hora de colher os frutos do apoio à revolta. Seus homens foram substituídos e a opinião pública, em Paris, mudou radicalmente: seus inimigos retornam a Paris em glória. Assim, João sem Medo, novamente, deixa Paris. Schnerb considera que a saída de João sem Medo representou o abandono do poder que o duque consolidou desde 1408. A partir deste momento, ele não teria mais controle sobre o rei, estaria ausente do conselho e com isso perderia o controle da administração, o que acarretou consequências terríveis para todos os seus apoiadores em Paris.²⁷⁷ A repressão aos apoiadores do duque de

maistre Ursin de Tarevende, maistre en theologie, pour introduire la deliberation de l'Université à ladicté cedula, qui tant en concluant afin d'avoir paix, a prins pour theme: *rogate que ad pacem sunt*, puiz a recommendé paix par aucuns moiens, sans soy y tenir longuement, puiz est venu à la response et deliberation de ladicté Université à ladicté cedula, qui est, que elle est bonne, juste et saicnte, et doit estre executée, et de la maniere de la execution se repportent au Roy. Puiz ont supplié que l'en delivre le duc de Bar, prisonnier au Louvre, et tous les autres prisonniers qui estoient au Palaiz. Et incontinent après affluerent à S. Pol et par toute la ville de Paris pour venir à S. Pol au Roy gens d'armes sans nombre, tant à piet que à cheval, en moult bel arroy, des bourgeois et habitans de Paris, pour requerir paix et recuser et refuser guerre. BAYE, Tomo II, p. 125-126.

²⁷⁴ Et firent tant qu'elle fut oncques faite, n'eût été aucunes demandes que lesdits bandés demandèrent, qui étaient inraisonnables, car ils demandaient aucuns de ceux de Paris pour en faire leur pleine volonté, et autres choses touchant vengeance très cruelle, laquelle chose ne leur fut point accordée. *BOURGEOIS*, p. 61.

²⁷⁵ Comme si le diable les eût conseillé, proposèrent tout au contraire de ce qu'ils avaient devant conseillé par plusieurs fois, car leur première demande fut qu'on mît hors tous les prisonniers qui de la trahison. *BOURGEOIS*, p. 62.

²⁷⁶ *BOURGEOIS*, p. 67.

²⁷⁷ Il sait qu'en quittant la place tout l'édifice politique qu'il a erigé depuis mars 1408 va s'effondrer. Désormais, n'étant plus maître de la personne du roi, étant absent du conseil et perdant le contrôle de l'administration, il fera figure de rebelle. Sa cause en sera redoutablement affaiblie. Il devine aussi que les

Borgonha era tão grande, que ninguém ousava falar seu nome, nem mesmo as crianças cantavam mais as canções feitas sobre ele.²⁷⁸

2.7 Paris sob os Armanhaques

Com o tratado de paz e a saída do duque de Borgonha de Paris, seus apoiadores ficaram à mercê da tomada de poder pelos armanhaques. Apesar da retirada de João sem Medo ter sido um movimento estratégico correto para o momento, esse revés foi um duro golpe no poder consolidado ao longo de cerca de meia década. Os borguinhões, bem como os envolvidos com o movimento cabochienne, foram presos e executados. Em 5 de setembro de 1413, a ordenança cabochienne foi cancelada.²⁷⁹ E, “fez o rei publicar e defender que ninguém injuriasse o duque de Orléans, nem ninguém que o apoiou, em especial de seu sangue, porque ele os têm bons e leais.”²⁸⁰

O duque de Borgonha, em uma tentativa de reaproximação, enviou uma embaixada à Paris para justificar ao rei sua fuga. Os armanhaques, entretanto, não estavam dispostos a permitir tal manobra.²⁸¹ Desde o final de 1413, o *Bourgeois* já denunciava que “nesses tempos o rei estava sempre doente, e eles têm seu filho mais velho, que era duque de Guyenne e que casou com a filha do duque de Borgonha, no Louvre, que nenhum homem pode falar com ele, nem de noite nem de dia, [...] Assim, governam os ditos bandos, todo o outubro, novembro, dezembro, janeiro de 1413.”²⁸²

amis qu'il a laissés sur place vont avoir à souffrir de la “réaction” armagnac et seront inquiétés, arrêtés, voire exécutés. SCHNERB, 2001, p. 190.

²⁷⁸ *BOURGEOIS*, p. 70-71.

²⁷⁹ Le roi casse solennellement l'ordonnance de réforme promulguée le 26 mai précédent, et symboliquement le text est annullé par un greffier. Des lettres sont envoyées dans tout le royaume pour informer les sujets du roi des événements parisiens. Des mandements royaux réitèrent au mois d'octobre l'interdiction faite aux princes de rasssembler des gens de guerre. SCHNERB, 2001, p. 192.

²⁸⁰ Fit le Roy publier et defendre que nul ne injuriast ledit d'Orléans, ne aucuns de son costé, et par especial de son sanc, car il les tenoit bons et loyaulx, et que l'en ne injuriast nulx de leurs gens. Aussy fit-il publier que le duc de Bar et Loiz, duc em Baviere, frere de la Royne, et pluseus autres chevaliers et gentilx hommes et autres qui avoient esté, les aucuns emprisonnez, les autres banniz, estoient bons et loyaulx, et les tenoit pour innocens. BAYE, Tomo I, p. 143.

²⁸¹ À la entrée de février audit an, vint le duc de Bourgogne à Saint-Denis, fut le 9^e jour dudit moins, et le samedi ensuivant il cuidait entrer à Paris pour parler au roi, mais on lui ferma les portes, et furent murées comme autrefois avaient été; avec ce très grande foison de gens d'armes les gardait jour et nuit. *BOURGEOIS*, p. 71

²⁸² Et en ce temps était toujours le roi malade et enfermé, et ils tanaient son aîné fils, que était nduc de Guyenne et avait épousé la fille du duc de Bourgogne, dedans le Louvre de si près, qu'homme ne pouvait parler à lui, ni nuit ni jour, qu'eux.[...] Ainsi, gouvernèrent lesdits bandés tout octobre, novembre, décembre, janvier 1400 et 13. *BOURGEOIS*, p. 71.

A presença das tropas de João sem Medo nas portas de Paris causou grande comoção na cidade. E, conforme mencionado no capítulo anterior, até mesmo os membros do Parlamento foram convocados a comparecer armados para dar coragem à “boa gente de Paris”.²⁸³ Enquanto no relato de Baye, temos a descrição de uma cidade assustada, pois o Duque de Borgonha se encontrava em Saint Denis, com um grande número de homens em armas²⁸⁴, no *Bourgeois*, o apoio a João sem Medo se expressa na afirmação de que o duque e sua gente, “que não fazem mal a criatura nenhuma” cercam a cidade e, enquanto isso, dentro da cidade todos tinham que obedecer ao duque de Baviera e ao conde de Armagnac, que eram “os dois homens do mundo, mais odiados pela boa gente de Paris”.²⁸⁵

Dentre as medidas tomadas para consolidação do poderio armanhaque na corte, enquanto o duque de Borgonha mantinha suas tropas no entorno de Paris, foi organizada a reunião do Concílio de Fé para examinar as teses de Jean Petit. Assim, mais uma vez, se abria o campo de disputa pela legitimidade, que sempre esteve em paralelo com a disputa militar e entrelaçada a esta. Da mesma forma que o Duque de Borgonha empreendeu grandes esforços para tornar legítima sua atitude em 1407, anos depois, o tema retornou à cena da capital e houve uma tentativa de refutar a argumentação apresentada em 1408. Assim, em fevereiro de 1414, a justificativa apresentada por Jean Petit foi condenada pelos erros tocantes à fé.²⁸⁶

As estratégias armanhaques não são completamente diferentes das adotadas pelos borguinhões. A comunidade borgonhesa foi caçada, como antes foram os armanhaques. O que antes representava a segurança do patrimônio e da própria vida, tornou-se um estigma: a capa verde e a cruz de santo André se tornaram alvos.

No entorno do Delfim, desenrolava-se uma situação com potencial de desencadear novo conflito. Luis de Guienne apresentou os primeiros sinais de sua emancipação do poder de João sem Medo ao apoiar os armanhaques. Mas com a dominação de seus aliados após a fuga do duque de Borgonha, se viu novamente relegado à sombra da nobreza beligerante.

²⁸³ BAYE, Tomo II, p. 164.

²⁸⁴ BAYE, Tomo II, p. 167.

²⁸⁵ Le duc de Bourgogne et ses gens, qui nul mal ne faisaient à créature nulle. [...] Et en cette semaine, firent crier sur la hart que bul du commun ne s'armât, et qu'on obéît au duc de Bavière et au comte d'Armagnac, qui étaient deux hommes du monde qui plus haïssamment les bonnes gens de Paris. Ainsi était tout gouverné comme vous avez ouï. *BOURGEOIS*, p.73.

²⁸⁶ BAYE, Tomo II, p. 170-171.

Supostamente, o Delfim decidiu se valer do princípio de que "os inimigos de meus inimigos são amigos" e enviou uma carta pedindo o socorro de João sem Medo e assim, ofereceu o motivo perfeito e legítimo para este marchar com suas tropas para Paris. Para um homem com a visão política de João sem Medo, esta oportunidade não seria desperdiçada. Ampla divulgação foi dada ao fato e a suposta carta do Delfim foi recopiada e encaminhada a todo o reino e Paris foi colocada em estado de alerta.

Como medida de segurança, todos os suspeitos de serem aliados do duque de Borgonha foram afastados do entorno do Delfim e cartas foram encaminhadas para todo o reino negando a veracidade do pedido de socorro e proibindo o duque de levar suas tropas a Paris. Essas cartas foram vitais, pois garantiriam ou não ao duque o apoio das cidades com homens e a livre passagem pelos seus portões.

Assim, em maio de 1414, o duque de Borgonha e seus aliados foram descritos pelo escrivão do Parlamento como desobedientes e rebeldes.²⁸⁷ E, em dezembro, foram lidas no Parlamento cartas enviadas pelo duque de Borgonha, nas quais o duque se relatou que as autoridades de Chalons e de Vitry não lhe permitiram entrar nas cidades e que se recusaram a lhe vender víveres, em razão de uma carta real que dizia que ele não respeitou a paz de Arras.²⁸⁸ Destaca-se aqui a importância do poder da legitimidade: como o rei estava ao lado dos armanhaques, João sem Medo não conseguiu que seus aliados pegassem em armas em sua defesa nem abastecer suas tropas.

2.8 Guerra em duas frentes: a retomada da guerra contra a Inglaterra

Enquanto Paris e seu entorno estavam sendo devastadas pela luta entre as casas de Borgonha e de Orléans, uma mudança do outro lado do Canal da Mancha agravaria ainda mais a já precária situação. Em 1413, com a morte de Henrique IV, rei da Inglaterra, seu filho, Henrique V, assumiu a coroa e decidiu retomar as disputas com a França, dando início a última e mais dura fase da Guerra dos Cem Anos.²⁸⁹

²⁸⁷ O *Bougeois* ainda afirma que foi gritado pela cidade que o Duque Borgonha foi banido e que era um assassino, em referência ao assassinato de Luís de Orléans. *BOURGEOIS*, p. 73. BAYE, Tomo II, p. 186.

²⁸⁸ Se plaignoit de ce que ceulx de Chaalons et de Vitry en Pertoiz ne l'avoient laissié entrer esdictes villes, n'avoir des vivres pour son argent, à occasion d'un mandement royal, qui disoit estre contre le traictié de paix passé devant Arras. BAYE, Tomo II, p. 204.

²⁸⁹ JOURDIN, 1992, p. 60.

Com as investidas inglesas no reino da França, novos elementos foram colocados na disputa. Em 1414, João sem Medo foi afastado da corte por seus inimigos e não conseguiu apoio das *bonne villes* para empreender a retomada do poder. Isolado, procurou outros aliados que não recuariam diante do poder do rei da França e, assim, se aproximou da monarquia inglesa.

Henrique V pretendia reivindicar seus direitos sobre a coroa francesa e em 1415 inicia seu ataque. Em setembro, conquistou o porto de Harfleur, onde estabeleceu suas bases para desencadear outros ataques. O primeiro grande confronto com as tropas francesas foi Azincourt onde, em menor número e em território inimigo, as tropas inglesas conseguiram uma vitória tão esmagadora quanto simbólica, que marcou o início de um período de vitórias para o lado inglês.

Com a derrota em Azincourt, a imagem dos armanhaques foi prejudicada diante da opinião pública de Paris.

Foi coletado o maior imposto que se viu coletar na vida de um homem, e nenhum bem foi feito em proveito do reino da França, assim esta o governo do dito bando, porque Harfleur foi tomada pelos ingleses, em 14 de setembro, e todo o país arruinado e roubado, e as tropas da França fazem tanto mal aos pobres, como fazem os ingleses, e nenhum outro bem fizeram.²⁹⁰

Em meio ao caos causado pela chegada dos ingleses e a derrota sofrida em Azincourt, Luís de Guienne, herdeiro do trono, falece. Esse acontecimento mudou a relação das forças políticas no reino. Na linha sucessória para o trono da França estavam dois jovens príncipes: Jean, duque de Touraine,²⁹¹ com 17 anos, e Carlos, com 13 anos, que se tornaria Carlos VII, monarca coroado por Joana d'Arc.

O equilíbrio do poder se alterou, pois os duques beligerantes já haviam estabelecido sua disputa no entorno de Luís e sua saída do cenário político, muda completamente a equação. Jean, o mais velho, por seu casamento com a filha de um aliado do duque de Borgonha se torna um trunfo. No entanto, disputa foi equilibrada, pois Bernard d'Armagnac garantiu para si um cargo extremamente importante na

²⁹⁰ Et tantôt après fut cueillie à Paris la plus grande taille qu'on eût vu cueillir d'âge d'homme, qui nul bien ne fit pour le profit du royaume de France, ainsi s'était tout gouverné par lesdits bandés, car Harfleur fut pris par les Anglais audit mois de septembre, le 14^e jour, et le tout le pays gâté et robé, et faisaient autant de mal les gens d'armes de France aux pauvres gens, comme faisaient les Anglais, et nul autre bien n'y firent. *BOURGEOIS*, p. 86.

²⁹¹ Jean, duque de Touraine. (1398-1416) Filho de Carlos VI e Isabel da Baviera. Com seu casamento com Jacqueline de Baviera se torna genro do conde Guillaume de Hainaut, aliado de João sem Medo.

administração do reino, o de condestável da França. Além disso, durante a batalha de Azincourt, o duque de Orléans foi capturado e mantido como prisioneiro na Inglaterra até 1440. Assim, o Conde de Armagnac se tornou não apenas a principal liderança do grupo armanhaque, como líder da França, exercendo influência direta sobre o rei.

Bernard de Armagnac iniciou uma ação ofensiva contra os ingleses e, em março de 1416, tentou retomar Harfleur. O esforço de guerra recaiu sobre a população parisiense na forma de pesados impostos, o que causou um enorme prejuízo para a imagem do Condestável diante da população, que se vendo oprimida pelo chefe armanhaque, volta-se para seu inimigo, cuja propaganda estava centrada na crítica à gestão financeira do reino.

A articulação para o retorno de João sem Medo foi descoberta e as lideranças foram executadas. A partir desse momento, Bernard de Armagnac aplicou medidas ainda mais repressivas, como a proibição da reunião de pessoas sem autorização e o desarmamento da população, iniciando pelos açougueiros. As medidas de segurança buscavam coibir qualquer possibilidade de articulação e sublevação popular.²⁹² Apesar da repressão, do desarmamento da população, Bernard de Armagnac não conseguiu se manter no poder. O descontentamento popular foi um fator determinante em sua derrota.

2.9 Conclusão

A guerra entre armanhaques e borguinhões não foi travada apenas nos campos de batalha. A influência e o poder na Corte não estavam condicionados apenas pelo poderio bélico ou financeiro, o poder, em qualquer contexto, não se sustenta apenas através da força e da coerção.

Nesse sentido, os duques de Borgonha e de Orléans utilizaram todos os recursos necessários para conquistar a posição de poder. A proximidade com o poder real concedia enormes poderes, pois em um contexto de disputa política e guerra, essa posição significava ter acesso aos recursos do reino e à legitimidade da figura real. Assim, quando Luís de Orléans ou João sem Medo estavam dominando a Corte, estes

²⁹² Firent crier lesdits bandés parmi Paris, que nul ne fût si hardi d'avoïr à sa fenêtre coffre ni pot, ni hotte, no coste en jardin, ni bouteille à vin aigre à sa fenêtre qui fût sur rue, sur peine de perdre corps et biens, ni que nul ne se baignât en la rivièrre sur peine d'être pendu par la gorge. *BOURGEOIS*, p. 95.

puderam recorrer ao tesouro real e aos impostos para financiar suas pretensões bélicas. E, não apenas isso, a posição de proximidade ao poder real permitia uma associação com este. Assim, quando o nobre que estava próximo ao rei era ameaçado por um rival, esse ataque era apresentado como uma ofensiva à figura do próprio rei e todos os recursos possíveis eram utilizados para sua defesa.

A disputa pelo poder e sua consolidação não ocorria apenas no alto escalão, os duques de Borgonha e de Orléans colocaram seus aliados em todas as engrenagens da administração real. A construção de uma rede de apoios e alianças, entretanto, não estava condicionada apenas pela “compra” de apoio. A associação entre pessoas, baseada em relações de reciprocidade é apenas uma das possíveis explicações para a formação de alianças durante o período medieval.

Esta perspectiva é válida para explicar a obtenção de apoio dentro de círculos menores. Entretanto, o estabelecimento de elos de reciprocidade dificilmente explicaria as relações de um grupo mais amplo, onde nem todos os indivíduos poderiam ser beneficiados diretamente. Dessa forma, outros recursos eram necessários para cooptar aliados, tais como propaganda.

Quando João sem medo se tornou duque de Borgonha, na tentativa de conquistar espaço na Corte, iniciou uma forte campanha de propaganda, através de cartas, centrada na reforma política do reino. A reforma, bem como a fiscalidade, foram os principais argumentos utilizados pela propaganda borgonhesa e se mostraram muito eficientes. Em um contexto em que a população era pesadamente tributada para a manutenção da guerra, João sem medo se colocou como campeão do povo, o que lhe valeu um importante apoio dentro de Paris.

Entretanto, a formação de um grupo de apoio nem sempre está relacionado com a promoção de um indivíduo em detrimento da imagem de seu oponente. O medo e a insegurança também atuam como formadores de aliança. Utilizando-se do poder da administração real, João sem Medo declarou seus inimigos rebeldes e autorizou seu assassinato e o confisco de seus bens. Nesse momento, a disputa entre os nobres se ampliou e envolveu todos os setores da sociedade.

Para identificação dos apoiadores do duque de Borgonha, foram distribuídos emblemas. Nesse contexto, o apoio a João sem Medo não foi apenas uma questão de simpatia por sua causa, aqueles que não eram abertamente apoiadores do duque de Orléans, poderiam tomar seu emblema como uma medida de segurança.

O assassinato dos apoiadores do duque de Orléans removiam indivíduos que poderiam articular uma insurreição interna em Paris. Suas mortes tinham um fim prático, assim como o assassinato de Luís de Orléans. A conjuntura política do final do século XIV e começo do século XV era de rivalidade entre as casas de Borgonha e de Orléans. Com o falecimento de Felipe, em 1404, João sem Medo herdou o título e a contenda, mas adotou uma postura mais radical que a de seu pai e conseguiu assim conquistar algum poder entre 1404 e 1405. Entretanto, sua posição era vulnerável e com o afastamento de Carlos VI em 1406, Luís de Orléans conseguiu assumir o controle do conselho real. Esse revés fez com que João sem Medo escolhesse uma solução mais extrema, ordenando o assassinato de seu rival,

O assassinato do duque de Orléans foi cometido com a intenção de remover um oponente político. Portanto, João sem Medo não poderia ficar afastado da capital e nem perder seu prestígio. Assim, três meses após a morte de Luís de Orléans e a confissão de João sem Medo, se inaugurou um debate jurídico sobre a legitimidade de seu ato.

O debate se inseriu em uma forte campanha de propaganda borgonhesa, na qual um conjunto de argumentos foi o centro: a intervenção demoníaca, num primeiro momento e, depois, a transformação do crime em um ato heroico, através de uma forte campanha negativa sobre Luís de Orléans, principalmente centrada na questão da fiscalidade.

A análise do debate político relacionado com a campanha de justificativa de João sem Medo nos permitiu avaliar alguns aspectos da dinâmica da sociedade medieval, tais como a importância da Universidade de Paris enquanto um fornecedor de legitimidade e como um forte elemento de difusão de propaganda. Além disso, através da discussão sobre os relatos do assassinato foi possível estabelecer uma reflexão sobre como não podemos entender toda a manifestação dos contemporâneos ao conflito como política. O indivíduo na Idade Média, assim como nos dias de hoje, era influenciado por inúmeros fatores, que não podem ser reduzidos apenas em termos de política e propaganda.

3. A GUERRA CIVIL E OS INGLESES

Porque o Delfim não faz outra coisa, dia e noite, ele e os seus, que estragar todo o país de seu pai, a fogo e sangue; e os Ingleses por sua parte fazem tanto mal quanto os sarracenos. *Mas é melhor ser tomado pelos Ingleses que pelo Delfim ou sua gente, que se dizem Armanhaques.*²⁹³

A partir de 1418, a conjuntura política do reino da França mudou de forma drástica. Com o assassinato de João sem Medo, seu sucessor estabeleceu uma relação mais próxima com os ingleses, o que acabou culminando com o reconhecimento das pretensões inglesas ao trono da França. A partir deste momento, a guerra entre armanhaques e borguinhões se fundiu com a Guerra dos Cem Anos: de um lado, a Casa de Borgonha apoiava o herdeiro inglês do trono e, de outro, os armanhaques apoiavam a causa do Delfim, futuro Carlos VII. Nesse contexto, temos o surgimento de Joana d’Arc uma das heroínas mais icônicas da história da França.

A despeito da mudança dos personagens, as regras e estratégias do jogo permanecem as mesmas. Conforme abordaremos ao longo deste capítulo, a segunda fase da guerra civil envolveu o poderio militar, mas também campanhas de propaganda em busca de apoio e legitimação.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a parte final do conflito entre armanhaques e borguinhões, bem como a relação deste com a Guerra dos Cem Anos. A partir das referências e descrições encontradas no Registro do Parlamento de Paris e no *Journal d’un Bourgeois de Paris*, discutiremos a utilização de cartas como veículo de difusão de propaganda e abordaremos brevemente a participação de Joana d’Arc no conflito, bem como a apropriação de sua imagem tanto pelos armanhaques, quanto por borgonheses e ingleses.

²⁹³ Car le Dauphin ne tend à autre chose jour et nuit, lui et les siens, que de gâter tout le pays de son père à feu et à sang; et les Anglais d’autre cote font autant de mal que les Sarrasins. Mais encore vaut-il trop mieus être pris des Anglais que du Dauphin ou de sés gens, que si disent Armagnac. *BOURGEOIS*, p.153.

3.1 - Os últimos anos de Baye, os primeiros anos de Fauquembergue

Nicolas de Baye exerceu o cargo de escrivão até 1417, quando requereu seu afastamento da função por motivos de saúde: sua visão estava prejudicada, o que o impedia de trabalhar sem óculos. Sua solicitação de afastamento também continha outro pedido: ser realocado como conselheiro do Parlamento, prestando seus serviços ao rei e a justiça do reino.

Baye registrou os acontecimentos do Parlamento de Paris durante dezesseis anos, exceto por oito dias em que estava tão doente que imaginava morrer. A forma como exerceu o cargo de escrivão, foi elogiada por seus contemporâneos. Diligente e assíduo, Baye só deixou de comparecer ao trabalho por questões de saúde e pelo mesmo motivo solicitou sua saída do cargo.

Durante o conflito civil, Baye não apenas testemunhou a cidade em pânico com a aproximação do duque de Borgonha com suas tropas, como, por ordem do Chanceler, se armou e cavalgou em defesa da cidade. O escrivão registrou a retomada da guerra contra a Inglaterra, quando Henrique V desembarcou no continente e iniciou sua campanha com a tomada de Harfleur e, depois, a batalha de Azincourt, que marcou o início de um período de vitórias inglesas na Guerra dos Cem Anos. Além disso, Nicolas de Baye registrou as chuvas, as nevascas, executou testamentos e todas as funções inerentes ao seu cargo.

Em 27 de janeiro de 1417, Nicolas de Baye fez seu juramento como conselheiro e Clemente de Fauquembergue assumiu o ofício de escrivão do Parlamento. Como conselheiro, Baye desenvolveu suas atividades com o mesmo zelo: seu nome consta regularmente nas listas dos conselheiros até 28 de março de 1418, data da entrada dos borgonheses em Paris.²⁹⁴ O fato de Baye não constar na lista de conselheiros quando o Parlamento retoma duas atividades em 25 de julho de 1418 pode sugerir que ele foi considerado armanhaque e, por este motivo, proscrito quando o novo governo se instalou em Paris. De forma análoga, a permanência de Fauquembergue pode ser associada com sua simpatia pelo duque de Borgonha. Entretanto, a partir da documentação consultada, a preferência política dos escrivães do Parlamento permanece no âmbito da especulação.

²⁹⁴ BAYE, Inventário, p. 25.

Nicolas de Baye não abandonou imediatamente suas funções. Nos primeiros seis meses de 1417, registrou as atividades do Parlamento, acompanhado por seus substituto. Além disso, ainda foi convocado a realizar tarefas de extrema importância como escrivão do Parlamento. Em 27 de maio de 1417, em reunião com as três câmaras, os membros do Parlamento debateram sobre a ameaça das tropas do duque de Borgonha que, em claro desafio à vontade do Rei, marchava com todo seu poderio em direção a Paris. Como resultado desta assembleia, foi decidido enviar cartas ao duque, a fim de “prevenir a destruição e desolação do reino.”²⁹⁵

Podemos supor que, por Fauquembergue estar há pouco tempo exercendo a função de escrivão, não recebeu a incumbência da redação das e esta tarefa coube a Nicolas de Baye. O conteúdo do texto exortava a paz no reino,²⁹⁶ que era ameaçada, não apenas pelos "bandidos que sob o Duque de Borgonha faziam muito mal ao reino", mas também pelos inimigos ingleses.²⁹⁷

Em 9 de maio de 1419, Clemente de Fauquembergue registrou que o “mestre Nicolas de Baye, arqui-diácono de Chalons e cônego de Paris, que exerceu o cargo de escrivão civil durante dezesseis anos, grandemente e notavelmente, faleceu e foi enterrado na Igreja de Saint-Denis-du-Pas, em Paris.”²⁹⁸

Na segunda metade de 1417, Fauquembergue assumiu integralmente a redação do registro do Parlamento. Há bastante em comum na biografia dos dois escrivães. Assim como Baye, apesar da proeminente carreira no Parlamento e na Igreja, pouco se sabe sobre a origem e família de Fauquembergue. A única informação sobre sua família se encontra em seu inventário: a existência de um irmão, chamado Eustache, também clérigo.

Clemente de Fauquembergue iniciou sua carreira no Parlamento como conselheiro, em 13 de novembro 1410, quando foi eleito para a Câmara de Investigações.²⁹⁹ Em dezembro do mesmo ano, Baye registrou a visita do recém-eleito

²⁹⁵ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 20.

²⁹⁶ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 21.

²⁹⁷ 15 de maio de 1417 - Ce jour, est venu ceans monseigneur le Chancelier, et, les ij Chambres assemblées, a exposé la nécessité de argent prompt pour poutveoir à resister aux adversaires d'Anglaterre qui se mettent ou sont desjá mis sus pour grever ce royaume, et a certains bannis et autres gens de compaignie qui, soubz ombre du duc de Bourgongne [sic], font plusieurs maulx en cedit royaumme. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 14-15.

²⁹⁸ Ce jour, maistre Nicole de Baye, archidiacre de Chaalons et chanoine de Paris, qui avoit exercé l'office de greffier civil par l'espace de xvi ans, grandement et notablement, ala de vie à trespassement et fu ce jour enterré en l'eglise Saint-Denys-du-Pas à Paris. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 296.

²⁹⁹ BAYE, Tomo I, p. 340.

presidente da Câmara de Investigações, Guillaume de Villiers, acompanhado dos novos conselheiros, dentre eles, Clemente de Fauquembergue, *Picardus*.³⁰⁰

Além da referência ao seu local de origem, a Picardia, a documentação consultada permite algumas poucas inferências sobre sua vida. Quando Fauquembergue iniciou suas atividades no Parlamento, no cargo de conselheiro, a proclamação de sua nomeação foi atrasada, pois vários nobres reclamaram da ausência de nobres entre os novos eleitos. A partir desse fato, pode-se concluir que Fauquembergue não pretencia à nobreza francesa.³⁰¹

Em seus escritos como escrivão, encontram-se citações de obras de Virgílio, Cícero e Santo Agostinho, das quais se pode inferir que Fauquembergue era um homem letrado, versado em latinidade clássica.³⁰² Ao contrário de Baye, seu estilo de escrita é muito mais eloquente, as descrições mais minuciosas e cheias de detalhes. Dentre seus registros, está a primeira representação de Joana d’Arc, um desenho na margem do registro Parlamento, em maio de 1429, data do fim do cerco de Orléans.

Fauquembergue iniciou em sua nova função ao mesmo tempo em que a situação em Paris se tornava mais complexa, a conjuntura era bastante diferente da registrada por Baye, pois a partir de 1415 os ingleses aumentaram sua participação no cenário político.

O primeiro período do conflito poderia ser sintetizado da seguinte forma: enquanto armanhaques e borguinhões disputavam e se alternavam no poder em Paris, os ingleses permaneciam como inimigos do reino. Entretanto, com o Tratado de Troyes, foi reconhecido ao antigo inimigo o direito de sucessão ao trono francês. Essa mudança afetou a dinâmica do conflito e, certamente, o sentimento dos franceses que viveram neste período.

Fauquembergue registrou os acontecimentos de forma bastante impessoal. Dada à instabilidade política e os expurgos e assassinatos, a postura do escrivão lhe permitiu permanecer no cargo sob armanhaques, borguinhões e ingleses.

³⁰⁰ BAYE, Tomo I, p. 347.

³⁰¹ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. III.

³⁰² FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. IV-V.

3.2 - Paris sob Bernard de Armagnac

A partir de 1414, o conde de Armagnac implementou uma política financeira baseada em pesados impostos, que causaram insatisfação mesmo entre seus apoiadores. Para financiar o conflito, o governo real teve de recorrer às fortunas particulares. Empréstimos foram pedidos aos membros do Parlamento e nem mesmo a fortuna da rainha foi poupada.

Além da fiscalidade, o governo de Armagnac teve de lidar com a possibilidade de uma nova insurgência em Paris. Nesse sentido, várias medidas preventivas foram tomadas. Em 1413, o duque de Borgonha perdeu seu poder em Paris, depois de uma revolta dentro da cidade. Aparentemente, o conde de Armagnac estava determinado a não sofrer o mesmo revés que seu rival e tomou severas medidas para coibir qualquer possibilidade de insurreição.

O desarmamento da população, a proibição de reuniões e a prisão de suspeitos de apoiarem o duque de Borgonha, deixaram um clima de extrema tensão. No ano de 1417, o *Bourgeois* afirmou que até mencionar o nome do duque de Borgonha poderia acarretar danos a vida e ao patrimônio do indivíduo.³⁰³

No *Journal d'un Bourgeois* consta que cerca de 800 indivíduos foram banidos de Paris e que várias outras pessoas foram presas.³⁰⁴ O medo estava instaurado em toda a cidade, não apenas aos vinculados ao governo, pois “por todas as ruas de Paris havia espiões [...] que faziam seus próprios vizinhos serem capturados e presos.”³⁰⁵

A despeito da impossibilidade de verificar os números apresentados pelo *Bourgeois*, seu relato permite observar que o conflito atingia pessoas fora do círculo da nobreza, que estava diretamente envolvida na disputa. A ampliação do conflito não é uma novidade, em 1409, várias pessoas também foram denunciadas por seus vizinhos ou inimigos, por razões que não tinham relação com a guerra civil.

A situação da administração do reino era bastante complexa. Mesmo contando com a legitimidade pela sua proximidade com o rei, o conde de Armagnac não contava

³⁰³ Em uma das passagens, o *Bourgeois* menciona a questão dos impostos e da segurança em um mesmo conjunto, demonstrando que este responsabilizava o conde de Armagnac. 1417- En celui temps, on avait vin sain et net pour denier la pinte, mais de grosses tailles [trois ou quatre] tous les ans, et n'osait nul parler du duc de Bourgogne, qu'il ne fût en péril de perdre le corps ou la chevance (perder a vida ou os bens), ou d'être banni. *BOURGEOIS*, p. 97.

³⁰⁴ *BOURGEOIS*, p. 99.

³⁰⁵ Et par toutes les rues de Paris (il y) avait espies, [...] qui leurs propes voisins faisaient prendre et emprisonner. *BOURGEOIS*, p. 99.

com apoio da população. Entre dezembro de 1415 e maio de 1418, além do avanço considerável das tropas inglesas e da pressão das tropas borgonhesas, o financiamento da defesa do reino era uma questão extremamente sensível.

Esse é um dos principais temas abordados pelo *Bourgeois de Paris*. Juntamente com o preço dos alimentos, a segurança e os impostos figuram entre as maiores preocupações daqueles que viveram durante a primeira metade do século XV.

Além do clima de insatisfação dentro da cidade, fora de Paris, o duque de Borgonha articulava seu retorno ao poder. Em maio de 1417, João sem Medo enviou cartas para Paris, contendo ameaças aos membros do governo, a quem ele chamava de ladrões, tiranos, assassinos e envenenadores.³⁰⁶ Esses documentos foram tema de reunião do Parlamento, para decidir como proceder diante do avanço do duque com suas tropas, contrariando a vontade do rei.³⁰⁷

O debate realizado pelos membros do Parlamento, sobre o conteúdo das cartas de João sem Medo, nos permite observar os principais argumentos da propaganda borgonhesa e a forma de reação a ela. O texto das cartas foi dividido em tópicos e cada um destes foi avaliado e refutado. Esse esforço demonstra a importância desses temas na propaganda, ou seja, os argumentos que foram destacados e refutados, provavelmente, representam os temas mais sensíveis à população parisiense.

Os membros do Parlamento estabeleceram premissas para a avaliação da situação, das quais evidenciamos a valorização da obediência dos súditos ao seu soberano. A obediência ao rei figura como um importante bem e “a desobediência ao príncipe e soberano, por outro lado, era um grande mal”. Ainda valorizando a obediência, foi avaliado que não se deveria dar oportunidade aos súditos de fazer qualquer ato sedicioso.³⁰⁸

³⁰⁶ Le Procureur du Roy dit que, environ vj semaines a, le duc de Borgogne envoya à Ruen certaines lettres patentes, desqueles il recite le contenu, lesqueles on a dissimulé par aucun temps, pour ce que on ne savoit point qu'il eust entencion d'em envoyer em autres villes, mais depuis il en a envoyé en autres villes, mais depuis il em envoyé plusieurs autres ailleurs es villes et citez de ce royaume, pal le moien desqueles il a depuis tourné em desobeissance aucunes villes, citez et subgez de ce royaume; pourquoy le procureur do Roy, par l'ordonnance et mandement du Roy et des gens de son Grant Conseil, entend à faire les requestes et conclusions qui s'ensuivent pour occasion desdictes lettres: Pour lesqueles debatre et impugner, presuppose le procureur du Roy que um des souverains biens est obeissance et au contraire desobeissance. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 30.

³⁰⁷ Reuniões dos dias 26 e 28 de maio de 1417. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 19-20.

³⁰⁸ Pour lesqueles debatre et impugner, presuppose le procureur du Roy que un des souverains biens est obeissance et au contraire desobeissance à son prince et souverain seigneur est très grant mal. [...] Presuppose en outre que on ne doit point donner occasion aux officiers et subgez de son prince de faire sedicion ou commocion[...] FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 31.

A partir destas considerações, o duque de Borgonha foi acusado de tentar atrair o povo em seu favor, desobedecendo ao rei, o que foi considerado “o maior mal que um vassalo pode fazer ao seu senhor”. A desobediência representava um mal em si, mas a situação ainda era agravada pela ameaça dos ingleses. Pois a desunião da nobreza francesa diante de uma ameaça externa prejudicava a defesa do reino.

A sequência do parecer indica que as cartas tinham sido escritas a partir da estratégia de promover a reputação do duque de Borgonha, ao mesmo tempo em que prejudicavam a imagem de seu inimigo, o conde de Armagnac.³⁰⁹

Nas cartas e, principalmente, em sua avaliação pelos membros do Parlamento é possível observar um importante recurso de propaganda, utilizado tanto por armanhaques quanto por borguinhões: a associação com o poder real. Assim, quando o grupo que detinha o poder em Paris era acusado ou ameaçado pelo adversário, essa ameaça era apresentada como uma ameaça ao poder do rei, não ao seu entorno. Na avaliação das cartas fica evidente a posição de maior poder na Corte ocupada pelos armanhaques, o que permitia que estes acusassem o duque de Borgonha de desafiar a pessoa do rei.

Enquanto armanhaques se valiam da posição próxima ao rei, borgonheses utilizavam uma argumentação que se dirigia diretamente à população: os pesados impostos. A demagogia das cartas não passa despercebida pelos membros do Conselho, que registram que o próprio duque de Borgonha recorreu aos impostos e aos empréstimos quando teve o poder da administração real em suas mãos.³¹⁰

Além da argumentação relacionada aos impostos, outro tópico abordado estava relacionado com a morte dos príncipes herdeiros, Jean e Luís, que faleceram em um intervalo de quatro meses.³¹¹ E as cartas acusavam o conde de Armagnac de envenenar os príncipes herdeiros para poder tomar o poder.

³⁰⁹ ADAMS; RECHTSCHAFFEN, 2011, p. 12.

³¹⁰ Le duc de Bourgogne attrait et vult attraire à lui favorisier le peuple de ce royaume à faire desobeissance au Roy nostre souverain seigneur, qui est le plus grant mal que un vassal et subgiet puist faire à son seigneur, et, mesme de present, ceste chose est trop perilleuse, veu l'estat de ce royaumme, et que les annemis sont prestz de descendre en ce royaume. Et, en oultre, en tant qu'il dir en ses lettres que, quant il vont, le royaume estoit mal gouverné par gens de petit estat, chascun scet qu'il en estoit et n'en est besoing d'en parler. Et, en tant que lesdictes lettres font mentiin des tailles, chascun scet que, en temps de guerre, en cas de nécessité, il es loisible de faire tailles et empruns, et scet on bien notoirement que le duc de Bourgogne, lui estant à Paris, a fait faire et cueillir pluseurs tailles et empruns, et a convenu depuis et convient lever tailles pour resister aux anciens ennemis de ce royaume et aus gens de compaignie qui s'advoent dudit duc de Bourgogne. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 32.

³¹¹ *BOURGEOIS*, p. 97.

Fauquembergue caracterizou as cartas como difamatórias, por sua “menção ao envenenamento do falecido senhor Delfim”. Além disso, foram chamadas de "sediciosas e escandalosas", pois ameaçavam de fogo e sangue todos aqueles que apoiassem os armanhaques e seu governo "iníquo e detestável."³¹²

3.3 As cartas como veículo de propaganda

Analisando a documentação do Parlamento, é possível observar inúmeras ocasiões em que cartas foram escritas por armanhaques e borguinhões para difusão de propaganda durante os momentos críticos do conflito. Os textos eram escritos, copiados e enviados para todo o reino para sua leitura pública em praças e igrejas.³¹³

Sua importância reside no fato de que, no final da Idade Média, a escrita é um suporte importante da informação e o essencial da informação era passado através de cartas, ligadas a instituições especializadas, as chancelarias.³¹⁴

As cartas eram transportadas por mensageiros e difusão das notícias poderia estar condicionada a fatores objetivos e subjetivos. Como fatores objetivos, o tempo que uma notícia levaria para ser transmitida via carta poderia ser influenciado pela distância a ser percorrida pelo mensageiro, além disso, o relevo do caminho e outras dificuldades poderiam diminuir a sua velocidade.

Além dos fatores objetivos, a velocidade da circulação da notícia poderia ser afetada por fatores subjetivos, tais como, o conteúdo do documento e o poder do remetente ou do destinatário.³¹⁵

³¹² [...] Lesdictes lettres contiennent libelle diffamatoire et en especial en tant qu'elles font mencion de l'empoisonnement de feu monseigneur de Daulphin, et sont choses controuvées et diffamatoires. Et est vray que lesdiz seigneurs, après leur mort, furent ouvers en presence de medecins et autres, et n'y avoit quelque signe d'empoisonnement, et ainsi a il esté repporté devers la Court. En oultre, lesdictes lettres donnent occasion aux subgez du Roy de faire guerre et rebellion, et vult par ce subtraire au Roy l'aide de ses subgez, et tend afin que chascun voit à lui et veult à lui attraireles subgez du Roy. Et, en oultre, il menace de feu et de sang tous ceulx qui ne lui aideront ou dissimuleront, qui est chose dampnable, inique et detestable. Et sont lesdictes lettres mauvaises, sedicieuses et scandaleuses. Si requiert le procureur du Roy que teles soient dictes et déclarées, selon la teneur dudit mandement et lettres royaulx, et comme teles rompues, arses et dechirées en ceste Court et ailleurs, en toutes les bonnes villes où elles ont esté apportés, ou soient autrement dampnées. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 32-33.

³¹³ 24 de maio de 1417. "Certaines lettres patentes envoyées de Rouen et trouvées ataches aux portes d'aucunes eglises d'ilec, seellées du petit seel du duc de Bourgongone et signées de sa main, comme l'en dist, contenans menasses de feu et de sang contre ceulx qui gouvernent à present par deça et entour le Roy, qu'il appelle rapineurs, dissipeurs, tirans, traistres, empoisonneurs et murtriers, et leurs adherens. Et ont esté icelles lettres leues in dicta Camera, palam omnibus, et retenu copie, et l'original rendu audit Chancellier." FAUQUEMBERGUE Tomo I, p. 17-19

³¹⁴ GAUVARD, 2008, p. 36.

O custo deste tipo de comunicação também era um fator importante a ser considerado, os remetentes e destinatários eram pessoas com grandes recursos financeiros. Além da preocupação individual com a comunicação, em um contexto de turbulência e constantes mudanças na configuração do poder na corte, a informação constituía uma rubrica orçamentária importante para as cidades. Inquietas com os acontecimentos militares ou financeiros, as cidades eram ávidas por notícias. Elas atribuíam tal importância a esses documentos, que conservavam as cartas do rei e de cidades vizinhas nos cofres municipais ou as copiavam nos registros de deliberações.³¹⁶

As cartas que circulavam pelo reino tinham como objetivo a obtenção de apoio à causa de seus remetentes ou a destruição da reputação de seus adversários. Gauvard alerta que os homens com poder sabiam também como manipular a informação e a utilizar como propaganda, mas que é necessário ter cuidado com o emprego da expressão propaganda e “não interpretar todos os textos medievais destinados ao público como objetos de uma propaganda constante e difundida.”³¹⁷

Quanto aos destinatários desses documentos, em função de sua importância e de seu poder, algumas cidades eram um alvo privilegiado da propaganda através das cartas: Paris, obviamente, como capital do reino e centro do poder, era o principal alvo. Além desta, a documentação do Parlamento constantemente se refere às *bonnes villes* do reino como destinatários mais visados durante a guerra civil.³¹⁸

A expressão *bonnes villes* se refere a um conjunto específico de cidades, que desfrutavam de um estatuto diferenciado como interlocutoras privilegiadas do reino. A noção de *bonne ville* não corresponde apenas a critérios de riqueza e importância, “a *bonne ville* não se define por si mesma, mas pela dupla relação que mantêm com o rei e com o reino, sua principal característica reside em sua ligação direta com a autoridade do rei.”³¹⁹

A *bonne ville* não se integra necessariamente em um esquema institucional rigoroso. Além de ser capaz de gerir seus próprios negócios, a cidade desfruta de certo grau de autonomia. Partindo-se dessas características, compreendemos a relevância da

³¹⁵ GAUVARD, 2008, p. 27.

³¹⁶ GAUVARD, 2008, p. 29.

³¹⁷ Il faut cependant faire attention à l'emploi de ce mot [propagande] et ne pas interpréter tous les textes médiévaux destinés au public comme les objets d'une propagande constante et diffuse. GAUVARD, 2008, p. 42.

³¹⁸ Des copies du texte sont envoyées aux bonnes villes du royaume, y compris à celles des principautés bourguignonnes. SCHNERB, 2001, p. 79.

³¹⁹ GUILLOT; RIGAUDIÈRE; SASSIER, 1998, p. 194. Sobre as *bonnes villes*, ver CHEVALIER, Bernard. *Les bonnes villes de France, du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

bonne ville em um período de conflito. Além de fonte de recursos financeiros, pois arcava com pesados impostos, a *bonne ville* desfrutava de uma poderosa capacidade defensiva, visto que destinava grande parte de seus recursos a seu poderio militar. Assim, obter o apoio destas cidades era essencial em qualquer conflito.

As cartas, portanto, representam o meio principal de comunicação entre os senhores da nobreza e outros importantes “atores”, envolvidos diretamente no conflito ou não. Mas como compreender as cartas e sua leitura pública? Muitas vezes, a ideia da Idade Média como sendo a Idade das Trevas favorece uma percepção de um período de conformidade e submissão de todos os elementos da sociedade, seja diante da Igreja, seja diante dos senhores nobres. Entretanto, a leitura pública de documentos pode sugerir uma perspectiva diferenciada sobre este contexto.

Nesse sentido, partimos de dois pressupostos: primeiro, que a propaganda corresponde à necessidade de obtenção de apoio e, nesse sentido, à formação de uma opinião pública favorável a determinada pessoa, grupo ou ação. Também estabelecemos que a circulação da informação é uma condição necessária para a constituição de uma opinião pública. A leitura pública das notícias demonstra que, apesar de seu alcance ser bastante limitado, a informação não estava restrita apenas aos meios alfabetizados.

A difusão oral da informação poderia estar relacionada com a esfera formal ou informal. Por esfera formal, compreendemos os documentos cuja leitura era ordenada e efetuada por representantes da administração real.³²⁰ Por esfera informal, temos a circulação de notícias, transmitidas oralmente, por pessoas não relacionadas à administração do reino.³²¹

Nesse sentido, certos personagens desempenham um papel fundamental na circulação de informação. Os membros de ordens mendicantes, por exemplo, tiveram um papel muito importante na difusão de notícias e, a partir do século XII, esses indivíduos aparecem como intermediários entre o escrito e o oral.³²²

³²⁰ Gauvard aponta que os registros de deliberações mencionam precisamente se as cartas recebidas eram destinadas a ser objeto de leitura pública, ou seja, que estas estavam destinadas a um público mais amplo. GAUVARD, 2008, p. 36-37.

³²¹ Além da divisão entre meios de difusão formais ou informais, o conteúdo das notícias pode ser dividido em oficiais, ou seja, notícias emitidas por membros da administração do reino; e, não-oficiais, tais como os rumores. Beaune afirma que o rumor aparece em condições específicas de tensão interna e externa, principalmente diante da falta de notícias oficiais. La rumeur dans le Journal du Bourgeois de Paris. In: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. 24e congrès, Avignon, 1993.

³²² GAUVARD, 2008, p. 33.

Além destes, os artistas itinerantes, cantores, contadores de histórias e intérpretes atuavam como difusores das informações. Os espetáculos eram realizados pelo reino o que requeria uma constante movimentação por diferentes cidades. Isso permitia que as informações fossem transmitidas oralmente em diferentes locais.³²³

As canções, difundidas por estes artistas, tinham muitas vezes “uma vocação política.” Seu conteúdo tinha um alcance muito maior que sua leitura/representação oficial, pois elas eram repetidas pelo público. Entretanto, assim como em relação às cartas, temos que ter cuidado ao atribuir a estas manifestações uma grande amplitude e qualificá-las como “populares.”³²⁴

Certamente, as cartas foram um importante elemento durante a guerra civil, desde março de 1418, embaixadores armanhaques negociavam os termos de paz com o duque de Borgonha, que mantinha homens em armas no entorno de Paris. Em maio deste ano, seus apoiadores abriram as portas da cidade, permitindo não apenas o avanço das tropas, mas também impossibilitando qualquer manobra de defesa por parte dos armanhaques, que foram surpreendidos no meio da noite. A entrada das tropas do duque de Borgonha em Paris, em 1418, na documentação do Parlamento foi atribuída à ação de elementos de “petit estat.”³²⁵

Estando fora da esfera de poder da capital, João sem Medo divulgou os principais argumentos de sua campanha de propaganda dentro de Paris e o apoio dentro da cidade foi fundamental para seu retorno. Mas cabe um questionamento sobre em que medida essa participação pode ser caracterizada como popular.

³²³ GAUVARD, 2008, p. 30.

³²⁴ Os poemas com temática política, produzidos na Inglaterra no século XIII, foram analisados por José Roberto Mello. Ao apresentar as fontes utilizadas em sua investigação, o autor descreve a dificuldade de classificar a poesia produzida no período devido à diversidade de forma extensão e conteúdo. A isto, o autor acrescenta que “dificuldades semelhantes despontam quando tentamos identificar a sua procedência social e audiência a que se destinavam, pois ao lado de longos poemas em latim – certamente confinados nos limites das comunidades eclesásticas – aparecem refrões populares em inglês, acompanhados de notação musical, cantadas, sem dúvida pelo populacho ou por vates populares. Portanto é preciso ter sempre em mente tais variações para não se tomar muito ao pé da letra os designativos de populares ou de representantes da opinião pública.” MELLO, 1988, p. 200.

³²⁵ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 126.

3.4 Duque de Borgonha novamente na liderança do reino

Fauquembergue descreveu em detalhes a entrada dos borgonheses na capital do reino: após a meia noite, as tropas do duque de Borgonha entraram em Paris, o elemento surpresa do ataque foi possibilitado pelos apoiadores borgonheses que ainda permaneciam em Paris.³²⁶ Apesar de toda a repressão imposta por Bernard de Armagnac, João sem Medo ainda contava com um apoio interno que lhe permitiu capturar a liderança dos armanhaques.

O ataque teve como seus primeiros alvos o próprio conde de Armagnac, além de oficiais do rei e do Delfim e outros relacionados com o governo do reino. As tropas foram conduzidas por uma multidão, passando pelos palácios e caçando todos os apoiadores de Armagnac, o que permitiu uma série de saques e prisões de pessoas não relacionadas com o conflito.³²⁷

Mais uma vez, o distintivo do duque de Borgonha ganhou as ruas, Fauquembergue registrou que logo que as tropas entraram em Paris, as pessoas colocaram a cruz de Santo André, e que o retorno do duque foi celebrado pelas ruas de Paris.³²⁸

Junto com o furor das tropas inimigas, a população, tão oprimida pela política fiscal, saiu às ruas, e uma violência descontrolada tomou conta da multidão. A fúria foi

³²⁶ Messeigneurs Claude de Chastellux, Guy de Bar, J. de Villiers, sire de l'Isle Adam, chevaliers, serviteurs et officiers du duc de Bourgongne, acompaigniez de deux cens hommes d'armes ou environ, entre une et deux heures après mynuit, entrerent en la ville de Paris par la porte Saint Germain de Prés, que aucuns jusques au nombre de ix ou x personnes de petit estat l'entreprinse dudit sire de l'Isle Adam avoient secretement ouvert. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 126.

³²⁷ Domingo 29 de maio de 1418. Et s'adreça une partie desdictes gens à l'ostel du Roy à Saint Pol, et là demourerent pour la garde du Roy, les autres alerent en la rue Saint Honouré pour prendre et arrester prisonnier le conte d'Armignac; les autres alerent pluseurs et diverses parties de la Ville pour prendre et arrester pluseurs des officiers du Roy, de monseigneur le Dauphin, du conte d'Armignac et autres qui s'estoient entremiz et entremettoient du gouvernement de ce royaume, desquelz pluseurs furent prins et arrestez, les autres se destournerent, dont les aucuns emmenerent dedens la bastide Saint Anthoine monseigneur le Dauphin, les autres n'eurent espace ne loisir de y entrer; et furent, ce jour, et les jours ensuivans, pluseurs prins et arrestez à Paris, et entre les autres ledit conte d'Armignac, lors connestable de France, le visconte de Narbonne, le sire de Peyre, le sire de Lopiât, Raymonnet de Guerre et autres [...] A la venue desquelles gens d'armes pluseurs du peuple de Paris s'esleverent et consuioient lesdictes gens d'armes par les hostelz et maisons de pluisers desdis conseilliers, officiers et bourgeois que on suspeçonnoit d'avoir favorisé ledit d'Armaignac. Et depuis, pour restraindre et obvier ausdictes prises, fu deffendu, sur paine de hart, par cry publique et à son de trompe, que nul ne print ou emportast aucuns biens par la maniere dessusdicte, et que nul, sans licence ou auctorité de justice, arrestast aucuns prisonniers ne fist prisons privées. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 126.

³²⁸ Et asses tost après l'entrée et venue desdictes gens d'armes, toutes les gens et des seigneurs qui estoient demourez à Paris prindrent et porterent l'enseigne du duc de Bourgongne et la crois Saint Andry, et pareillement touz autres bourgeois, et habitans, femmes et enfans de la ville de Paris, ausquelz, pour la plus grant partie, ladicte entrée fust moult joyeuse et agreable. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 128.

umentada por rumores de tropas aliadas ao conde de Armagnac cercando Paris para resgatá-lo.³²⁹ Segundo Fauquembergue, algumas pessoas de "*petit estat*" temendo pela libertação do conde de Armagnac, invadiram as prisões e mataram o conde e seus apoiadores, que “consentiram e eram culpadas das guerras e divisões e do governo menor que houve no reino.”³³⁰

A morte de Bernard de Armagnac não significou a resolução da disputa. Novamente, o duque de Borgonha teve que consolidar seu poder na capital do reino, Após a tomada de Paris, com os massacres do conde de Armagnac e de seus apoiadores, João sem Medo retorna à Corte, mais uma vez aclamado pelo povo. E, novamente, com um enorme poder, mas não sem opositores. A guerra civil continuou, mas não mais sob a liderança de Orléans, pois o duque estava em cativeiro desde a Batalha de Azincourt, nem de Armagnac, pois o conde encontrou um trágico fim após a invasão borgonhesa em 1418. A nova liderança coube ao Delfim Carlos, que instalou um governo provisório em Bourges.³³¹

Tão logo se estabeleceu no poder, João sem medo assumiu o lugar privilegiado ao lado do rei. Assim, seus opositores eram opositores do próprio rei, mais um exemplo do poder dado através da associação com o poder do rei. Nesse sentido, cabe destaque à documentação do Parlamento, onde as referências aos atos do rei, a partir deste momento, sempre aparecem acompanhadas do nome do duque de Borgonha.

Em junho, embaixadores foram enviados junto ao Delfim para convencê-lo

a retornar para junto do Rei, em Paris, e de não se afastar do Rei, da Rainha e dos outros senhores de sangue real, a fim de ter e fortificar este reino em paz, amor e união para melhor resistir aos ingleses e antigos inimigos do reino.³³²

³²⁹ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 135.

³³⁰ [...] qui avoient esté consentans et coupables des guerres et divisions et du petit gouvernement qui avoient esté en ce royaume. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 136.

³³¹ 01 de junho de 1418 - Arriva devant Paris grant nombre de gens d'armes qui s'effocerent d'entrer à Paris par la Bastide et porte Saint Anthoine, selon ordonnance des capitaines et gens de Conseil qui estoient avec monseigneur le Dauphin, et ne passerent point la porte Baudet,[...] Il y ot pour occasion de ce grant effray et commocion des gens estans à Paris, pour ce que on disoit que lesdictes gens d'armes, qui s'estoient efforciez et efforçoient de entrer à Paris vouloient grever et destruire les gens du duc de Bourgongne et bourgeois de Paris. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 131.

³³² Induire mondit seigneur le Dauphin et ses gens de retourner par devers le Roy à Paris et de non soy esloingnier du Roy, de la Royne ne des autres seigneurs du sang du Roy qui estoient ou seroient en la compaignie du Roy, afin de tenir et fortifier ce royaume em paix, amour et bonne union pour mieulx resister aux Anglois et anciens ennemis du Roy. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 133.

A citação também revela um importante apoio à casa de Borgonha: a rainha. O *Bourgeois de Paris* retratou o duque de Borgonha como um herói que resgatou a Rainha de um exílio imposto pelos armanhaques.³³³ Assim, apoiado pelo rei e pela rainha, João sem Medo iniciou seu segundo governo em Paris. Uma de suas primeiras atitudes, ainda em agosto de 1418, foi receber os juramentos dos súditos do reino, de

ajudar e fortalecer o Rei e sua justiça, de servir ao Rei lealmente e de resistir, evitar e impedir conspirações ou comoções, tais como foram feitas em doze de junho e vinte de agosto, que não fossem feitas reuniões danosas sem autorização do Rei e de sua justiça, de revelar todas as conspirações, e de auxiliar ao duque de Borgonha para manter, guardar, conservar a paz e tranquilidade do reino e da *bonne ville* de Paris. E, da mesma forma, o senhor de Borgonha faz juramento de servir lealmente ao Rei e obedecer e fortalecer sua justiça.³³⁴

O juramento de fidelidade é bastante revelador da pretensão política de João sem Medo. A declaração o colocava ao lado do rei e todos os súditos deveriam denunciar qualquer conspiração contra o poder real. Nesse caso, o significado do juramento de lealdade: qualquer ato contra o poder do duque de Borgonha era equivalente a desafiar o poder do rei.

Desta vez, coube ao Duque de Borgonha a posição privilegiada, onde poderia acusar seus inimigos de crimes contra a autoridade do rei. E, da mesma forma que os armanhaques, poucos meses antes, haviam empreendido um esforço para prejudicar sua imagem, desta vez, era João sem Medo que colocava toda a máquina administrativa do reino em ação para deslegitimar o poder do Delfim enquanto regente da França, nos momentos em que o rei estivesse impossibilitado de governar.

Além de afirmar sua posição de poder, João sem Medo procurou reverter os aspectos negativos vinculados ao seu nome enquanto os armanhaques dominavam Paris. Assim, conforme discutido anteriormente, no começo de novembro de 1418, o Duque

³³³ Le jeudi 14^e jour de juillet vint la reine à Paris, et l'amena le duc de Bourgogne et la présenta au roi au Louvre, laquelle avait été longtemps comme bannie et hors de France par les bandés, si le duc de Bourgogne ne l'eût secourue, qui toujours em son exil l'honora comme sa same, et la rendit à son seigneurs le roi de France, moult honorablement le jour dessusdit. BOURGEOIS, p.123.

³³⁴ [...]de aider et conforter le Roy et sa justice, de servir le Roy loyaument et obeir et de resister, obvier et empeschier de leur povoir que aucunes conspiracions ou commocions, telles ou autres semblables que faictes avoient esté à Paris le xij^e jour de juing et le xx^e jour de ce moys, ne feussent faictes, ou autres assembléez dampnables sans auctorité du Roy et de sa justice, et de reveler toutes conspiracions ou entreprinses au contraire, et de assister en ce audit de Bourgongon pour maintenir, garder et entretenir la justice du Roy, la paix et tranquillité de ce royaume et de la bonne ville de Paris. Et semblablement monseigneur de Bourgogne fist serement pareil de servir loyaument le Roy et obeir à lui, de aidier et conforter sa justice. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 157.

fez com que fosse reunido um grande número de pessoas diante da Igreja de Notre Dame, após uma procissão. Nesse evento, foram lidas as cartas do bispo de Paris, ausente devido a uma epidemia que assolava a cidade. As cartas anulavam a excomunhão de João sem Medo "e aqueles que estavam em sua companhia, em armas, diante de Paris e de outras várias partes do reino, ajudando e o favorecendo. As ditas sentenças de fulminação e processos foram publicados no mesmo local diante de grande reunião de pessoas."³³⁵

Além de consolidar sua posição na disputa interna, o duque de Borgonha teve que estabelecer sua política perante os invasores ingleses. Em novembro de 1418, o Rei e Rainha partem para Ruão, em companhia do duque de Borgonha, acompanhados de tropas, para socorrer essa cidade que estava cercada pelos ingleses.³³⁶ No registro do Parlamento, Fauquembegue assinalou que o rei já havia ordenado o socorro a Ruão, mas que poucas cidades e *bonnes villes* obedeceram. O escrivão do Parlamento criticou a apatia e o fato de poucos nobres terem atendido ao chamado do rei e atribuiu esta atitude à “disputa e divisão do reino ou por falta de pagamento ou por falta de lealdade e obediência.”³³⁷

É importante ressaltar que, neste ponto do conflito, a população estava extremamente desgastada com esta situação. A responsabilização do conflito pelas condições em que o reino se encontrava aparece tanto no *Journal* quanto nos registros do Parlamento e é fundamental para compreender algumas manifestações posteriores dos autores em relação aos tratados e alianças com os ingleses.

Paris estava particularmente esgotada. Centro de poder, a cidade era o palco principal das disputas e sofria intensamente com as lutas dos nobres. O

³³⁵ Par la teneur desquelles lettres apparoit que ledit evesque ou ses vicaires avoient declarées estre nulles, cassées et irritées, et ,em tant besoing estoit et d'abondant, cassoient, revoquoient, irritoient et adnulloient les sentences, fulminacions et procès autrefois faiz et publiés par ledit evesque et ses vicaires à l'encontre du duc de Bourgongone et ceulz qui avoient esté em as compaignie em armes devant Paris et ailleurs em pluseurs parties de ce royaume, em lui aidant et favorisant, lesquelles sentences fulminacions et procès avoient pareillement esté publieez em ladicte place à grant assemblée de gens de peuple et d'autres estans en eschaffaux parez de sarges et tapisseries. FAQUEMBERGUE, Tomo I, p. 189.

³³⁶ FAQUEMBERGUE, Tomo I, p. 202-203.

³³⁷ Pour lequel secours faire le Roy avoit long temps par avant mandé les chevaliers, escuiers et fiefves de son royaume, et fait crier son arriere-ban par ses cités et bonnes villes, *sed paucissimi comparuerunt*, soubz ombre des debas et divisions de ce royaume, ou par daffaulte de paiement, ou par deffaulte de bonne loyaulté et obeissance. FAQUEMBERGUE, Tomo I, p. 203. [...] afin de faire secours aux habitans de la ville et cité de Rouen assiegée par le roy d'Angleterre, et que le Roy et le duc de Bourgongone avoient fait toutes diligences de mander gens et secours de gens armés par les bonnes [villes] de ce royaume, à quoy pluseurs avoient petitement obey, et disoit que la plus grant partie des nobles de ce royaume n'avoient point obey aux mandemens du Roy, mais avoient delaissié à faire aide et secours au Roy en ceste besoingne. FAQUEMBERGUE, Tomo I, p. 230.

descontentamento generalizado pode ser observado nas manifestações de insatisfação da população de Paris com os esforços da Corte para defesa de Ruão. Na tentativa de amenizar a situação, o preboste dos mercadores e o representante do preboste de Paris tentaram apaziguar a população em relação a rumores de sedição.³³⁸

Em maio de 1419, iniciaram-se negociações de paz com os ingleses e com o Delfim. O relato do *Bourgeois* assumiu uma linha de justificativa que seria utilizada até mesmo em relação ao Tratado de Troyes: a aproximação com os ingleses foi culpa dos armanhaques. O autor anônimo, em seu apoio ao duque de Borgonha, justificou a atitude de João sem Medo.

No dia 29 de maio, foram a Pontoise, o rei, a rainha e o duque de Borgonha [...] e lá discutiram com os ingleses também por tréguas através de um casamento, e foi uma coisa difícil ao rei de França, ele que deveria ser o soberano rei dos cristãos, vir a obedecer seu antigo inimigo mortal, para ser contra seu filho e aqueles do bando, que apesar de tréguas pilham sempre e roubam como antes.³³⁹

As negociações para o estabelecimento da paz previam a suspensão do conflito entre aqueles que se dizem fieis “ao rei e ao duque de Borgonha estando ao lado do rei, de um lado, e aqueles que se dizem fieis ao Rei e ao senhor Delfim, não estando na companhia do Rei.”³⁴⁰ Em julho do mesmo ano, o tratado de Paz foi estabelecido.³⁴¹

Entretanto, apesar dos esforços para o estabelecimento de uma resolução pacífica do conflito e a união da nobreza francesa para combater o inimigo inglês, em 9 de setembro de 1419, chegou em Paris a notícia do assassinato do Duque de Borgonha. No registro do Parlamento consta que João sem Medo foi ao encontro do Delfim, por

³³⁸ Le prevost des marchans et autres pluseurs de la ville de Paris et les lieutenans du prevost de Paris furent mandez par la Court pour apaisiers et pourveoir sur aucuns murmures et sedicionsque on doubtoit à venir, et pour pourveir à la paix et tranquillité des habitans de Paris et au gouvernement et bonne police de la Ville, sur quoy pluseurs assemblées et consultations avoient esté faictes, qui avoient sorti petit effect. Et, pour ceste mesme cause, se rassemblerent lendemain au Conseil, en la Chambre de Parlement, après disner. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 225.

³³⁹ Le 28^e jour de mai 1419, qu'il vinrent à Pontoise, c'est à savoir le roi, la reine, le duc de Bourgogne, [...] et là perlementèrent aux Anglais aussi pot trêves de faire aucun mariage, et fut une dure chose au roi de France, que lui, qui devait être le souverain roi des chrétiens, convint qu'il obéît à son ancien ennemi mortel, pour être contra son enfant et ceux de la bande qui nonobstant trêves pillaient toujours et robaient comme devant. *BOURGEOIS*, p. 142.

³⁴⁰ 28 de maio de 1419 – Furent publiées à Paris les lettres faictes et accordées sur l'abstinence de guerre d'entre les gens qui se disoient de l'adveu du Roy et du duc de Bourgoingne estant en la compaignie du Roy, d'une part, et les gens qui se disoient estre au Roy et à monseigneur de Dauphin estant hors de la compaignie du Roy. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 299.

³⁴¹ FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 306.

ordem deste, com o objetivo de discutir os tratados de paz e alianças. Mas, ao chegar ao local estabelecido, sobre a ponte de Montereau, João sem Medo foi emboscado e assassinado. Parte de seus acompanhantes conseguiu escapar e espalhar as notícias sobre o ocorrido.³⁴²

Em setembro de 1419, João sem Medo, foi vítima de um assassinato político. Assim como em 1407, o duque de Borgonha estava em uma posição desfavorável em relação ao seu rival e decidiu recorrer ao assassinato, em 1419, o Delfim Carlos, cercado por conselheiros armanhaques, decidiu eliminar seu adversário.

Com a morte de João sem Medo, foi finalizada uma mudança completa nos personagens beligerantes. Nenhuma das lideranças que iniciaram o conflito viveu para ver seu fim. O assassinato causou uma grande comoção em Paris, nas palavras do *Bourgeois* de Paris, “jamais papa nem Imperador, nem rei nem duque”³⁴³ teve um funeral tão solene. João sem Medo teve uma campanha de propaganda bem sucedida, sua abordagem de campeão do povo, defensor daqueles que eram oprimidos pelos pesados impostos foi de extrema importância durante o conflito.

Sua estratégia de explorar os argumentos negativos em relação à política fiscal armanhaque, em um período em que os impostos para sustentar a guerra pesavam fortemente sobre a população, garantiu-lhe o acesso a Paris e a retomada do poder.

³⁴² Ce jour, après disner, vindrent premierement nouvelles en la ville et cité de Paris de la mort du duc de Bourgoingne, lequel, après les aliances faictes, jurées et passées solempnelment entre lui, d’une part, et le Dauphin de Viennois, d’autre part, et plusieurs barons officiers et serviteurs, d’une part et d’autre, et après les traictiez de paix semblablement jurez, passez et accordez par lesdictes parties, publiez en plusieurs villes et cités de ce royaume, et ceans enregistrés le XX^e de juillet derrain passé, et après assurances et seurtés renouvellez, estoit au mandement dudit Dauphin de Viennois alé à Monstereau ou fourc d’Yonne, en intencion d’entretenir lesdis traictiez des aliances, paix et union dessusdis, et pour pourveois de commun assentement qu gouvernement, à la garde et consercavion de ce royaume, et pour ordonner officiers pour demenes et conduire le fait de la guerre at aussi de la justice de ce royaume. Et, pour ce faire, devoient convenir et assembler lesdictes parties sur le pont dudit lieu de Monstereau, et combien que pour aucuns reppors lors vraissemblablebles, et, pour aucuns conjectures assez apparens, ledit duc de Bourgoingne, doubtant estre deceu, eust delayé aucunement d’assembler audit lieu, en la disposicion qu’il estoit, et entrer dedens les barrieres, où ledit Dauphin et ses gens estoient retrays, neantmoins confiant desdictes aliances et traictiés ainsi solempnelment jurées, et es assurances renouvellees, afin que on ne lui peust rien imputer et que à lui ne tenist que lesdictes aliances et traictiez ne feussent acompliz, comme mal consseillié, vint, le X^e jour de ce mois, après disner, sur ledit pont, où devoit estre faicte ladicte convencion, et, environ v heures après midy, entra dedens la barriere, où ledit Dauphin et ses gens estoient retrais, et, en entrant, se humilia moult envers ledit Dauphin et lui fist la reverence qu’il appartenoit. Et, incontinent après ce que messire Archembaut de Foix, le sire de Saint-George, le sire d’Autrey, messire, Anthoine de Vergy et autres de sa compagnie jusque à x ou xij furent dedens ladicte barriere, elle fu fermée, *et post pauca verba, exquisita occasione*, fu tué et mis à mort en la presence dudit Dauphin par ses gens et ceulz de sa compagnie, qui long temps par avant avoient machiné ladicte conspiracion, si comme on disoit communement en ladicte ville de Paris. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 316.

³⁴³ [...] oncques à pape ni à empereur, ni à roi, ni à duc, si comme je crois, on ne fit autant de service après leus trèpassement, ni aussi solennel en une cité, comme on a fait pour le bom duc de Bourgogne, à qui Dieu pardonne. *BOURGEOIS*, p. 150.

A morte de João sem Medo, vítima de um assassinato político, comoveu o centro de poder do reino. Grande parte da população parisiense lamentou sua morte. Mas as consequências desse evento impactaram não apenas na dinâmica do conflito civil, mas também na guerra contra a Inglaterra.

3.5 O Tratado de Troyes

Em 1419, a casa de Borgonha fica sob a liderança de Felipe, o Bom. No segundo período em que João sem medo exerceu a liderança do governo real, foram abertas duas frentes de negociações, uma com o Delfim Carlos, outra com os ingleses.³⁴⁴ Após o seu assassinato, Felipe priorizou as negociações com o monarca inglês, Henrique V.

Essa aproximação criou uma situação, no mínimo, inusitada. Por quase um século Inglaterra e França estavam em conflito. Na documentação do período, em sua maioria, os ingleses são denominados os "antigos inimigos do reino da França". Segundo Bousquet, no período da Guerra dos Cem Anos, os ingleses se tornam progressivamente a encarnação do inimigo por excelência.³⁴⁵

E na primeira semana de fevereiro, os ingleses tomaram Mantes, e muitas fortalezas do entorno, e não havia homem que pudesse remediar, porque os senhores da França estavam enfurecidos uns com os outros, porque o Delfim da França estava contra seu pai por causa do Duque de Borgonha que estava com o rei, e todos os outros senhores de sangue Francês eram prisioneiros do rei da Inglaterra [da batalha de Azincourt].³⁴⁶

³⁴⁴ Em maio de 1419, Rei, rainha e duque de Borgonha, “devoient assembler les François et les Anglois pour entendre aux traictiez de paix et des mariages autresfois pourparlez entre les ambassadeurs du Roy, d’une part, et les ambassadeurs desdis Angloies, d’autre part.” FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 299.

³⁴⁵ BOUSQUET, Christine. L’image de l’ennemi dans les chroniques au temps de la guerre de Cent Ans. In.: COUTY, Daniel; GUÈRET-LAFERTÉ, Michèle; MAURICE, Jean. (Orgs.) *Images de la guerre de Cent Ans*. Actes du Colloque de Rouen - maio de 2000. Paris: PUF, 2002, p. 65.

³⁴⁶ La première semaine de février audit an, fut prise Mantes par les Anglais, et plusieurs forteresses d’antor, et n’était homme qui y mît aucon remede, car les seigneurs de France étaient si courcés l’un à l’autre, car le dauphin de França était contre son père na cause du duc de Bourgogne que était avec le roi, et tous les autres seigneurs du sang de France étaient prisonniers du roi d’Anglatterre de la bataille de Azincourt. *BOURGEOIS*, p. 139.

Assim, não surpreende a mudança de posição do *Bourgeois* em relação aos ingleses, no final do relato do ano de 1419, quando ocorreu o assassinato do Duque de Borgonha e, que seu filho Felipe, o Bom, estabeleceu alianças com os ingleses.

No relato do cortejo fúnebre,

do bom duque falecido e do sire de Navailles que morreu com ele, que Deus vele suas almas e de todos os outros falecidos[...] porque nesta maldita guerra, que tanto mal faz, que acredito sessenta anos passados, não seria o reino da França, como era [de mal] esses doze anos³⁴⁷

Em seguida o autor lamenta todos os mortos e todas as calamidades decorrentes da guerra, e responsabiliza

a desafortunada e maldita vinda de Bernard, o Conde de Armagnac, condestável da França, porque, jamais, desde que surgiu na França o nome de Armagnac e Borguinhão, todos os males que podemos pensar ou dizer, ocorreram no reino da França, o clamor do sangue inocente derramado grita vingança diante de Deus, e eu acredito em minha consciência que o dito conde de Armagnac era um inimigo em forma de homem, porque eu não vi ele nem ninguém de seu bando que tivesse a lei e a fé cristã, como todos que estavam sob suas ordens, como as pessoas que renegaram o criador, como era claro por todo o reino da França. *Eu ousou dizer que o rei da Inglaterra não teria tanto atrevimento de colocar os pés na França* [para guerra] se não fosse a disputa feita por esse maldito nome, nem o nobre sangue Francês derramado, nem o senhores do reino exilados, nem a batalha perdida, nem tantas boas pessoas mortas na lamentável jornada de Azincourt, ou o rei perdido seus bons e leais amigos, se não fosse o orgulho do maldito nome Armagnac.³⁴⁸

³⁴⁷ [...] du bon duc trépassé et du sire de Navailles qui fut mort avec lui, dont Dieu veuille avoir les âmes et tous les autres trépassés, et veuille donner grâce à nous et à toute cette gent de le connaître, comme nous devons, et nous donne ce que disait à ses apôtres: “Paix soit avec vous!” car par cette maudite guerre tant de maux ont été faits que je cuide qu’en soixante ans passés par devant, il n’avait pas eu au royaume de France, comme il a été [de mal] puis douze ans en ça. *BOURGEOIS*, p. 150.

³⁴⁸ La très malheureuse et damnable venue de Bernard, le comte d’Armagnac, connétable en France; car, oncques, puis que le nom vint en France de Bourguignon et d’Armagnac, tous les maux qu’on pourrait penser ni dire ont été tous commis au royaume de France, tant que la clameur du sang innocent [repandu] crie devant Dieu vengeance. Et je cuide en ma conscience que ledit comte d’Armagnac était un ennemi en forme d’homme, car je ne vois nul qui ait été à lui, ou qui de lui se renomme, ou qui se porte as bande, qui tienne la loi ni foi chrétienne, ains se maintiennent envers tous ceux dont ils ont la maîtrise, comme gens qui auraient renié leur Créateur, comme il appert par toute le royaume de France. Car j’ose bien dire que le roi d’Angleterre n’eût été tant hardi de mettre le pied en France [par guerre], si n’eût été la dissension que a été de ce malheureux nom, et fût encore toute Normandie française, ni le noble sang de France ainsi répandu, ni les seigneurs dudit royaume ainsi menés en exil, ni la bataille perdue, ni tant de bonnes gens morts n’eussent oncques piteuse journée d’Azincourt, où tant perdit le roi de ses bons et loyaux amis, si ne fut l’orgueil de ce malheureux nom Armagnac. *BEURGEOIS*, p. 152-153.

A responsabilização da guerra civil pelo avanço do inimigo externo também aparece nos registros do Parlamento. Em agosto de 1419, um mês antes do assassinato de João sem Medo, Fauquembergue relatou a presença dos ingleses diante de Paris.

E então Paris tinha uma pequena guarnição de homens em armas, pela ausência do Rei, da Rainha, do senhor Delfim e do senhor duque de Borgonha, e de outros senhores da França, que até agora tem feito pouca resistência aos ingleses e a suas investidas depois de Harfleur, depois deste cerco, os ingleses ocuparam o ducado da Normandia com muitas cidades e fortalezas, sob a sombra e por causa das disputas e divisões entre os senhores e o povo deste reino.³⁴⁹

A partir de setembro de 1419, logo após a morte de João sem Medo, iniciaram-se as negociações de um tratado de paz, do qual o resultado foi o Tratado de Troyes. Este, um dos mais famosos da Guerra dos Cem Anos, por suas consequências diretamente relacionadas com o direito de sucessão do trono da França. O tratado previa que Carlos VI permaneceria rei até sua morte, fato que, segundo Contamine, implica no reconhecimento da legitimidade dinástica dos Valois.³⁵⁰ O casamento de Catarina, filha de Carlos VI, com Henrique V, o tornava monarca dos dois reinos quando Carlos VI morresse, tirando a legitimidade da sucessão pelo Delfim, futuro Carlos VII. Segundo Contamine, “união pessoal, e não fusão: cada reino deveria conservar seus direitos, suas liberdades, seus costumes e suas leis.”³⁵¹

No relato do Parlamento de 20 de maio de 1420, Fauquembergue registrou que,

o rei da Inglaterra entrou na cidade de Troyes para tratar com o Rei, nosso senhor soberano, a Rainha, o duque de Borgonha e outros nobres, barões e pessoas de seu conselho, estando no dito lugar de Troyes, para concluir o tratado de paz entre os dois reinos da França e da Inglaterra e o tratado de casamento entre o Rei da Inglaterra e a senhora Catarina da França, filha do Rei, nosso senhor.³⁵²

³⁴⁹ Et lors y avoit à Paris petite garnison de gens d'armes, pour l'absence du Roy, de la Royne, de messeigneurs le Dauphin, le duc de Bourgoingne et autres seigneurs de France, qui jusques cy ont fait petite resistance ausdiz Anglois et à leurs entreprises depouis le siege de Hafleur; depuis lequel siege les Anglois ont occupé la duchié de Normendie avec pluseurs villes et forteresses, soubz umbre et par le moyen des debas et divisions qui ont esté entre les seigneurs et peuple de ce royaume. FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 311.

³⁵⁰ CONTAMINE, 1992, p. 87.

³⁵¹ Idem, Ibidem, p.87

³⁵² 20 de maio de 1420- Ce jour, le roy d'Angleterre entra en la ville de Troyes pour traictier avec le Roy, nostre souverain segneur, la Royne, le duc de Bourgoingne et, autres nobles, barons et gens de leur Conseil estans audit lieu de Troyes, pour prendre conclusion es traictiez de paix d'entre les deux rois et royaumes de France et d'Angleterre, et ou traictié du mariage d'entre le roy d'Angleterre et madame Katherine de France, fille du Roy, nostredit segneur FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 364-365.

No *Journal d'un Bourgeois de Paris*, podemos observar uma reflexão sobre os rumos que toma a política francesa, na qual o autor faz uma consideração essencial para compreensão de seu relato deste ponto em diante

Eu não acredito que desde o tempo do Rei Clóvis, que foi o primeiro rei cristão, que a França também foi dividida e desolada como é hoje, porque o Delfim não faz outra coisa, dia e noite, ele e os seus, que estragar todo o país de seu pai, a fogo e sangue; e os Ingleses por sua parte fazem tanto mal quanto os sarracenos. *Mas é melhor ser tomado pelos Ingleses que pelo Delfim ou sua gente, que se dizem armanhaques.* E o pobre rei e a rainha, desde a tomada de Pontoise, não saem de Troyes, como fugitivos tirados de seu lugar pelo seu próprio filho.³⁵³ *grifo nosso*

O *Bourgeois*, portanto, não apoia a coroação de Carlos VII, mesmo sendo filho e legítimo sucessor do rei da França. Como podemos perceber através do trecho acima transcrito, o autor considera os ingleses “um mal menor” em comparação com a tomada de poder pelos armanhaques.

O relato sobre o Tratado de Troyes nos remete para a discussão proposta por Beaune sobre a omissão voluntária de alguns fatos, pois o *Bourgeois* em nenhum momento menciona que o tratado foi intermediado pelo duque de Borgonha e responsabiliza os armanhaques por esta medida.

Cabe destaque na referência à designação armanhaque em períodos posteriores à morte de Bernad de Armagnac. A designação persiste, mesmo em 1420, quando o *Bourgeois* escreve que os armanhaques estavam piores que nunca, cometendo tiranias e crueldades, que se comportavam como diabos,

por isso se acordou um tratado com o rei da Inglaterra, que era antigo inimigo da França, (...), pela crueldade dos Armagnacs, e foi dada uma das filhas da França, chamada Catarina.³⁵⁴

³⁵³ Je ne cuide mie, que depuis le temps du roi Clovis, qui fut le premier roi chrétien, que Francefut aussi désolée et divisée comme elle est aujourd'hui, car le Dauphin ne tend à autre chose jour et nuit, lui et les siens, que de gêter tout le pays de son père à feu et à sang; et les Anglais d'autre cote font autant de mal que les Sarrasins. Mais encore vaut-il trop mieux être pris des Anglais que du Dauphin ou de sés gens, que si disent Armagnac; et le pauvre roi et la reine depuis la prise de Pontoise ne se meuvent de Troyes à pauvre mesnie, comme fugitifs et déchassés hors de leur lieu par leur propre enfant, qui est grande pitié à penser à toute bonne personne. *BOURGEOIS*, p.153.

³⁵⁴ Par quoi il convint tratât au roi d'Angleterre, qui était l'ancien ennemi de France, malgré qu'on eût , pour la cruauté des Armagnacs, et lui fut donée une des filles de France, nomée Caterine. *BOURGEOIS*, p. 158.

O posicionamento do *Bourgeois* pode ser explicado a partir do que Schnerb denomina “ardente desejo de paz.” O autor considera que para um homem que nasceu no começo do século, a guerra era seu único horizonte. A precariedade da vida do habitante de Paris se devia ao enorme esforço material e financeiro para sustentar a defesa da cidade. Além disso, a fome, os altos preços dos alimentos e constantes epidemias tornavam a morte uma presença constante.

Dessa forma, a aceitação do Tratado de Troyes pode ser entendida como uma completa saturação da situação dos primeiros vinte anos do século. E dessa forma, em setembro de 1420, lemos no registro do Parlamento de Paris que seriam escritas cartas ao rei da Inglaterra, “herdeiro e regente da França.”³⁵⁵

E, em janeiro de 1421, no juramento dos bailios, entre outras cláusulas, constava a de “ter e fazer observar em seu poder a paz entre os reis e reinos da França e da Inglaterra, e de punir aqueles que em sua bailiagem forem contra o tratado de paz.”³⁵⁶

Mas, apesar do desejo pela paz, a conformidade dos elementos beligerantes não foi fácil de alcançar, mesmo entre os senhores borgonheses, vários nobres se recusavam a aceitar a aliança com a Inglaterra.

A situação era de frágil equilíbrio: o Delfim organizava sua rede de apoios, enquanto o jovem duque de Borgonha, Felipe, reivindicava a justiça pelo assassinato de seu pai. Neste contexto, duas mortes abalam o recém-organizado cenário político: em agosto de 1422, faleceu Henrique V³⁵⁷ e, apenas dois meses depois, Carlos VI.³⁵⁸

Conforme mencionamos anteriormente, o Tratado de Troyes previa que, após a morte de Carlos VI, Henrique seria seu sucessor, com a morte deste, a coroa dos dois reinos passaria a Henrique VI, nascido em 1421, que seria representado por um regente,

³⁵⁵ Fut conclud que l'en escriroit au roy d'Angleterre, heritier et regent de France, et au premier president de ceans, qui sont au siege devant Melun, ou devers le Roy à Courbueil, lettres narrans ça povreté des seigneurs et la petitesse des gages, et concluans à fin qu'ilz fussent pour especialment recommandez audis benefices de la collaciona ou disposicion du Roy FAUQUEMBERGUE, Tomo I, p. 383.

³⁵⁶ Et de tenir et faire tenir et observer à son povoir la paix d'entre les roys et royaumes de France et d'Angleterre, et de punir ceulz qui oudit bailliage vendront ou s'efforceront de venir à l'encontre du traictié de ladicté paix.FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 1.

³⁵⁷ FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 57. No *Journal d'un Bourgeois de Paris*, o autor anônimo, em julho de 1422, já havia mencionado o rumor de que o rei da Inglaterra estava com varíola, o surto havia atingido grande parte da população. No relato da morte de Henrique V, não há menção a causa. *BOURGEOIS*, p. 190-191.

³⁵⁸ FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 59. No relato da morte de Carlos VI, o *Bougeois* afirmou que nenhum rei cristão teve um reinado tão longo quanto o de Carlos o bom. *BOURGEOIS*, p. 192.

devido à sua minoridade. No entanto, a coroa francesa foi também reivindicada pelo Delfim, futuro Carlos VII.

Essa disputa foi relatada pelo *Bourgeois*, que descreveu que o povo de Paris prestou juramento ao Duque de Bedford, irmão de Henrique V, e regente da França, prometendo lealdade ao seu poder e combater Carlos “que se diz rei da França.”³⁵⁹ Apesar do juramento de fidelidade, no relato do *Journal* é possível perceber a insatisfação dos habitantes de Paris com a nova liderança do reino. O *Bourgeois* registra os murmúrios do povo, quando o duque de Bedford ao retornar à Paris, portou a espada do rei da França, símbolo da regência.³⁶⁰

Além dos murmúrios, o *Bourgeois* manifestou sua insatisfação com os ingleses e com os borgonheses que arrasavam os vinhedos como se fossem porcos.³⁶¹ Ao longo de seu relato, o autor anônimo sempre responsabilizou os armanhaques por toda destruição e todo o mal causado pelo reino. Então, como podemos entender esta manifestação, chamando os borgonheses de porcos?

Possivelmente, sua insatisfação decorre da permanência das péssimas situações do reino, do alto preço dos alimentos e dos altos impostos, que permaneceram mesmo depois dos armanhaques terem sido expulsos da administração do reino.

Em agosto de 1427, o descontentamento do *Bourgeois* com a administração fiscal do reino, se expressa em uma crítica ao regente, que segundo o autor, “sempre enriquece seu país com alguma coisa deste reino.”³⁶² Logo após a essa crítica aos borgonheses, o autor volta ao seu habitual texto, onde enfatiza que “todo o povo tem ódio mortal” dos armanhaques e dos ingleses.³⁶³

Em seu texto, o *Bourgeois* ainda ressalta as diferenças entre ingleses e franceses, pois em seus escritos permanece a denominação “o inglês”, e aqueles “que falam a

³⁵⁹ Furent sementés tous ceux de Paris, c'est à savoir, bougeois, ménagers, charreiers, bergers, vachers, porchers des abbayes, et les chambrières et les moines même, d'être bons et loyaux au duc de bedford, frère de feu Henry roi d'Angleterre, regent de France, de lui obéir en tout e partout, et de nuire de tout leur pouvoir à Charles qui se disait roi de France et à tous sés alliés et complices. *BOURGEOIS*, p. 198.

³⁶⁰ Le duc de Bedford, au revenir, fit porter l'épée du roi de France, devant lui, comme regent, dont le peuple murmure fort. *BOURGEOIS*, p. 196.

³⁶¹ Le vin était très cher plus que longtemps n'avait été, et il y avait très peu de raisins ès vignes, et encore ce peu dégêtaient lesdid Anglais et Bourguignons, comme eussent fait porcs, et n'était nul qui en osât parler. Ainsi était le peuple gouverné par la malle et convoiteuse volonté de gros, qui gouvernaient Parism que toujours étaient avec les seigneurs, et n'avaient pitié du pauvre peuple qui tant avait de pauvreté. *BOURGEOIS*, p. 205.

³⁶² Le 18e jour d'août ensuivant 1427, se partit de Paris le régent, qui toujours enrichissait son pays d'aucune chose de ce royaume. *BOURGEOIS*, p. 234.

³⁶³ Tout le peuple les avait em trop mortelle haine et les uns et les autres. *BOURGEOIS*, p. 206.

língua da Inglaterra.”³⁶⁴ Mas sua posição em relação a estes muda lentamente e não de forma definitiva.

Em 1428, por exemplo, no relato do sítio à cidade de Mans,

e quando a dita cidade foi tomada, o capitão [John Talbot], que por ordem do regente estava 20 milhas longe da cidade, quando soube do que havia acontecido, ele ficou muito irado. Ele financia trezentos homens em armas e voltou à cidade antes de clarear o dia, porque quando a cidade viu a grande crueldade dos armanhaques, eles ficaram com tanto ódio que deixaram o capitão entrar.³⁶⁵

Com a morte de seu pai, o Delfim Carlos foi proclamado rei da França, Carlos VII, sem a tradicional sagração em Reims. Enquanto isso, Felipe de Borgonha orientava sua política para o fortalecimento do ducado de Borgonha.

Schnerb aponta que, entre 1380 e 1419, o objetivo dos duques de Borgonha, Felipe, o ousado, e João sem Medo, era conquistar o poder político do reino da França. E essa conquista foi possibilitada, em grande parte, pelo frágil estado de saúde de Carlos VI. Para o herdeiro de João sem Medo, entretanto, a conjuntura política não era favorável, pois apesar da minoridade de Henrique VI, seu tio o Duque de Bedford tinha plenas condições de assegurar o poder para seu sobrinho. Assim, Felipe saiu da cena política francesa pouco a pouco.³⁶⁶

Após a morte de Carlos VI e Henrique V, o Papa Martin V decidiu intervir e iniciou negociações entre o duque de Borgonha e Carlos VII, que se prolongaram por cerca de dois anos e, em 1424, foram estabelecidas condições para a reaproximação e a paz. Em setembro de 1424, os negociadores de uma trégua reconheceram a Carlos VII o título de rei da França.

É interessante observar que, no registro do Parlamento, Carlos VII permaneceu sendo chamado de Delfim até 1429, quando Clemente de Fauquembergue adotou a denominação Carlos de Valois para se referir a este.

O exato momento desta mudança ocorreu em 19 de julho de 1429,

³⁶⁴ *BOURGEOIS*, p. 211.

³⁶⁵ Quand ladite cité fut prise, le capitaine qui y était de par le régent ordonné était allé en une sienne affaire environ vingt lieues loin de la cité, quand il sut la chose comment elle était, s'il fut moult courcé nul ne demande. Il fit finance de trois cents hommes d'armes, et s'en vint le vendredi ensuivant environ minuit, et fit tant qu'il regagna la cité avant qu'il fût guère grand jour; car quand la commune vit la grande cruauté des Armagnacs, ils les prirent en si grande haine qu'ils laissèrent entrer dedans ledit capitaine, ou au moins ne se défendirent-ils que bien peu *BOURGEOIS*, p. 243.

³⁶⁶ Em ce temps rien ne se faisait que par l'Anglais, ni nul des seigneurs de France ne se mêlait du gouvernement du royaume. *BOURGEOIS*, p. 208. SCHNERB, 2001, p. 313-318.

quando foi dito publicamente em Paris que o senhor Carlos de Valois, no último domingo, foi sagrado da Igreja de Reims da mesma forma que seu pai e os outros reis da França foram sagrados antes.³⁶⁷

A sagração de Carlos VII foi um dos pontos altos da participação de Joana d’Arc na Guerra dos Cem Anos. A jovem donzela de Domrémy apareceu na corte de Carlos VII em 1429, e durante sua breve atuação no conflito (1429-1431) alterou profundamente o curso do conflito.

3.6 Joana d’Arc

Não seria possível condensar a análise da participação de Joana d’Arc na Guerra dos Cem Anos, enquanto um elemento simbólico e de propaganda, em apenas um subcapítulo. Entretanto, seria igualmente impossível tratar do tema Guerra dos Cem Anos, sem mencionar sua participação.

A ambiguidade da personagem e a relativa falta de documentação sobre sua vida permitiram que ela fosse representada de diversas formas, como salvadora do país, no século XV pela poetisa francesa Christine de Pisan, ou como bruxa, no século XVII pelo dramaturgo inglês William Shakespeare.

Em 1429, enquanto Inglaterra e França sofriam com o desgaste de um longo conflito, uma jovem se apresentou como portadora de uma mensagem de Deus. Joana d’Arc foi um mito vivo, sua trajetória foi surpreendente e intrigante. Entre 1429 e 1431, ela “se inscreveu concreta e visivelmente no campo político.”³⁶⁸ Segundo Beaune, desde seu aparecimento em Chinon houve uma coexistência da Joana real e da mítica.³⁶⁹ A relativa falta de informações sobre sua vida e a ambiguidade que esteve presente desde a origem do mito tornou possível a apropriação de sua imagem por diversos grupos.

³⁶⁷ Ce jour, fu dit publiquement à Paris pour nouvelles que messire Charles de Valois, dimenche derrain passé, avoit esté sacré en l’eglise de Reins en la maniere que son pere et les autres roys de France ont esté saurez par cy devant. FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 315.

³⁶⁸ BEAUNE, 2006, p.18.

³⁶⁹ BEAUNE, 2006, p.13.

Não há uma documentação suficiente para comprovar vários aspectos da vida de Joana. Sua imagem, aqui tratada não só como sua aparência física, mas também como os ideais que defendia, foram moldados de acordo com os grupos que se apropriaram de sua figura como símbolo. O forte apego religioso, a roupa que teria vestido e sua postura diante da morte iminente também são pontos que geram controvérsias, mas que favorecem seu apelo como figura mística.

No próprio relato do *Bourgeois de Paris*, é possível perceber a apropriação da imagem de Joana durante o conflito. Ao narrar o cerco de Orléans, o *Bourgeois* descreveu que,

nesse tempo havia uma Donzela, como dizem, que se diz profetisa, e diz: “Tal coisa acontecerá.” E está contrária ao Regente da França e a seus aliados. E dizem que apesar de todos aqueles que mantinham cerco diante de Orléans, ela entrou na cidade com uma grande força de armanhaques e grande quantidade de víveres[...] E muitas outras coisas que dela contam aqueles que amam mais os armanhaques que os borgonheses ou o regente da França. Eles afirmam que quando ela era bem jovem, ela cuidava de ovelhas, que os pássaros dos bosques e dos campos, quando ela os chamava, vinham comer pão em seu colo. *Na verdade, isso é falso.*³⁷⁰

O relato do *Bourgeois* nos permite acompanhar a difusão de informações sobre Joana pelos apoiadores de Carlos VII: uma profetisa, enviada por Deus, para guiar o rei legítimo ao seu trono.

Ao analisar um contexto mais amplo, Colette Beaune relativizou o aspecto da participação de Joana d’Arc, inserindo-a em uma tradição de profetisas.³⁷¹ Joana não foi a única mulher a trazer ao rei mensagens divinas em tempos de crise, mas foi escolhida para simbolizar e legitimar a reivindicação de Carlos VII ao trono.

A participação de Joana na guerra guiou vários franceses e os uniu em uma causa comum. Por inspiração em Joana, também apareceram outras profetizas, das quais

³⁷⁰ Item, en celui temps avoit une Pucelle, comme on disoit, sur la rivière de Loire, qui se disoit prophète, et disoit: ‘Telle chose advendra pour vray.’ Et estoit du tout contraire au régent de France et à ses aidans. Et disoit on que maugré tous ceulx qui tenoient le siège devant Orléans, elle entra en la cité à tout grant foison d’Armagnacs et grant quantité de vivres, [...] Et plusieurs autres choses d’elle racontaient ceulx qui mieux amiaient les Armagnacs que les Bourguignons ni que le régent de France; ils affermoient, que quant elle estoit bien petite, qu’elle gardoit les brebis, que les oiseaulx des bois et des champs, quant elle les appelloit, ilz venoient manger son pain en son giron. *In veritate appocrisium est. BOURGEOIS*, p. 257.

³⁷¹ BEAUNE, 2006, p. 13.

duas, temos conhecimento através do *Journal*.³⁷² O grande impacto de sua aparição, segundo Schnerb, estaria relacionado com a questão da sagração de Carlos VII, pois Joana representou um ponto de conexão entre a campanha do Delfim e o povo.

Enquanto para os conselheiros de Carlos VII, em termos jurídicos, com a morte de Carlos VI, em outubro de 1422, a proclamação era o suficiente para afirmar a ascensão do Delfim à função real, para o resto da população a sagração era o momento fundamental. Essa situação mostra o choque de duas perspectivas que, de certa forma, são complementares. Por um lado, o aspecto jurídico se baseava no princípio da continuidade da função real, ou seja, a partir do momento em que o monarca morre, seu sucessor assume a coroa imediatamente. Por outro lado, “essa concepção jurídica da sucessão real diferia da visão da população: para a grande maioria dos súditos, a sagração era o ato forma que fazia o rei e o conectava a Deus.”³⁷³ O ritual de sagração em Reims, com a unção do rei, tinha uma enorme força simbólica e política e essa foi uma das mais importantes contribuições de Joana à causa de Carlos VII.

A trajetória de Joana foi meteórica, logo depois de se apresentar a corte de Carlos VII, conseguiu uma vitória espetacular, levantando o cerco de Orléans. O Bourgeois registrou que

por tudo andava aquela Donzela armada com os armanhaques e portava seu estandarte onde estava escrito Jesus, e dizem que ela disse a um capitão inglês que ele partisse do cerco com sua companhia ou viria o mal e a desonra sobre eles, o qual a difamou[...] como prostituta e mulher de soldados; e ela lhes disse que a contragosto todos eles em breve partiriam, mas que ele não veria isso, e que grande parte sua gente seria morta.³⁷⁴

O sucesso em Orléans foi divulgado pelo reino como um sinal de um apoio divino. Após essa vitória, Carlos VII investiu contra Paris, na tentativa de tomar a cidade dos ingleses. O ataque não foi bem sucedido, as tropas de Carlos VII foram

³⁷² Le 3^e jour de septembre, à un dimenche, furent prêchées au parvis Nostre-Dame deux femmes, qui environ dem-an devant avoient esté prises à Corbeil et amenées à Paris, dont la plus aînée Pieronne et était de Bretagne bretonnant, elle disait et vray propos avoit que dame Jehanne, qui s'armait avec les armagnacs, était bonne, et ce qu'elle faisait était bien fait et selon Dieu. *BOURGEOIS*, p. 281-282.

³⁷³ SCHNERB, 2001, p. 310.

³⁷⁴ Et partout allait cette Pucelle armée avec les Armagnacs et portait son étandart, où estoit [tant] seullement [en] écrit Jésus, et disoit on qu'elle avoit dit à ung cappitaine anglais qu'il se départit du siège avec sa compaignie, ou mal leur viendrait et honte à trétous, le quel la diffama moult de langage, comme [la] clamer ribaulde et putain; et elle lui dit que malgré eux tous ils partiraient bien bref, mais il ne le verrait jà, et si seraient grant partie de sa gent tues. *BOURGEOIS*, p. 258.

rechaçadas e Joana foi ferida.³⁷⁵ Em maio de 1430, Joana foi capturada pelos borgonheses diante de Compiègne.

Assim como os sucessos de Joana foram divulgados como intervenção divina, sua derrota e captura foi amplamente difundida pelos ingleses. Mas isso não era suficiente para diminuir o grande prestígio de Joana e de sua causa.

Após a captura pelos borgonheses, Joana foi julgada pela Universidade de Paris e, nesse processo, todos os elementos de propaganda utilizados pelos apoiadores de Carlos VI foram refutados e condenados.³⁷⁶

3.7 A paz possível

Até 1420, os relatos do *Bourgeois* seguem uma linha de oposição entre ele e o grupo ao qual apoia (nossa gente) e armanhaques e ingleses, que são responsabilizados pelos males que o reino da França sofre. Com a aliança anglo-borgonhesa, entretanto, o autor não rompe com seu apoio aos Borguinhões.

Para compreensão da postura do *Bourgeois* diante do Tratado de Troyes, destacamos dois aspectos: em primeiro lugar, ao longo do relato fica evidente o apreço

³⁷⁵ [...] Et là estoit leur Pucelle, à tout son estandart sur le condos des fossez, qui disoit à ceulx de Paris : « Rendez-vous, de par Jhesus, à nous tost, car se vous ne vous rendez avant qu'il soit [la] nuyt, nous y entrerons par force, veuillez ou non, et tous serez mis à mort sans mercy. » « Voyre, dist ung, paillarde, ribaulde! «Et traict de son arbaleste droit à elle et lui perce la jambe tout oultre, et elle de s'enfourir, ung autre persa le pié tout oultre à celui qui portoit son estandart; quant il se senti navré, il leva sa visière pour veoir à oster le vireton de son pié, et ung autre lui traict, et le saigne entre les ii yeulx et le navre à mort, dont la Pucelle et le duc d'Allençon jurèrent depuis que mieulx ilz aymassent avoir perdu xl des meilleurs hommes d'armes de leur compaignie. L'assault fut moult cruel d'une part et d'autre, et dura bien jusques à quatre heures après disner, sans que on sceust qui eut le meilleur. *Bourgeois*, p. 265-266. Mardi, xiiiije jour de ce mois [de juin], les gens d'armes du Dauphin, après plusieurs assaulz continuelz et entretenuz depuis le samedi precedent, par force d'armes recouvrent et prindrent la ville de Jargueau-sur-Loyre, en laquelle estoient retrais en garde et garnison le conte de Sulfok et autres gens de guerre anglois, qui furent prins par assault à la volenté des ennemis, qui avoient en leur compaignie une pucelle portant baniere, si comme on disoit, laquelle avoit esté present à faire lever le siege. FAUQUEMBERGUE, Tomo II, p. 312.

³⁷⁶ Par procès de l'Eglise, Jehanne, qui se faisoit appeller la Pucelle, qui avoit esté prise à une saillie de la ville de Compiengne par les gens de messire Jehan de Lucembourg, estans avec autres au siège de ladicté ville [...] a esté arse et brulée en la cite de Rouen. Et estoit escript en la mittre qu'elle avoit sur sa teste les mos qui s'ensuivent: « hérétique, relapse, apostate, ydolatre. » Et en ung tableau devant l'eschaffault où ladicté Jehanne estoit, estoient escripts ces mos « Jehanne qui s'est fait nommer ta Pucelle, menteresse, pernecieuse, abusorresse de peuple, divineresse, supersticieuse, blasphemeresse de Dieu, presumptueuse, malcreant de la foy de Jhesu-Crist, vanterresse, ydolatre, cruelle, dissolue, invocaterresse de deables, apostate, scismatique et hérétique. » Et pronuncia la sentence messire Pierre Cauchon, evesque de Beauvais, ou dyocese duquel ladicté Jehanne avoit esté prise, comme dit est. Et appella à faire ledit procès plusieurs notables gens d'eglise de la duchié de Normandie, graduez en sciences, et plusieurs theologiens et juristes de l'Université de Paris, ainsi que on dit estre plus à plain, contenu oudit procès. FAUQUEMBERGUE, Tomo III, p. 13-14.

que o autor manifestou sobre a ordem legítima estabelecida, portanto, um tratado estabelecido tem um forte respaldo; em segundo lugar, o desgaste que o longo conflito causou na população parisiense, pode justificar que o autor aceitasse a paz, independente que esta fosse sob seu rival.

Ao apoiar os Borguinhões na aliança com os ingleses o autor acompanha a opinião de grupo que conquistou sua confiança na disputa interna francesa. A maioria dos autores se refere ao *Bourgeois* como anglófilo,³⁷⁷ no entanto, na leitura do *Journal*, nos parece que qualquer tipo de rótulo obscurece a complexa rede de associações que norteia os apoios dados pelo autor. Borgonhês, talvez. Certamente, o autor apoia o grupo borguinhão, chegando a se identificar através de referências como “nossa gente”, todavia, nada nos indica que tenha qualquer participação direta em relação ao grupo. Anti-armahaque, sem dúvidas. Beaune caracteriza o mundo político do *Bourgeois* como maniqueísta, e os armanhaques representam o mal ao longo de quase todo o seu texto.³⁷⁸

O apoio aos ingleses foi conjuntural, determinado mais por seus apoios aos borguinhões do que por convicções próprias. Mas de forma alguma, a aliança anglo-borgonhesa foi fácil ou rapidamente aceita. Em março de 1436, o *Bougeois* narrou um novo juramento de fidelidade ao rei Henrique da Inglaterra. O juramento foi feito pelos governadores, sob pena de danação da alma, perda dos bens e da vida.³⁷⁹

Apesar da manutenção de uma estrutura dentro de Paris, os ingleses estavam ameaçados pela pressão das tropas francesas e adotaram a prática da terra arrasada, ordenando tropas para incendiar e pilhar todo o entorno.³⁸⁰

A pressão das tropas de Carlos VII aliada a insatisfação dos habitantes de Paris, reuniram as tropas ao redor do ideal comum: expulsar os ingleses da cidade. As divisões entre armanhaques e borguinhões não haviam sido eliminadas, mas é interessante notar que, quando as tropas francesas escalaram os muros de Paris, a população tomou tanto a cruz francesa, quanto a cruz de Santo André, símbolo da Casa de Borgonha.³⁸¹

³⁷⁷ Silva também sugere que o *Journal* possui mais de um autor, ambos anglófilos. A questão sobre a autoria do *Journal*, nos parece ponto pacífico, sendo Silva uma das únicas referências a possibilidade de mais de um autor. SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média*. São Paulo: Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 231.

³⁷⁸ BEAUNE, 1990, p.18.

³⁷⁹ BOURGEOIS, p. 346-347.

³⁸⁰ BOURGEOIS, p. 347-348.

³⁸¹ Le peuple en sut parmi Paris la nouvelle, si prirent tantôt la croix blanche droite, ou la croix Saint André. BOURGEOIS, p. 350.

A população utilizou emblemas que os distinguiam dos ingleses e foi armada às ruas, pois tinham tanto ódio dos ingleses e dos governadores que não desejavam outra coisa que os destruir.³⁸²

Em 1435, Carlos VII consegue por fim à guerra civil através do Tratado de Arras. Com isso, consegue o reconhecimento interno de sua coroação e põe fim à dupla monarquia estabelecida pelo Tratado de Troyes³⁸³. O *Bourgeois* não escreve sobre o tratado, seus reflexos aparecem no ano de 1436, quando o termo armanhaques aparece associado a franceses,

quando os franceses ou armanhaques viram que não conseguiriam fazer outro acordo, eles ficaram mais fortes que antes, eles direcionaram seu poder para Normandia, e em pouco tempo ganharam os melhores portos de mar.³⁸⁴

Nos relatos do *Journal*, a partir desse momento, consolida-se a oposição entre franceses e ingleses, que voltam a ser descritos como os inimigos por definição. No ano de 1436, também aparece pela primeira vez o reconhecimento de Carlos VII, nomeado pelo *Bourgeois* como *roi Charles*³⁸⁵, ou seja, o acordo, e não a coroação, fez dele o rei da França perante o *Bourgeois*.

No registro do Parlamento, Carlos VII só foi denominado rei da França em abril de 1436,³⁸⁶ o que demonstra que legitimidade exigia uma série de requisitos: a sucessão de Carlos VI havia ocorrido do ponto de vista jurídico, com sua morte; do ponto de vista popular, com a sagração; mas no registro do Parlamento, a denominação acompanhou a entrada física do rei em Paris, ou melhor dizendo, o reconhecimento do rei Carlos VII só foi possível com a retirada das tropas inglesas de Paris.

³⁸² Grant haine aux Anglois et aux gouverneurs, que autre chose ne desiroient que les destruire. *BOURGEOIS*, p. 350.

³⁸³ CONTAMINE, 1992, p. 101.

³⁸⁴ Quand les français ou Armagnacs virent qu'ils ne purent trouver autre accord, ils se mirent sus plus fort que devant, ils se mirent en Normandie à puissance, et en peu de temps gagnèrent les meilleurs ports de mer. *BOURGEOIS*, p. 344.

³⁸⁵ *BOURGEOIS*, p. 349.

³⁸⁶ Le Roy nostre Sire Charles VIIe, roy de France, nostre souverain seigneur. FAUQUEMBERGUE, Tomo III, p. 193.

3.8. Conclusão

Na segunda fase da guerra entre armanhaques e borguinhões, a conjuntura política do reino da França mudou de forma drástica. Uma das principais mudanças entre os períodos está relacionada com a ampliação e intensificação da participação inglesa, a partir deste momento, a guerra entre armanhaques e borguinhões se fundiu com a Guerra dos Cem Anos.

A despeito da mudança dos personagens, as regras e estratégias do jogo permanecem as mesmas. A segunda fase da guerra civil envolveu o poderio militar, mas também campanhas de propaganda em busca de apoio e legitimação.

Na disputa pelo poder em Paris, vários recursos foram utilizados, dentre eles a divulgação de propaganda através de cartas. Suporte escrito por definição, as cartas poderiam ter uma alcance além da minoria da população alfabetizada. Analisando a documentação do Parlamento, é possível observar inúmeras ocasiões em que cartas foram escritas por armanhaques e borguinhões para difusão de propaganda durante os momentos críticos do conflito. Os textos eram escritos, copiados e enviados para todo o reino para sua leitura pública em praças e igrejas. A leitura pública das notícias demonstra que, apesar de ser bastante limitado o seu alcance, a informação não estava restrita aos meios alfabetizados.

A difusão oral da informação poderia estar relacionada com a esfera formal ou com a esfera informal. Por esfera formal, compreendemos os documentos cuja leitura era ordenada e efetuada por representantes da administração real. Por esfera informal, temos a circulação de notícias, transmitidas oralmente, por pessoas não relacionadas à administração do reino.

Quanto ao seu conteúdo, as cartas que circulavam pelo reino tinham como objetivo a obtenção de apoio à causa de seus remetentes ou a destruição da reputação de seus adversários. Dentre os principais argumentos utilizados está a associação com o poder real. Assim, quando o grupo que detinha o poder em Paris era acusado ou ameaçado pelo adversário, essa ameaça era apresentada como uma ameaça ao poder do rei, não ao seu entorno.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como ponto de partida o problema de pesquisa: como compreender a dinâmica política do final do período medieval a partir da propaganda e os mecanismos de legitimação utilizados durante a guerra civil francesa (1407-1435)?

O questionamento inicial, do qual surgiu esse tema, estava relacionado com o entendimento das motivações de certos escritores, contemporâneos ao conflito, ao apoiarem o duque de Borgonha ou o duque de Orléans e, a partir daí, compreender a formação dos grupos de apoio e alianças.

Uma primeira hipótese era de que os escritores trocavam seu apoio por cargos ou vantagens na Corte de cada um dos príncipes. Entretanto, com a leitura das fontes e da bibliografia sobre o assunto, verificou-se que os apoios nem sempre estavam condicionados ao recebimento de benefícios diretos. O aprofundamento na leitura das fontes demonstrou que as relações entre indivíduos eram muito mais complexas, mas ainda assim, a questão da política permanecia em primeiro plano.

As fontes utilizadas na pesquisa nos permitiram contrastar uma perspectiva cuja origem das informações estava em um elemento da administração real, o Parlamento de Paris, e outra perspectiva cuja origem das informações eram os rumores. Política e sociedade foram os principais elementos observados nas fontes, que revelaram um complexo cenário político, a partir do qual outros questionamentos foram surgindo: se Carlos VI era um rei fraco, por que não tentaram tomar sua coroa? Por que o duque de Borgonha contestava o poder do irmão do rei? Por que João sem Medo não conseguia tomar a capital mesmo com recursos financeiros e poderio bélico? Por que, após assassinar Luís de Orléans, João sem Medo fugiu de Paris e enviou cartas explicando o acontecimento?

Todas essas questões têm em comum a legitimidade do poder. Ao longo do conflito entre armanhaques e borguinhões, em nenhum momento a autoridade do poder real foi questionada. Mesmo com sua doença e suas ausências o poder do rei era respeitado. Entretanto as fontes pareciam apresentar uma contradição, pois em diversos momentos, aparecem relatos dos duques desafiando o poder do rei. A legitimidade do poder real não era contestada nem respeitada?

Como seria possível o rei ser legítimo, mas não ter autoridade sobre seus súditos? Na análise das fontes, é possível observar um importante recurso de propaganda, utilizado tanto por armanhaques quanto por borguinhões: a associação com o poder real. Assim, quando o grupo que detinha o poder em Paris era acusado ou ameaçado pelo adversário, essa afronta era apresentada como uma ameaça ao poder do rei, não ao seu entorno.

A disputa entre os nobres era pelo poder que vinha da proximidade com o rei. Assim, a partir desta posição, poderiam controlar os recursos do reino, arrecadar impostos e, até mesmo, determinar que seus inimigos eram rebeldes. A desobediência dos “rebeldes” ao poder do rei explicava a tomada de medidas extremas por parte da Corte, justificando a eliminação desses indivíduos.

Isso demonstra que a força e a coerção não eram suficientes para a manutenção de uma posição de poder, a legitimidade perante a sociedade era necessária. Mas mesmo aqueles que desfrutavam do poder não tinham sua posição assegurada. O contexto de instabilidade política envolvia toda a sociedade, nem os poderosos nobres nem os pobres cidadãos estavam a salvo.

Mas como contestar alguém que desfruta da legitimidade do rei? A documentação analisada contém inúmeros exemplos de fortes campanhas de propaganda, visando promover a reputação de um nobre ao mesmo tempo em que prejudicavam a imagem de seu inimigo.

Assim, a discussão sobre a propaganda e os mecanismos de legitimação utilizados pela nobreza ao longo da guerra civil se tornaram os principais problemas desta pesquisa. Os resultados foram apresentados a partir da exploração do desenvolvimento do conflito, pois o contexto conturbado, o medo e a insegurança são elementos fundamentais para compreender a argumentação utilizada na propaganda.

Como a própria utilização do conceito de propaganda é bastante criticado por vários historiadores, a discussão do uso do conceito e suas implicações foi fundamental para a análise e interpretação das fontes e permitiu explorar o debate sobre a própria ideia de política no período medieval.

Não apenas o funcionamento da política e sua relação de complementariedade com a guerra, a documentação analisada nesta pesquisa possibilitou observar a dinâmica, não só política, mas social, que não pode ser negada ou superestimada, mas

deve ser problematizada e entendida em categorias próprias para a compreensão deste contexto.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Anônimo, *Journal d'un Bourgeois de Paris: 1405-1449*. BEAUNE, Colette (Ed.). Librairie Générale Française, 1990.

BAYE, Nicolas. *Journal*. In.: TUETÉY, Alexandre. *Journal de Nicolas de Baye, greffier du Parlement de Paris, 1400-1417*. Paris: Société de l'histoire de France, 1885.

FAUQUEMBERGUE, Clemente de. *Journal (1417-1435)*. TUETÉY, Alexandre (Ed.). Paris: Société de l'histoire de France, 1815.

Bibliografia

ADAMS, Tracy. RECHTSCHAFFEN, Glenn. The Reputation of the Queen and Public Opinion: The Case of Isabeau of Bavaria. *Medieval Feminist Forum*, vol. 47 no. 1, 2011, pp. 5–30. Disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol47/iss1/2/>

AILES, Marianne. Historiographical essay Early French chronicle – history or literature? *Journal of Medieval History*, Vol. 26, No. 3, pp. 301–312.

AUBERT, Felix. *Histoire du Parlement de Paris de l'origine a François I^{er} 1250-1515*. Paris: Alphonse Picard et Fils editeurs, 1894. Disponível em: <http://archive.org/stream/histoireduparlem01aubeuft#page/n9/mode/2up>

_____. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): sa compétence, ses attributions*. Genebra: Megariotis Reprints, 1977. Disponível em: ark:/12148/bpt6k7110x

_____. *Le Parlement de Paris, de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422): son organization*. Genebra: Megariotis Reprints, 1974. Disponível em: ark:/12148/bpt6k7110x

AUTRAND, Françoise. Géographie administrative et propagande politique. Le rôle des assignations du Parlement aux XIV^e et XV^e siècles. In.: *Histoire comparée de l'administration. IVe-XVIIIe siècles*. München: Artemis Verlag; 1980. pp. 264-281.

_____. *Naissance d'un grand corps de l'État. Les gens du Parlement de Paris, 1345-1454*. Paris: Sourbonne, 1981.

BARANTE, M de. *Histoires des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois: 1364-1482*. Charleston: Bibliolife, 2009.

BASIN, Tomas. *Histoire de Charles VII*. In. Les classiques de l'histoire de France au Moyen Âge. 15^e vol. Paris: Soc. d'édition "Les Belles Lettres", 1933.

BAUML, Franz H. Medieval Texts and the Two Theories of Oral-Formulaic Composition: A Proposal for a Third Theory. *New Literary History*, Vol. 16, No. 1, Oral and Written Traditions in the Middle Ages (Autumn, 1984), pp. 31-49.

BEFFEYTE, Renaude. *La guerre au Moyen Age: Machines et secret militaire*. Paris: Éditions Ouest-France, 2010.

BEAUNE, Colette. *The birth of an ideology: myths and symbols of nation in late-medieval France*. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. *Joana d'Arc: uma biografia*. São Paulo: Globo, 2006.

_____. La rumeur dans le Journal du Bourgeois de Paris In: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. 24^e congrès, Avignon, 1993. pp. 191-203.

BRAUD, Philippe. *La vie Politique*. Paris: PUF, 1992.

CHÉDEVILLE, André. *La France au Moyen Âge*. Paris: PUF, 2000.

CHEVALIER, B. Pouvoir royal et pouvoir urbain à Tours pendant la guerre de Cent ans (première partie). In: *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*. Tome 81, numéro 2, 974. pp. 365-392.

CHEVALIER, Bernard. *Les bonnes villes de France, du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

CONTAMINE, Philippe. Aperçus sur la propagande de guerre, de la fin du XII^e au XV^e siècle: les Croisades et la Guerre de Cents Ans. In: Camarosano, P. *Le forme della propaganda politica nel due e nel trecento*. Ed. P. Rome, 1994, p. 5-27.

_____. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. *War in de middle ages*. Nova York: Barnes & Noble, 1998.

_____. *Guerre, État et société à la fin du Moyen Âge: Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*. Paris: Éditions de l'École des hautes études em sciences sociales, 2004.

_____. (org.) *Le Moyen Agê: Le roi, l'église, les grands, le peuple (481-1514)*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DAWSON, Doyne. *As origens da guerra no Ocidente*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

DEMURGER, Alain. Guerre civile et changements du personnel administratif dans le royaume de France de 1400 à 1418: l'exemple des baillis et sénéchaux. *Francia*, n 6, 1978. p. 151-298 .

_____. L'apport de la prosopographie à l'étude des mécanismes des pouvoirs (XIIIe-XVe siècles), in: AUTRAND, F. (Ed.), *Prosopographie et Genèse de l'État moderne (Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche scientifique et l'École Normale Supérieure de Jeunes Filles, Paris, 22-23 octobre 1984)*. Paris, 1986, p. 289-301.

D'HAUCOURT, Geneviève. *La vie au Moyen Âge*. Paris: PUF, 1987.

DUBY, Andrée; DUBY, Georges. *Les procès de Jeanne d'Arc*. Paris, Gallimard, 1973.

FLORES, Paula dos Santos. *Estudo sobre a formação da identidade nacional francesa e o uso do conceito de nacionalismo para compreensão da fase final da Guerra dos Cem Anos a partir do Journal d'un Bourgeois de Paris (1405-1449)*. Trabalho de conclusão de curso, Porto Alegre: UFRGS, 2011. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37103>

_____. Discussão sobre a questão do nacionalismo na Idade Média. *Aedos*, v.2, n.2, p.429-436, 2009. <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9868/5730>.

FORONDA, François. *Avant le contrat social: Le contrat politique dans l'Occident – XIIIe - XVe siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

GAPOSCHKIN, M.C. Boniface VIII, Philip the Fair, and the sanctity of Louis IX. *Journal of Medieval History*, 29, 2003, pp. 1-26.

GAUVARD, Claude. “De Grace especial”. *Crime, État et Société en France à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010.

_____. Qu'est-ce que l'opinion avant l'invention de l'imprimerie. In: *Rendez-vous de l'Histoire* (Blois, 2007). Editions Pleins Feux, 2008.

_____. Le roi de France et l'opinion publique à l'époque de Charles VI In: *Culture et idéologie dans la genèse de l'État moderne. Actes de la table ronde de Rome (15-17 octobre 1984)* Rome: École Française de Rome, 1985. pp. 353-366.

_____. Grâce et exécution capitale: les deux visages de la justice royale française à la fin du Moyen Âge. In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. 1995, tome 153, livraison 2. pp. 275-290. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1995_num_153_2_450775.

GENET, Jean-Philippe. Identité, espace, lange. In.: *Cahiers de recherche médiévales et humanists*, n 19, 2010. pp. 2-9.

_____. Prosopographie et genèse de l'Etat moderne. In: AUTRAND, F. (Ed.), *Prosopographie et genèse de l'Etat moderne. (Actes de la table ronde organisée par le Centre Nacional de la Recherche Scientifique et l'Ecole Normale Supérieure de Jeunes Filles)*, Paris, 1986, pp. 9-12.

GOMES, Luciano, ALMEIDA, Cybele Crossetti. Poesia e História em defesa de um ideal: uma análise do Ditié de Jehanne d'Arc de Christine de Pisan. In: PEREIRA, N. M., ALMEIDA, C. C., TEIXEIRA, I. S.. (Orgs.). *Reflexões sobre o medievo*. São Leopoldo: OIKOS, 2009, p. 247-269.

GRANSDEN, Antonia. Propaganda in English medieval historiography. *Journal of Medieval History* 1 (1975), 363-382.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *Entre l'église et l'état: Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1987.

GUILLOT, O.; RIGAUDIÈRE, A.; SASSIER. *Pouvoirs et institutions dans la France médiévale: Des temps féodaux aus temps de l'État*. Paris: Armand Colin, 1998.

HEERS, Jacques. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais*. São Paulo: Pioneira, 1981.

_____. *Les Partis et la vie politique dans l'Occident médiéval*, Paris, PUF, 1981.

HUTCHINSON, Emily. Partisan Identity in the french civil war, 1405-1408: reconsidering the evidence in livery badges. *Journal of Medieval History*, 33, 2007. p 250-274.

_____. Winning Hearts and Minds in Early Fifteenth- Century France: Burgundian Propaganda in Perspective. *French Historical Studies*, Vol. 35, No. 1 (Winter 2012) p. 1-28.

JOURDIN, Michel Mollat du. *La guerre de Cent Ans vue pra ceux qui l'ont vécu*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

KAEUPER, Richard. *War, Justice and Public Order. England and France in Later Middle Ages*. New York: Oxford University Press, 2002.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. SP: Cia das Letras, 1998.

MACEDO, José Rivair. O problema do patriotismo e do nacionalismo francês na Idade Média e Quadrilogue Invectif de Alain Chartier. In: *Revista UMC*, v.2, n.1, 1990, p. 50-56.

MAIREY, Aude. Les langages politiques au Moyen Âge (XIIe-XVe siècle). In.: *Médiévales*, 57 | outono 2009, online em 18 de janeiro de 2012. Último acesso: 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://medievales.revues.org/5797>.

MELLO, José Roberto de Almeida. Poesia política e relações anglo-francesas no século XIII. In: *Revista de História*, USP, n. 119 (jul/set 1985-1988). pp. 199-212.

_____. *A insularização da monarquia angevina e a formação da nação inglesa: séculos XIII e XV*. Tese de doutoramento, São Paulo: USP, 1972.

MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction. *Journal of Medieval History*, 32, 2006, p. 333-345.

MINOIS, Georges. *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Perrin, 2008.

MOLLAT, Michel. *Genèse Médiévale de la France moderne: XIVe - XVe siècle*. Paris: Arthaud, 1977.

MUESSIG, Carolyn. Sermon, preacher and society in the middle ages. *Journal of Medieval History*, 28, 2002, pp. 73-91.

NEMO, Philippe. *Histoire des idées politiques dans l'Antiquité et au Moyen Âge*. Paris, PUF, 2012.

NORBYE, Marigold Anne. Genealogies and dynastic awareness in the Hundred Years War. The evidence of A tous nobles qui aiment beaux faits et bonnes histoires. *Journal of Medieval History*, 33, 2007, pp. 297-319.

PONS, Nicole. Information et rumeurs: quelques points de vue sur des événements de la Guerre civile en France (1407-1420). In.: *Revue Historique*, T. 297, Fasc. 2 (602) (AVRIL-JUIN 1997), pp. 409-433 Published by: Presses Universitaires de France Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40956095> .

REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE Fº, Cyro. *Guerra e Guerreiros na Idade Média*. São Paulo: Contexto. 1996.

SCHNERB, Bertrand. *Armagnacs e Bourguignons: La maudite guerre 1407-1435*. Paris: Perrin, 2001.

_____, *L'Etat Bourguignone: 1363-1477*. Paris: Perrin, 2005.

_____. Jean sans Peur, Paris et l'argent. In.: Werner Paravicini et Bertrand Schnerb (dir.), *Paris, capitale des ducs de Bourgogne*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, coll. « Beihefte der Francia » (no 64), 2007, pp. 263-298. Disponível em:

http://www.perspectivia.net/publikationen/bdf/paravicini-schnerb_paris/schnerb_jean-sans-peur

SILVA, Victor Deodato da. *Cavalaria e nobreza no fim da idade média*. São Paulo: Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

SPIEGEL, Gabrielle. Defense of the real: evolution of a Capetian propaganda slogan. *Journal of Medieval History*, 3, 1977, p.115-134.

_____. *The Past as a Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*. London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do estado moderno*. Lisboa: Gradiva, 1986.

TOURNIER, Laurent . Jean sans Peur et l'Université de Paris. In.: Paravicini, Werner. Schnerb, Bertrand. *Paris, capitale des ducs de Bourgogne*, Ostfildern, Jan Thorbecke Verlag, coll. « Beihefte der Francia » (n° 64), 2007, p. 299-318. Disponível em: http://www.perspectivia.net/publikationen/bdf/paravicinischnerb_paris/tournier_universite

TUETHEY, Alexandre. *Inventaire de Nicolas de Baye, chanoine de Notre-Dame, greffier du Parlement de Paris sous Charles VI (1419), précédé d'une notice biographique par Alexandre Tuetey*. Paris, 1888. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6459914g>

VAUGHAN, Richard. *Philip the Bold: the formation of the Burgundian state*. Woodbridge: Boydell, 2009.

_____. *John the Fearless: the growth of Burgundian power*. Woodbridge: Boydell, 2009.

_____. *Philip the God: the apogee of Burgundy*. Woodbridge: Boydell, 2010.

VERDON, Jean. *Les françaises pendant la guerre de Cents Ans*. Paris: Perrin, 1991.

VERGER, Jacques. Théorie politique et propagande politique. In: Camarosano, P. *Le forme della propaganda politica nel due e nel trecento*. Ed. P. Rome, 1994, p. 29-43.

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.